



ICMBio

**INSTITUTO CHICO MENDES
MMA**

**CARTILHA DE EMENDAS
PARLAMENTARES**

2024

Cartilha Parlamentar
**Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade**

SUMÁRIO

<u>Centro-Oeste- DF</u>	6
<u>Centro-Oeste- GO</u>	12
<u>Centro-Oeste-MT</u>	26
<u>Nordeste- BA</u>	43
<u>Nordeste- CE</u>	86
<u>Nordeste- PB</u>	92
<u>Nordeste- PE</u>	99
<u>Nordeste- SE</u>	120
<u>Nordeste- AL/PE</u>	123
<u>Nordeste- PI/CE/MA</u>	126
<u>Nordeste- PI</u>	131
<u>Norte- PA</u>	142

<u>Sudeste- ES</u>	150
<u>Sudeste- MG</u>	168
<u>Sudeste- RJ</u>	202
<u>Sudeste- SP</u>	214
<u>Sul-Paraná</u>	223
<u>Rio Grande do Sul</u>	248
<u>Santa Catarina</u>	279
<u>Florianópolis-SC</u>	289
<u>Mais Regiões- Sudeste e Sul</u>	311
<u>Mais Regiões- Centro-Oeste, Norte e Nordeste</u>	316
<u>Mais Regiões- Minas Gerais, Bahia</u>	319
<u>Mais Regiões- Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste e Sul</u>	326
<u>Mais Regiões- Norte e Nordeste</u>	329
<u>Mais Regiões- Nordeste, Norte e Centro Oeste</u>	332

Mais Regiões- Nordeste, Norte e Centro-Oeste, Sul e Sudeste **335**

Mais Regiões- Nordeste e Norte **338**

Todas as Regiões **347**

CENTRO-OESTE (DF)



Floresta Nacional de Brasília

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Aquisição de aeronave remotamente pilotada - drone para operações de prevenção e combate a incêndios florestais, fiscalização e uso público na Floresta Nacional de Brasília

● **Atividades previstas:**

Monitoramento das ações de combate, por meio de imagens estáticas e vídeos, contribuindo com a assertividade nas tomadas de decisão, tornando as operações mais seguras, efetivas, e eficazes e com menor custo do que com aplicação de aeronaves tripuladas.

● **Finalidade da Emenda:**

Adquirir uma Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) ou Drone, para apoiar as operações de prevenção e combate a incêndios florestais, fiscalização e atividades de uso público na Floresta Nacional de Brasília, realizando o levantamento de informações de campo em tempo real para garantir maior segurança a Unidade de Conservação e seus mais de 80 mil visitantes anuais.

A aplicação do drone será em situações de risco, e em condições, que exigem resposta rápida em locais remotos sob forte influência dos intensos deslocamentos de massa de ar nas regiões de incêndio, capacidade de lidar com altas temperaturas, vento, boa desenvoltura em comunicação em função de topografia desfavorável, tipo de vegetação densa, e dinamismo da coluna de convecção uma série de qualidades necessárias para evitar danos recorrentes ou perda do drone. Este deverá ter sensores diferenciados para cada tipo de acordo com a complexidade da operação. A depender do objetivo do voo, são requeridos sensores específicos que garantem maior operação de modo a assegurar qualidade e precisão das imagens e permitindo observar detalhes suficientes para resolução das demandas operacionais. Além disso, é preciso que o drone seja portátil, leve, compacto, fácil de manusear, com boa autonomia e aparelhado com acessórios modulares que auxiliam a superar os desafios das atividades de prevenção e combate a incêndios florestais com rapidez e segurança.

● **Descrição da Execução da Emenda:**

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● **Justificativa para apresentação da Emenda:**

O uso de drones no ICMBio foi viabilizado por meio do projeto piloto “Avaliação de produtos gerados por sistemas de aeronaves remotamente pilotadas para gestão de unidades de conservação na Amazônia brasileira”, apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento Representação no Brasil (BID) onde foram adquiridos drones e formados pilotos servidores do órgão para operacionalizar as aeronaves.

A partir do projeto, foi possível constatar a versatilidade dos drones nas diversas áreas de atuação da gestão das unidades de conservação federais, gerando forte demanda administrativa para viabilizar a aquisição e uso das aeronaves remotamente pilotadas (RPA, sigla em inglês) por parte dos gestores de UCs.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



Controle de populações de eucaliptos que estão expandindo na Reserva Biológica da Contagem

● Atividades previstas

Corte raso e controle químico individual de eucaliptos presentes em área de 100 hectares na Reserva Biológica da Contagem; preparo para leilão da madeira resultante.

● Finalidade da Emenda:

Realizar controle de população de árvores eucaliptos que estão expandindo sua área e impactando a conservação da biodiversidade na Reserva Biológica da Contagem.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O objetivo principal da unidade de conservação Reserva Biológica da Contagem é a manutenção da biodiversidade nativa e seus processos ecológicos. As invasões biológicas afetam estes objetivos provocando perda da biodiversidade e alteração dos processos ecológicos, muitas vezes em grande escala. O enfrentamento deste problema é um dos grandes desafios para gestão de áreas protegidas. Dentre as invasões biológicas, as plantas oriundas de outros ecossistemas que se tornam invasoras são organismos que provocam mudanças persistentes e com grande impacto em todo o ecossistema. Uma das plantas que atualmente mais ameaça a conservação da área são eucaliptos que atualmente iniciam expansão em áreas prioritárias para conservação da Reserva Biológica da Contagem. Este é um problema que se agrava com o passar do tempo, por isto a importância de ações efetivas e sem delongas. Também tem importância a conscientização tanto institucional quanto do público sobre o problema. O enfrentamento desta invasão biológica em local prioritário da unidade trará significativos ganhos para sua conservação.

Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WN
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.320.000,00 (Três milhões, trezentos e vinte mil reais)

CENTRO-OESTE (GO)



Estruturação do Uso Público (turismo, lazer e contemplação da natureza) na Floresta Nacional de Silvânia (GO)

• Atividades previstas:

Aquisição de equipamentos para estruturação do Uso Público (turismo, lazer e contemplação da natureza) na Floresta Nacional de Silvânia.

• Finalidade da Emenda:

Adquirir equipamentos para estruturação das atividades de Uso Público (turismo, lazer e contemplação da natureza) na Floresta Nacional de Silvânia.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para fornecimento dos equipamentos demandados.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Localizada no município de Silvânia, Goiás, na região da estrada de ferro, a Floresta Nacional de Silvânia é responsável pela preservação de várias espécies da fauna e da flora, representativas da biodiversidade do Cerrado goiano. Por entre áreas abertas e matas fechadas, o turista é convidado a contemplar a natureza, por trilhas e estradas que o levam ao encontro de tamanduás, veados, tucanos, emas, e tantos outros bichos e plantas raros e caros ao Cerrado, além das paisagens cênicas que é possível observar a partir do Mirante (figura 1), instalado na porção oeste da Floresta Nacional. Pelo circuito de trilhas implementado na unidade (figura 2), seja a pé ou de bicicleta, o turista descansa os olhos, sossega a alma e enche-se de energia.



Figura 1.
Visão panorâmica da paisagem a partir do Mirante instalado na Flona de Silvânia.

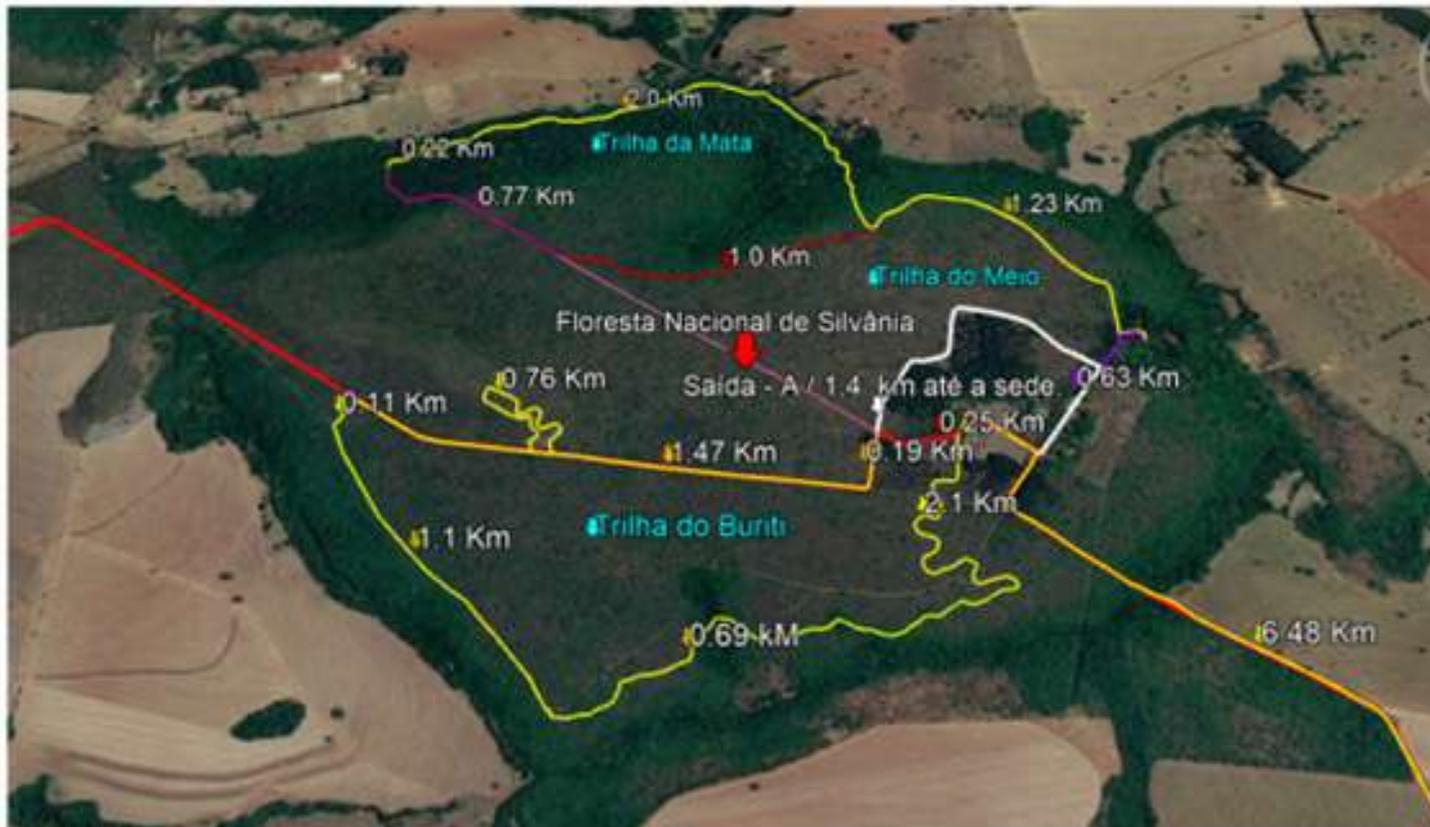


Figura 2. Circuito de trilhas para caminhantes e ciclistas implementado na Flona de Silvânia.

A Flona de Silvânia é visitada principalmente por estudantes, pesquisadores, ciclistas, caminhantes, observadores de aves e moradores de municípios da região e de outras localidades do estado. Trata-se de um público diverso, composto por pessoas de diferentes estratos sociais e etários, que privilegiam o contato com a natureza, em áreas que lhes oferecem lazer e recreação, em segurança (figuras 3 a 6). E o melhor: tudo com acesso livre e gratuito para quem quiser conhecer o pouco que resta de uma porção preservada do Cerrado.

À exemplo do potencial turístico do município, com seus casarões e construções em arquitetura colonial, nos últimos anos, e a partir de investimentos direcionados a estruturação do uso público, tem-se o aumento do número de visitantes na Floresta Nacional de Silvânia, o que representou a ocupação de um “locus” com uma forte demanda reprimida. É neste contexto que se insere a presente iniciativa, assegurando os recursos necessários para a melhoria no

atendimento e na qualidade das experiências de visitação nessa Unidade de Conserva o, ampliando as janelas de oportunidades para o turismo no município de Silvânia. Desta forma, os equipamentos a serem adquiridos com estes recursos serão utilizados para melhor estrutura o dos atrativos existentes, bem como na implementa o de novos atrativos turisticos.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

Modernização administrativa da Floresta Nacional de Silvânia (GO)

• Atividades previstas:

Aquisição de equipamentos para modernização administrativa da Floresta Nacional de Silvânia.

• Finalidade da Emenda:

Adquirir equipamentos para a modernização administrativa da Floresta Nacional de Silvânia.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para fornecimento dos equipamentos demandados.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Com área de 486,37 hectares, a Floresta Nacional de Silvânia foi criada em 18 de julho de 2001, através da Portaria MMA nº 247, tendo por objetivos: "Promover o manejo adequado dos recursos naturais, garantir a proteção dos recursos hídricos e das belezas cênicas, fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo."

Em 2015, através da Portaria ICMBio nº 21, deu-se a aprovação do Plano de Manejo da unidade, que institui os seguintes programas:

- Programa de Administração e Comunicação;
- Programa de Proteção e Fiscalização;
- Programa de Pesquisa;
- Programa de Monitoramento Ambiental;
- Programa de Manejo Florestal Sustentável;
- Programa de Manejo da Fauna;
- Programa de Recuperação de Ambientes Degradados;
- Programa de Interpretação e Educação Ambiental;
- Programa de Serviços Ambientais;
- Programa de Uso Público;
- Programa de Incentivo a Alternativas de Desenvolvimento.

A considerar os objetivos estabelecidos no instrumento de criação da Floresta Nacional de Silvânia, os programas elencados no Plano de Manejo e as atribuições institucionais decorrentes da criação do ICMBio, estabelece-se uma matriz com um mínimo de atividades que precisam ser executadas no dia a dia da unidade de conservação

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)



Conserto de quatro estradas de serviço do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, para viabilizar a expansão das atividades de uso público, fiscalização, manejo do fogo, pesquisa e monitoramento, e administrativo, nos setores: Sete Quedas, Morro da Baleia, Pouso Alto e Alojamentos.

• Atividades previstas

Conserto das estradas de serviço do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, para viabilizar a expansão das atividades de uso público, nos setores: Sete Quedas, Morro da Baleia, Pouso Alto e alojamentos, com nivelamento das pistas, reposição do leito com cascalho e construção de passagens de água. O serviço irá contribuir também de forma importante para as agendas de proteção, pesquisa e monitoramento no PNCV.

• Finalidade da Emenda:

Viabilizar a expansão das atividades de uso público no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, bem como melhorar as condições de uso para as finalidades de fiscalização, manejo do fogo, pesquisa e monitoramento, além de rotinas administrativas, nos setores: Sete Quedas, Morro da Baleia e Pouso Alto e Alojamentos, por meio do conserto das estradas de serviço no interior do PNCV.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A grande precipitação pluviométrica que ocorre de forma bastante concentrada na região do PNCV, entre os meses de dezembro a março, tem ocasionado problemas recorrentes de pontos de erosão e alagamento nas estradas de serviço do Parque.

As áreas afetadas, como as estradas de serviço dos setores: Sete Quedas, Morro da Baleia e Pouso Alto são ou serão utilizadas para proporcionar o acesso de visitantes a novos locais de uso público no interior do Parque Nacional, possibilitando que a UC oferece novas experiências aos visitantes, incluindo serviços prestados por concessionárias.

As estradas de serviço mencionadas foram abertas há muitos anos e têm seu traçado contendo trechos bastante arenosos como outros em campos úmidos. É fundamental uma solução definitiva para essas estradas, como aqui proposto.

No momento, a não realização desse serviço prejudica não só a agenda de uso público, como também as atividades de proteção, pesquisa e monitoramento.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WN
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 7.000.000,00 (Sete milhões de reais)

Estruturação do Manejo Integrado do Fogo na Floresta Nacional de Silvânia (GO) e entorno

• Atividades previstas:

Aquisição de equipamentos para estruturação do Manejo Integrado do Fogo na Floresta Nacional de Silvânia e entorno.

• Finalidade da Emenda:

Adquirir equipamentos para estruturação do Manejo Integrado do Fogo na Floresta Nacional de Silvânia e entorno.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para fornecimento dos equipamentos demandados.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Cerrado apresenta-se como o segundo maior bioma do Brasil e da América do Sul. Em sua originalidade ocupava uma área correspondente a 2 milhões de km², recobrando 23% do território nacional. Dentre as unidades federativas, abrange o Distrito Federal e, em quase sua totalidade, os territórios de Goiás e Tocantins, e em partes da Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo e pequenos pontos na região amazônica (MMA, 2018).

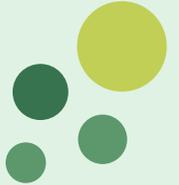
O Cerrado possui pelo menos 2.000 espécies de animais vertebrados e 6.600 espécies arbóreas, sendo que por volta de 40% das espécies de plantas são endêmicas (IBRAM, 2018). Além do mais, tange e circunda três das maiores e principais bacias hidrográficas da América do Sul, fornecendo cerca de 43% da água subsuperficial e superficial do Brasil (STRASSBURG et al., 2017). Entretanto, nas últimas décadas, a biodiversidade presente nestas áreas encontra-se fortemente ameaçada pela ocorrência de incêndios florestais.

O uso do fogo pelo homem remonta aos primórdios da história humana, constituindo-se em um dos elementos decisivos para a consolidação das civilizações antigas. Neste sentido, o fogo tornou-se uma ferramenta essencial no processo de sedentarização e colonização de ambientes naturais e, desde sempre,

esteve associado às principais atividades humanas, integrando-se a práticas religiosas, sociais, econômicas e culturais.

Assim, o regime do fogo no Cerrado, que antes ocorria de forma natural, é fortemente influenciado pela ação humana, resultando em um uso indiscriminado e a qualquer época do ano. Em consequência a estas práticas, nos períodos de estiagem, tem-se incêndios florestais cuja frequência e intensidade modificam substancialmente as paisagens, ocasionando perda de biodiversidade, degradação dos solos, modificação de ambientes e o aumento da poluição.

No município de Silvânia, Goiás, os incêndios florestais passaram a integrar a paisagem rural da região, inclusive no entorno da Floresta Nacional de Silvânia (figura 1). Em geral, estes incêndios ocorrem no pico da seca, em condições de baixa umidade, altas temperaturas e ventos fortes, propagando-se em áreas de palhadas (subproduto da colheita do milho/soja) e fragmentos de Cerrado, ocasionando prejuízos ambientais, econômicos e sociais. Os prejuízos econômicos associados a estes incêndios levaram os proprietários rurais a se organizarem para a compra de equipamentos e ações coordenadas de combate, a fim de protegerem as áreas de palhada, infraestrutura e as reservas legais das propriedades rurais.



Ação Orçamentária	-
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	-
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)





Construção de Alojamentos da brigada no Parque Nacional das Emas e galpão para veículos e equipamentos

• Atividades previstas:

Construção de alojamentos da brigada no Parque Nacional das Emas e galpão para veículos e equipamentos.

• Finalidade da Emenda:

Construção de alojamentos da brigada no Parque Nacional das Emas e galpão para veículos e equipamentos com o objetivo apoiar as atividades de fiscalização, prevenção e combate a incêndios florestais.

• Descrição da Execução da Emenda:

Construção de alojamentos da brigada no Parque Nacional das Emas e galpão para veículos e equipamentos.

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas prevê para a área Estratégica Cabeceira Alta a construção de alojamentos e garagem para apoio às atividades de fiscalização, prevenção e combate a incêndios florestais. Além de atender a demanda do Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas, o projeto visa corrigir demandas já levantadas quanto ao alojamento da brigada do parque e visa no futuro dar andamento nos projetos caso sejam obtidos os recursos para atender às mesmas.

Ação Orçamentária	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WN
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	14P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	-
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

Acervo

CENTRO-OESTE (MT)



Parque Nacional Chapada dos Guimarães

Sinalização para atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

• Atividades previstas:

Estruturação da sinalização e implementação de monitoramento de atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT.

• Finalidade da Emenda:

Instalar câmeras off grid nos acessos dos principais atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT ao longo da MT 251 e via rural limitante (Rio Claro, Entrada Principal e Estrada Tope de Fita) e confeccionar pórticos, placas informativas, interpretativas e de orientação para todos os atrativos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Criado em abril de 1989, o PNCG é uma unidade de conservação federal com aproximadamente 33 mil hectares e que protege amostras significativas dos ecossistemas locais e assegura a preservação dos recursos naturais e sítios arqueológicos existentes, proporcionando uso adequado para visitação, educação e pesquisa.

Dentre os objetivos da unidade de conservação, conforme o seu plano de manejo, está a proteção dos ambientes sob guarda do parque, da fauna e flora local e dos recursos hídricos.

O PNCG tem figurado dentre os parques nacionais mais visitados no país, com aumento, anual, significativo no número de visitantes. A presente proposta visa a implementação de placas de caráter interpretativo, informativo e de orientação nos atrativos da unidade de conservação.

Cachoeira Véu de Noiva – principal atrativo do PNCG.



Cachoeira Véu de Noiva – principal atrativo do PNCG.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)



Avaliação e Monitoramento do Impacto do Fogo Sobre a Biodiversidade e as Comunidades Tradicionais Associadas às Unidades de Conservação do Pantanal.

• Atividades previstas:

Atividades de pesquisa e monitoramento do impacto do fogo sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais do Pantanal.

• Finalidade da Emenda:

Minimizar os impactos dos grandes incêndios sobre a biodiversidade e sobre as populações tradicionais locais, bem como propor medidas de prevenção e de recuperação dos ambientes afetados pelo fogo.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada pelo ICMBio, sendo os recursos administrados por fundação de apoio técnico científico a projetos, que será contratada conforme Instrução Normativa ICMBio n. 18/2018.

• Justificativa para apresentação da Emenda:



Foto: Avaliação dos efeitos do fogo sobre a Herpetofauna do Pantanal (acervo do RAN/ICMBio)

Nos últimos anos, o Pantanal vem sofrendo com grandes incêndios que afetam a biodiversidade do bioma e os modos de vida das comunidades tradicionais locais. Em 2020, cerca de 30.000 km² foram queimados, inclusive unidades de conservação estaduais e federais. Estimativas do impacto sobre a fauna indicam que as espécies de serpentes e pequenos mamíferos foram as mais afetadas, porém houve registros de impactos também para espécies icônicas, como anta (*Tapirus terrestris*) e onça pintada (*Panthera onca*).

Os esforços de pesquisa e monitoramento permitem conhecer a capacidade de resposta de algumas espécies e quando se deve intervir para a recuperação daquelas menos resilientes. Além do impacto direto sobre a fauna, os incêndios alteram a estrutura da paisagem, da vegetação e as populações de plantas ameaçadas. Os incêndios de grande extensão acarretam perdas quantitativas e qualitativas de habitat, além de alterar o risco de extinção das espécies mais sensíveis.

Além da compreensão dos impactos causados pelo fogo e da prevenção de novos incêndios por meio do Manejo Integrado

Fogo (MIF), faz-se necessário investigar como os grandes incêndios afetam o modo de vida e o uso de recursos pelas populações tradicionais locais, dando visibilidade à diversidade de comunidades e práticas tradicionais presentes no Pantanal.

A integração do ICMBio à rede de instituições de pesquisa e de atores locais tem se demonstrado como urgente e fundamental para uma resposta efetiva aos incêndios catastróficos que assolam o bioma.

Assim, a presente proposta pretende avaliar e monitorar os efeitos do fogo ocorridos no bioma Pantanal sobre a paisagem, a biodiversidade e sobre os povos, comunidades tradicionais e seus modos de vida; com vistas a subsidiar ações de manejo para prevenção de incêndios de grande magnitude, restauração de áreas, recuperação de populações de espécies ameaçadas e melhoria das condições de vida e disponibilidade de recursos necessários às populações tradicionais locais do Pantanal.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – Custeio; GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)



Reforma da Base do Mutuca, utilizada como base e alojamento de brigadistas, no interior do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães/MT.

• Atividades previstas

Obra de reforma da Base do Mutuca que é utilizada como base e alojamento de brigadistas.

• Finalidade da Emenda:

Reformar estrutura utilizada como base e alojamento de brigadistas do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães e adequar áreas externas para receber brigadistas, de outras unidades, quando estiverem prestando apoio

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Criado em abril de 1989, o PNCG é uma unidade de conservação federal com aproximadamente 33 mil hectares e que protege amostras significativas dos ecossistemas locais e assegura a preservação dos recursos naturais e sítios arqueológicos existentes, proporcionando uso adequado para visitação, educação e pesquisa.

Dentre os objetivos da Unidade de Conservação, conforme o seu plano de manejo, está a proteção dos ambientes sob a guarda do parque, da fauna e flora local e dos recursos hídricos.

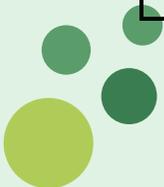
Desde 2017, o PNCG tem elaborado e implementado seu plano de manejo integrado do fogo (PMIF) visando garantir a proteção da unidade de conservação e os processos ecológicos da região.

A reforma da Base do Mutuca, utilizada como base/alojamento dos brigadistas, faz-se necessária por estar em ponto estratégico do PNCG para primeira resposta à incêndios florestais iniciados no sul da unidade de conservação, principal localidade de início dos incêndios que atingem a unidade.

Com a reforma da edificação, a base poderá ser utilizada por pesquisadores que têm desenvolvido pesquisas nas áreas onde estão sendo feitas queimas prescritas, uma das técnicas emprega



Ação Orçamentária	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WN
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)





Douglas Catanante

Estação Ecológica Serra das Araras

Aquisição de sistema de energia solar para alojamentos da Estação Ecológica da Serra das Araras.

• Atividades previstas

Aquisição de sistema de energia solar para alojamentos da Estação Ecológica da Serra das Araras.

• Finalidade da Emenda:

Compra de equipamentos e mão de obra para instalação de sistema de energia solar para alojamentos da Estação Ecológica da Serra das Araras

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra por meio de processo licitatório.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Estação Ecológica da Serra das Araras é uma Unidade de Conservação Federal localizada no Estado de Mato Grosso, no Bioma Cerrado, com 28.700h que possui 3 bases com alojamentos funcionais, em 3 regiões da unidade de conservação.

Além de servidores efetivos e temporários, bem como funcionários de empresas terceirizadas, que prestam serviço para o ICMBio, recebemos inúmeros pesquisadores (é uma das UCs mais pesquisadas do Estado de Mato Grosso), alunos de graduação em aula campo e estudantes da educação básica, para ações de educação ambiental.

Somente uma das bases (a sede) possui fornecimento de energia elétrica, sendo que esta é cara e de baixa qualidade, uma vez que frequentemente há suspensão de fornecimento de energia elétrica e oscilação na tensão que comumente há prejuízos ao trabalho e aos equipamentos.

Além disso, o fornecimento de energia em outras 2 bases da Estação Ecológica da Serra das Araras, favorecerá a presença institucional em outras regiões da unidade de conservação e, conseqüentemente, coibir crimes ambientais (caça, desmatamento, extração mineral e fogo).

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Ações de Manejo Integrado do Fogo na Estação Ecológica da Serra das Araras.

• Atividades previstas

Equipar a Estação Ecológica da Serra das Araras para ações de Manejo Integrado do Fogo no interior da Unidade de Conservação e comunidades do entorno

• Finalidade da Emenda:

Compra de equipamentos e maquinários para ações de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais na Estação Ecológica da Serra das Araras

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de materiais.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Estação Ecológica da Serra das Araras é uma Unidade de Conservação Federal localizada no Estado de Mato Grosso, no Bioma Cerrado, com 28.700h que anualmente tem potencial de ser atingida por incêndios florestais. No ano de 2020, uma grande área da unidade foi atingida por incêndio.

Mesmo com equipes de brigadistas contratadas anualmente, a falta de equipamentos é um dos principais problemas que comprometem o efetivo trabalho dos brigadistas. Nesta proposta de emenda, solicitamos para as atividades de prevenção e combate aos incêndios na Estação Ecológica da Serra das Araras os seguintes equipamentos:

- 3 caminhonetes 4x4
- 2 Tratores com implementos (pá, concha, roçadeira e arado)
- 1 pá carregadeira
- 4 Quadriciclos
- 3 motocicletas (com 250cc)
- 1 Caminhão Pipa, com capacidade de 7 mil litros
- 5 veículos utilitário UTV
- 2 caretinhas para caminhonetes
- 8 Turbo sopradores
- 60 mangueiras para motobombas
- 4 motosserras pequenas (BR 170)
- 4 motosserras grandes (BR 260)
- 5 motopodas (modelo HT 75)
- 6 Roçadeiras
- 15 pinga-fogo (queimador) vermelho
- 2 motobombas Mark 3
- 2 motobombas flutuante
- Ferramentas para montagem de uma oficina para manutenção de equipamentos

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo, Setor Sudoeste

Estes equipamentos são de fundamental importância para as ações do Manejo Integrado do Fogo na Estação Ecológica da Serra das Araras, sendo utilizados em ações de prevenção (manutenção e abertura de trilhas, acessos e aceiros) e nas ações de combate aos incêndios na Unidade de Conservação e no entorno.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de reais)





Danúbia Melo

Parque Nacional da Chapada dos Vezeiros



Ação conjunta ICMBio e brigadistas voluntários no combate a um incêndio florestal

Estruturação da Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca para a área temática proteção ambiental – Localizada nos municípios de Guarani de Goiás/GO e São Domingos/GO.

• Atividades previstas

Realização de ações de proteção ambiental da unidade de conservação. Em especial, de prevenção e combate aos incêndios florestais contidas no Plano Operativo Anual do Manejo Integrado do Fogo da Reserva Extrativista.

• Finalidade da Emenda:

Aquisição de 02 (duas) camionetes 4x4 , equipamentos para registro fotográfico, tratamento e diagramação do material jornalístico/publicitário referente as ações de proteção ambiental para posterior divulgação e uso em material de educação ambiental, GPS portátil e compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os brigadistas voluntários da Brigada Comunitária de Terra Ronca (<https://www.instagram.com/brigadacomunitariateraronca/>) cadastrados no Programa de Voluntariado do ICMBio.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Os incêndios florestais são a maior ameaça à Reserva Extrativista de Recanto das Araras de Terra Ronca, porém houve momentos em que por falta de veículos de transporte, equipes do ICMBio e brigadistas voluntários da Brigada Comunitária de Terra Ronca tiveram dificuldades em chegar nos locais que ocorreram os incêndios florestais. Acreditamos que a emenda parlamentar terá forte impacto positivo junto à população local à qual possui fortes laços com o ecoturismo. A unidade de conservação está inserida na região do Nordeste Goiano e sofre com a falta de investimentos e de políticas sustentáveis que busquem de forma definitiva diminuir as asperezas da vida deste sofrido e altivo povo, o que lhe valeu o incômodo e infeliz pseudônimo de “Corredor da miséria”.

Ação Orçamentária	21WM – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 - Normatização e Fiscalização
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	21 WM – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil reais)

NORDESTE (BA)



Unidade de Conservação da Ararinha Azul

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Demarcação e Sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul

● **Atividades previstas:**

Demarcação e sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

● **Finalidade da Emenda:**

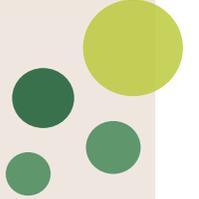
Realizar a demarcação e sinalização das Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

● **Descrição da Execução da Emenda:**

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● **Justificativa para apresentação da Emenda:**

As unidades de conservação da Ararinha Azul, o Refúgio de Vida Silvestre e a Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul foram criadas pelo Decreto nº 9.402, de 05 de junho de 2022. Por serem as unidades federais mais novas carecem de vários instrumentos de implementação. Um dos primeiros passos é realizar a demarcação por meio de empresa especializada e sinalização com placas informativas a respeito de seus limites.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)



Com um prazo de quatro anos, as atividades planejadas incluem a elaboração de um Plano de Ação para a conservação das maiores cavernas do Hemisfério Sul, situadas na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça. Isso abrangerá os municípios baianos de Campo Formoso, Sento Sé e Umburanas. O processo engloba um diagnóstico ambiental detalhado dessas cavernas, a identificação de cavidades em locais estratégicos dessas Unidades de Conservação, bem como a realização de estudos para viabilizar o turismo comunitário.

● Finalidade da Emenda:

Promover uma oficina de capacitação e planejamento com participantes locais e especialistas em espeleologia, focada no turismo espeleológico na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça. O objetivo é incentivar o crescimento do turismo comunitário na área, ampliando as práticas existentes.

● Descrição da execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Obejetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Juazeiro gerencia quatro unidades de conservação: APA e Parque Nacional Boqueirão da Onça e APA e REVIS Ararinha Azul. O PARNA (347.557 hectares) e a APA (505.692,2 hectares) abrangem cidades baianas como Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu. Seus objetivos são proteger a biodiversidade e ambientes naturais da caatinga, além de preservar sítios paleontológicos, arqueológicos e formações cársticas. Incluem atividades recreativas em contato com a natureza e turismo ecológico. São áreas de grande singularidade biomática, testando-se pela extensão de vegetação de caatinga conservada e pela presença de espécies ameaçadas, como a onça-pintada (*Panthera onca*), arara azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) e tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*). O turismo em cavernas, especialmente em Campo Formoso, é popular, mas a falta de ordenamento devido à recente criação das UCs é um desafio. Um Plano de Ação é necessário para orientar estratégias sustentáveis de conservação e turismo espeleológico.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

Será realizado um estudo científico para a identificação ex situ (em campo) e mapeamento das fitofisionomias das Unidades de Conservação PARNA e APA do Boqueirão da Onça. Será feito através de apoio à pesquisa científica, como bolsas de estudo ou consultoria técnico-científica. A pesquisa envolve trabalho de campo para identificar características vegetacionais, coleta de amostras da flora (exsicatas) para depósito em instituição especializada, análise geoespacial dos dados coletados e criação de mapas e produtos resultantes do estudo.

• Atividades previstas

Identificação e mapeamento das fitofisionomias da APA e Parque Nacional Boqueirão da Onça Viabilizar a pesquisa científica para identificar as características da vegetação nas UCs do Boqueirão da Onça, além de criar produtos digitais para enriquecer os bancos de dados das próprias UCs e do ICMBio.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

• Objetivo de Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A APA (505.692 hectares) e o PARNA (347.557 hectares) do Boqueirão da Onça foram criados em 2018 e abrangem os municípios baianos de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu. Seus objetivos de criação incluem i) a proteger a biodiversidade, ambientes naturais, a flora e a fauna da caatinga, incluindo as transições altitudinais;ii) preservar formações cársticas e os sítios paleontológicos e arqueológicos associados;iii) promover a recuperação das formações vegetacionais promoção da recuperação das formações vegetacionais da área;iv) permitir a atividades de recreação na natureza e turismo ecológico.

Essa região, com a maior extensão de vegetação de caatinga conservada dentro de UCs, possui uma biodiversidade única, com vegetação variada e alto grau de endemismo. Além disso, a vasta extensão e diversidade da flora sustentam populações viáveis de espécies ameaçadas de extinção, ao mesmo tempo em que protegem os recursos hídricos cruciais na região semiárida. Devido a esses fatores e ao interesse econômico na região, é urgente a realização de levantamentos mais específicos sobre a vegetação e sua descrição detalhada, a fim de fornecer subsídios para ações presentes e futuras.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)



Rogério Cunha

Parque Nacional Boqueirão da Onça

Aquisição de terreno e construção de sede administrativa do NGI ICMBio no município de Juazeiro,BA.

• Atividades previstas

Oferecer ao Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Juazeiro uma infraestrutura predial adequada na sede do município de Juazeiro, Bahia, para atividades administrativas e de gestão das quatro unidades de conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

• Objetivo de Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Juazeiro é responsável por quatro unidades de conservação: APA e Parque Nacional Boqueirão da Onça, além de APA e REVIS Ararinha Azul - que abrangem um milhão de hectares. Essas áreas possuem biodiversidade única, com as duas primeiras contendo a maior extensão de vegetação de caatinga preservada em unidades de conservação. A conservação envolve flora, sítios arqueológicos e formações cársticas (inclusive a maior caverna do Hemisfério Sul), além da fauna, incluindo espécies ameaçadas como a onça-pintada (*Panthera onca*), a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) e o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*).

A APA e REVIS Ararinha Azul concentram-se na reintrodução da ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*), extinta na natureza por mais de 20 anos. Desde 2022, 20 indivíduos foram reintroduzidos nas UCs. Para cumprir sua missão e ações de conservação, é essencial que o NGI tenha uma sede própria. Atualmente, a sede em Juazeiro/BA, cedida pelo IBAMA, consiste em uma sala de 12 m², inadequada para abrigar oito servidores, colaboradores, estações de trabalho e equipamentos diversos (mobiliário, armários, arquivos, impressoras, material de escritório, equipamentos de combate a incêndios florestais, etc).

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

Com duração estimada de quatro anos, o plano envolve a conservação das maiores cavernas do Hemisfério Sul, situadas na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça, abrangendo municípios como Campo Formoso, Sento Sé e Umburanas, na Bahia. O projeto inclui a elaboração de um Plano de Ação, diagnóstico ambiental das cavernas, prospecção de cavidades em áreas estratégicas das Unidades de Conservação e análise para viabilizar o turismo comunitário.

• Atividades previstas

Promover oficina de capacitação e desenvolver um Plano de Ação envolvendo atores locais e especialistas em espeleologia. Assim, aborda o turismo espeleológico na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça, com o intuito de expandir as práticas de turismo de base comunitária na região.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto..

• Objetivo de Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Juazeiro gerencia quatro unidades de conservação : APA e Parque Nacional Boqueirão da Onça, além de APA e REVIS Ararinha Azul. A APA (505.692 2 hectares) e o PARNA (347.557 hectares), abrangem municípios baianos de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu. Seus objetivos de criação incluem a proteção da biodiversidade, ambientes naturais, flora e fauna da caatinga, sítios paleontológicos, formações cársticas e promoção da recuperação da vegetação de caatinga preservada, focando na conservação de patrimônios arqueológicos que abrigam a maior caverna do hemisfério Sul. Além disso, são habitats de espécies endêmicas e ameaçadas, como a onça-pintada (*Panthera onca*), a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) e o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*). Embora o turismo em cavernas seja popular, principalmente em Campo Formoso, as UCs carecem de ordenamento e um Plano de Ação necessário para definir estratégias sustentáveis de conservação e turismo espeleológico.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil de reais)

Ações de Construção e Reforma de Estruturas

● Finalidade da Emenda:

A ação visa promover a construção e adequação das instalações físicas e infraestrutura da Unidade de Conservação, com intuito de garantir a segurança da equipe, bem como a implementação do Uso Público aos atrativos existentes no Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, gerando alternativas de renda a comunidade local.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribuirá para estruturação física e manutenção das vias internas da Unidade de Conservação.

O Parque está inserido em um dos últimos remanescentes do bioma Mata Atlântica e protege uma área natural com uma extensa diversidade de paisagens e belezas cênicas únicas, abrangendo uma parte litorânea com restinga, manguezal, as florestas de restinga e as praias fluviais dos rios Caraíva e Corumbau, os campos de Mussununga, único do extremo sul da Bahia, além da exuberante Floresta Ombrófila Densa.

A relevância dessa região é reconhecida internacionalmente, sendo que o Parque integra o Sítio do Patrimônio Natural e Reserva da Biosfera reconhecidos pela UNESCO, além de integrar o Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica e o Mosaico de Áreas Protegidas do Sul da Bahia.

Além da sua relevância ecológica e histórica, é importante destacar a riqueza cultural existente na UC, representada pelas diversas aldeias indígenas da etnia Pataxó.

Adicionalmente, o Parque apresenta uma forte demanda de estruturação e ampliação de Uso Público aos atrativos existentes no Parque, ressaltando o Monumento Natural e Histórico do Monte Pascoal, de relevância nacional e as praias compreendidas entre os rios Caraíva e Corumbau de beleza cênica singular. Os recursos financeiros disponibilizados por essa emenda permitirão que importantes ações sejam executadas, que garantirão a efetividade de gestão do Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal, pois beneficiária os indígenas do interior e entorno da Unidade, os visitantes que terão melhor estrutura, com isso melhor serviço e melhor experiência, bem como viabiliza que alternativas de renda sejam fomentadas, reduzindo a pressão sobre recursos naturais protegidos na Unidade.

Por fim, visamos com os recursos desta emenda adquirir equipamentos que venham conferir segurança e melhores condições de trabalho à equipe de campo em exercício na Unidade, de forma qualitativa e quantitativa.

● Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

As ações propostas a serem abrangidas no escopo desta emenda são:

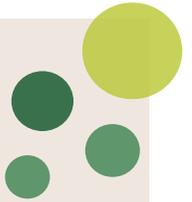
1. Estruturas para Uso Público e Visitação:

- a. Reforma da base avançada de campo do PMHMP, localizada no principal acesso do PNHMP;
- b. Perfuração de poço artesiano para suprir a demanda hídrica de todas essas estruturas da Base Avançada, onde são fornecidos todos os serviços básicos para os visitantes do Monte Pascoal e para os funcionários do Parque
- c. Ampliação da Base Avançada do PNHMP, com construção de:
 - I. galpão para armazenamento de equipamentos utilizados na gestão do UC, especialmente de Uso Público e EPI

- II. garagem com capacidade para proteger todos os veículos oficiais da UC, e
- III. oficina para elaboração/construção de equipamentos facilitadores de Uso Público como sinalização, manutenção e monitoramento da visitação
- d. Construção de um alojamento para atendimento das demandas da UC, com no mínimo três quartos, banheiros, sala, cozinha, varanda e área de serviço.
- e. Manutenção da estrada do interior do PNHMP, que interliga o Monumento do Monte Pascoal à faixa litorânea-costeira, facilitando que os milhares de visitantes que acessam as praias do interior do parque possam visitar a parte florestal, passando pelas comunidades ao longo desse caminho, de modo a viabilizar o contato com as práticas tradicionais indígenas, e conseqüentemente gerar renda para toda essa população.

2. Aquisição de equipamentos para estruturação da UC e da equipe

- a. 2 Caminhonete L200 4 x 4
- b. 6 GPS
- c. 1 notebook com configuração suficiente para análise de geoprocessamento;
- d. 5 rádios móveis
- e. 10 rádios comunicadores
- f. 3 binóculos de longo alcance
- g. 20 kits completos de EPI e equipamento para prevenção e combate a incêndios florestais (coturno, calça, camisa, cantil, bomba costal, chapéu, balaclava, facão, bainha, foice, enxada, rastelo, pá, dentre outros)
- h. Mobiliário para o alojamento
- i. 15 Armadilhas fotográficas
- j. 2 Kit de moderação
- k. 1 Tela de projeção
- l. 2 Retroprojektor
- m. Kit de primeiros socorros para Gestão de Segurança



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 20.000.000,00 (Vinte milhões de reais)



João Freire

Reintrodução da Ararinha-azul

• Atividades previstas:

Reintrodução da Ararinha-azul

• Finalidade da Emenda:

Reintrodução da Ararinha-azul

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias, passagens e combustível, e com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*) é uma das espécies de aves mais ameaçadas do mundo. O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, juntamente com parceiros, está protagonizando a recuperação da espécie no seu ambiente natural. Para tanto o Criadouro Científico com Fins Conservacionistas do Programa de Reintrodução da Ararinha-azul foi construído para possibilitar a reprodução da espécie em seu ambiente natural e a reintrodução. Está localizado no interior do Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-azul, unidade de conservação federal de proteção integral, instituída pelo Decreto nº 9.402, de 05 de junho de 2018, para suportar as ações de reintrodução e conservação da espécie e seu habitat. Para a reintrodução da espécie em seu habitat natural, primeiramente, 52 ararinhas-azuis foram repatriadas da Alemanha para o Brasil em 2020, visando compor o plantel inicial de ararinhas-azuis no local de ocorrência histórico. Em 2021 registrou-se os primeiros três nascimentos de ararinhas-azuis nas dependências do Criadouro. O ICMBio, a Association for the Conservation of Threatened Parrots (ACTP), juntamente com outros parceiros, realizaram o primeiro evento de soltura no dia 11 de junho de 2022. O plano também prevê a soltura de aproximadamente 20 animais por ano para atingir a estabilidade populacional necessária para manutenção da espécie na natureza. Para tanto, são necessárias atividades como:

1. Manutenção de uma base de campo para monitores do ICMBio;
2. Aquisição e manutenção de equipamentos de telemetria e monitoramento;
3. Contratação de serviços para fornecimento de combustível e alimentação para voluntários;
4. Instalação de sistema fotovoltaico para provimento de energia elétrica;
5. Manutenção de especialistas em monitoramento (áreas biológicas e afins).

Se por um lado a manutenção de psitacídeos como animais de estimação é uma prática muito difundida afetando muitas espécies. Por outro, existe uma longa história de convivência dos psitacídeos com a sociedade humana, consequência de sua aparência carismática e inteligência. Isso confere a possibilidade de utilizá-los como espécies bandeira para conservar regiões degradadas. Esse é o caso da ararinha-azul, uma espécie que atrai a atenção de todos, especialmente após o lançamento dos longas-metragens Rio e Rio 2 (20th Century Fox Animation e Blue Sky Studios), nos anos 2011 e 2014.

Por ser uma das espécies mais emblemáticas da perda da biodiversidade brasileira, está entre as prioridades de recuperação e conservação do governo federal.

Sendo uma das principais agendas positivas do ICMBio: 1. utiliza uma espécie bandeira e que tem grande potencial para a comunicação e divulgação, 2. pode ser considerada a embaixadora na luta contra o tráfico de animais silvestres; e 3. será utilizada no envolvimento das comunidades tradicionais em boas práticas produtivas que beneficiem a conservação do meio ambiente e a melhoria da sua condição de vida nas Unidades de Conservação da Ararinha Azul.

O presente projeto de reintrodução da espécie aqui apresentado está de acordo com o objetivo do PAN Ararinha-azul: "Realizar a reintrodução de ararinhas-azuis em sua área de ocorrência original até 2024, buscando seu aumento populacional contínuo e conservando habitats com envolvimento comunitário em práticas sustentáveis"; o objetivo específico 1: "Realizar pelo menos uma soltura experimental de ararinhas-azuis até 2024, mantendo a população ex situ viável" e, especialmente, a ação 1.4: "Realizar solturas experimentais de maracanãs e/ou grupos mistos de maracanãs e ararinhas-azuis".

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e Quinientos Mil Reais)



Enrico Marcovaldi

Aquisição de Flexboat, Pronto para navegar, Versão Militar 2 MP com T-TOP, Versão Equipada com 2 Motores de popa Gasolina– NGI ICMBIO ABROLHOS

• Atividades previstas:

Aquisição FLEXBOAT, PRONTO PARA NAVEGAR, VERSÃO MILITAR 2 MP COM T-TOP, VERSÃO EQUIPADA COM 2 MOTORES DE POPA GASOLINA – NGI ICMBIO ABROLHOS, com configurações mínimas que atendam os seguintes requisitos: Comprimento total com plataforma mista de cavalete: 8,00 mt (sem considerar o motor); Comprimento dos flutuadores (Tubo): 7,60 metros; Largura total externa (Boca): 3,15 metros; Largura interna: 2,10 metros; Diâmetro flutuadores (Tipo cônico): 0,55 metros na popa e 0,47 metros na proa; 2 motores de popa 250HP; Capacidade de combustível: 400 Litros; Capacidade de água doce: 90 Litros; capacidade de transporte recomendado de 13 (1+12) pessoas; Capacidade total de carga: 2500 kg ou mais; Anilhos para reboque: 1 instalado na proa e 2 instalados no espelho de popa; Anilhos para içamento: 2 adicionais na proa dentro das caixas herméticas e 2 adicionais na popa na carenagem de popa.

• Finalidade da Emenda:

Dotar o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a Reserva Extrativista de Cassurubá de capacidade de operacionalização da gestão em áreas marinhas abertas, com segurança e agilidade que permita resposta rápida às demandas das unidades de conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional Marinho dos Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88.218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Já a Reserva Extrativista de Cassurubá é uma Unidade de Conservação federal do Brasil categorizada como reserva extrativista e criada por Decreto Presidencial em 5 de junho de 2009 numa área de 100.687 hectares nos municípios de Alcobaça, Caravelas e Nova Viçosa, no estado da Bahia, que tem por finalidade proteger a natureza e a capacidade de reprodução cultural das populações tradicionais que vivem de seus recursos.

As duas áreas têm em comum um imenso território de águas marinhas e a necessidade de desenvolvimento de atividades de pesquisa, monitoramento de acesso, proteção, uso público e turismo. Assim, dotar a unidade de mobilidade nestas áreas é de fundamental importância para o atingimento de seus objetivos.

Cabe ressaltar que, especialmente o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, está distante da costa a aproximadamente 65 quilômetros. Sendo necessário, rotineiramente promover o transporte de servidores, funcionários, pesquisadores e parceiros que apoiam a gestão da unidade.

Ademais, a operação marítima é uma atividade de risco e em unidades onde o turismo de natureza representa riscos à integridade física de turistas, funcionários e operadores, possuir um equipamento seguro e ágil, amplia a capacidade de unidade de dar resposta rápida a situação que, em caso de atraso,

pode representar grandes prejuízos a vida das pessoas e, conseqüentemente, a imagem institucional, bem como de operação do turismo da unidade. Propomos ainda, que a aquisição do equipamento se integre aos esforços de requalificação da capacidade operacional das Unidades no ano de comemoração dos 40 Anos de Criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)



Ricardo Jerzolimski

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Construção de contenção de avanços de maré que ameaçam o centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, construção de píer de embarque e rampa para embarcações, construções e melhorias de instalações que atendem a unidade em Caravelas/BA

• Atividades previstas

Obra de contenção de avanço de marés e outras construções que atendem o centro de visitantes do PARNAM dos Abrolhos.

• Finalidade da Emenda:

Reformar e revitalizar o centro de visitantes, dotando o ICMBio de maior capacidade de desenvolvimento de suas atividades em Caravelas e garantido o bem estar de um público anual superior a 10 mil pessoas (em 2022) e com capacidade de atendimento de até 30 pessoas por ano.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88.218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Nos últimos anos, o ICMBio em Caravelas vem perdendo instalações para o desenvolvimento de atividades que tem reduzido os espaços úteis para o desenvolvimento de suas atividades e reduzindo a capacidade de atendimento ao público que costumeiramente procura o Centro de Visitantes como porta de entrada ao Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e a Reserva Extrativista de Cassurubá.

O Centro de visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos é um importante equipamento turístico do município de Caravelas, à medida que anualmente mais de 10 mil pessoas visitam este espaço, com potencial, de no mínimo, triplicar este número em um curto espaço de tempo a partir de sua revitalização e do aprimoramento de suas instalações.

Também, o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos foi criado em 06 de abril de 1983, e em 2023 completa 40 anos. Trata do primeiro parque marinho brasileiro, de abrigo a maior biodiversidade do atlântico sul e de um importante vetor de atração de investimentos, turistas e atenções para o extremo sul da Bahia.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)



Acervo

Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

Implementação e Consolidação da Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape

• Atividades previstas:

- 1- Reforma e estruturação da sede administrativa da RESEX
- 2- Implantação de Centro de Visitantes na sede administrativa da RESEX
- 3- Estruturar a unidade de conservação com aquisição de equipamentos e bens necessários à gestão: embarcações, equipamentos de informática, equipamentos de pesquisa e monitoramento, mobiliários etc;
- 4- Implementação do Programa Monitora/ICMBio na RESEX;
- 5- Promoção da proteção ambiental, por meio do fortalecimento da infraestrutura para a fiscalização e realização de ações de educação e comunicação direcionadas para atores sociais chave.
- 6- Promoção de alternativas de renda sustentável, melhoria das condições e segurança no trabalho dos beneficiários, por meio de ações educativas, de comunicação, capacitação e melhoria da infraestrutura.
- 7- Promoção de pesquisas sociológicas voltadas para melhor conhecer a sociodiversidade local e as problemáticas vivenciadas pelas populações tradicionais atualmente, com vistas a proposição de medidas de gestão, ampliação e fortalecimento das cadeias produtivas sustentáveis;
- 8- Implementação de programa de fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade da RESEX Marinha da Baía do Iguape.
- 9- Implementar infra-estruturas, adquirir equipamentos e prestar subsídio técnico que contribuam para a segurança do trabalho, saúde e bem estar dos grupos beneficiários da RESEX (pescadores, marisqueiras, agricultores, saveiristas, extrativistas vegetais, artesãos).
- 10- Implementar infra-estruturas, adquirir bens e equipamentos e prestar subsídio técnico que contribuam para o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade da RESEX, a promoção de selos de sustentabilidade e fomento de economia circular, na busca de agregação de valor e garantia da manutenção de seus modos de vida.
- 11- Elaborar e implementar uma estratégia de monitoramento da qualidade ambiental na RESEX, produzir e analisar dados primários sobre a qualidade da água, sedimento e biota, voltados para a definição de medidas de mitigação e compensação de danos socioambientais.
- 12- Elaborar e implementar uma estratégia de monitoramento da pesca e da mariscagem na Unidade de Conservação.
- 13- Elaborar e realizar ações de educação e comunicação ambiental, de capacitação e de fortalecimento das organizações comunitárias voltadas para a gestão participativa da UC, valorização da cultura e dos modos de vida tradicionais.
- 14- Realizar ações de educação e comunicação ambiental, de capacitação e de fortalecimento das organizações comunitárias voltadas para o fomento do turismo de base comunitária, transição para sistemas de produção agroecológico e outras alternativas de renda sustentáveis para os beneficiários da Unidades de Conservação.
- 15- Elaborar, aprovar e implementar os instrumentos de gestão da UC (Plano de Manejo, Acordo de Gestão, Plano de Uso Público, Plano de Proteção).
- 16- Realizar regularização fundiária na RESEX;

• Finalidade da Emenda:

Implementar e consolidar a RESEX Marinha da Baía de Iguape, promovendo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, a gestão participativa, o fortalecimento das organizações comunitárias, e a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica e/ou especializada, mediante certamente para a execução dos objetos, considerando ainda custeio para ações executadas pelo corpo técnico do ICMBio.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Baía de Iguape é uma das quatro Unidades de Conservação (UC) dessa categoria no Estado da Bahia, abrangendo a maior área protegida de manguezais da Baía de Todos os Santos (BTS), a segunda maior baía do litoral brasileiro. O território da RESEX Marinha da Baía de Iguape e seu entorno também abrange áreas preservadas de Mata Atlântica, a BTS possui formações de recifes de coral altamente relevantes para conservação da biodiversidade marinha regional e de espécies ameaçadas de extinção (corais, peixes recifais, crustáceos, tartarugas e cetáceos). Os manguezais da RESEX possuem grande importância para manutenção da estrutura e funcionamento dos ecossistemas costeiros, conectividade genética, proteção e reprodução de espécies essenciais para a manutenção dos modos de vida tradicionais e para a economia pesqueira, além de representarem importante fonte de captação de carbono atmosférico.

Esta RESEX é afetada por diversas atividades humanas, muitas de alto impacto, e possui alto índice de ocupação humana - sendo a UC dessa categoria com maior número de populações tradicionais beneficiárias da Região Nordeste. São cerca de 5.200 famílias beneficiárias já cadastradas pelo ICMBio, pertencentes a 99 comunidades tradicionais de povos extrativistas, quilombolas e ribeirinhos, que dependem principalmente da pesca, da mariscagem e da agricultura de pequena escala para subsistência e fonte de renda. Outros grupos beneficiários incluem artesãos e artesãs, que realizam o extrativismo vegetal, e saveiristas, beneficiários que guardam a tradição dos saveiros (embarcações tradicionais da BTS, utilizadas para o transporte regional de mercadorias, como produtos agrícolas e pescado).

As comunidades dos municípios de Cachoeira, Maragogipe e São Félix, que compõem os limites territoriais da UC, apresentam enorme potencial para o desenvolvimento de estratégias de uso sustentável dos recursos naturais, são muito organizadas e interessadas na gestão do território, e apresentam alto grau de participação e envolvimento das mulheres. A relação das comunidades com o ambiente estuarino remonta ao século XVI e ao longo da história desenvolveram organizações de luta por seus direitos ao território, a fim de garantir o acesso aos recursos necessários à sua reprodução social, inclusive à própria criação da RESEX.

Dados do Levantamento Socioeconômico realizado nos primeiros esforços empenhados na RESEX para o cadastramento das famílias beneficiárias, em 2012, apontavam grande diversidade de práticas produtivas e culturais, significativa produtividade pesqueira e agrícola, base fundamental da segurança alimentar das populações tradicionais. Os modos de vida destas populações e as formas de manejo dos recursos naturais conformam um território com extensas áreas conservadas, sejam de manguezais ou áreas de floresta atlântica em seu entorno.

Outras iniciativas produtivas, implementadas e gerenciadas pelas próprias organizações comunitárias – como os cultivos comunitários de ostras e o Turismo de Base Comunitária (a exemplo da Rota da Liberdade das comunidades quilombolas do município de Cachoeira) – apontam para o potencial de alternativas produtivas e a capacidade organizacional das populações tradicionais. Apesar de tantas potencialidades, essas populações enfrentam, há séculos, conflitos de diversas ordens, que põe em risco a manutenção de seus modos de vida e a garantia de uma vida digna em seu território.

As comunidades tradicionais ribeirinhas da Unidade de Conservação enfrentam diversos problemas sociais e estruturais, com destaque para problemas sanitários, que estão diretamente relacionados à exposição ao sedimento do mangue durante o deslocamento para embarcações. Isso poderia ser resolvido com a construção de piers que ligassem o ambiente terrestre ao aquático, evitando problemas de saúde e facilitando a acessibilidade de idosos que precisam se deslocar para municípios próximos e crianças na saída para creches e escolas.

Existem grandes empreendimentos no entorno da RESEX Marinha da Baía de Iguape que causam impactos socioambientais negativos, e potencializam processos de invisibilização das populações tradicionais locais. Entre os de maior destaque, citamos a Usina Hidrelétrica de Pedra do Cavalo (UHE Pedra do Cavalo), um empreendimento cujo licenciamento ambiental é de competência estadual, com diversas lacunas de avaliação de impacto, de implantação de medidas mitigatórias e de condicionantes socioambientais. Esse empreendimento foi regularizado pelo órgão ambiental estadual através de um Termo de Compromisso e, na ausência da licença de operação, não existem condicionantes ambientais que mitiguem os impactos negativos sobre a UC e as populações tradicionais beneficiárias. O principal impacto provocado pela UHE Pedra do Cavalo é a gestão inadequada do regime de vazão hídrica, resultando na alteração da salinidade e na dinâmica das correntes do estuário. Há vários anos, observa-se a retenção da água por longos períodos, conseqüentemente, o Rio Paraguaçu fica sem aporte de água doce a jusante da barragem, e posterior liberação de grandes volumes em poucos dias, o que ocasiona mortandade em massa da biota estuarina e enormes prejuízos socioeconômicos para pescadores e marisqueiras.

A unidade de conservação também sofre com a introdução de espécies exóticas, em especial o coral-sol, uma grave ameaça para a biodiversidade marinha da RESEX e da BTS como um todo. Atividades de pesquisa e monitoramento são conduzidas pelo ICMBio há alguns anos, sendo necessário a garantia de manutenção das ações em andamento.

A presente proposta pretende abordar diretamente os impactos ambientais e busca fortalecer os instrumentos de gestão da UC, bem como consolidar as relações da UC com os beneficiários e outros atores-chave para o sucesso de sua implementação.

Cabe informar que a RESEX possui Conselho Deliberativo instituído e muito ativo, mas não possui Plano de Manejo. A sede possui estrutura precária, estando em curso algumas pequenas reformas e esforços de manutenção de equipamentos e bens, tais como embarcações e carros. Atualmente, a UC conta com 4 servidores (Analistas Ambientais) e 09 Agentes Temporários Ambientais, distribuídos nas funções de segurança, marinho e agentes de apoio de campo. O projeto que está sendo proposto, de forma preliminar, visa atender demandas estabelecidas pelos grupos de beneficiários (pescadores, marisqueiras, sazeiristas, agricultores, artesãos e extrativistas vegetais) e contribuirá diretamente para melhoria da conservação e qualidade ambiental, segurança alimentar, renda e reprodução social das comunidades tradicionais da região. Espera-se obter uma melhor compreensão dos aspectos sócio ecológicos e econômicos que compõem a área da RESEX e que são afetados pelos principais impactos socioambientais supracitados, possibilitando a proposição e implementação de medidas mitigatórias e compensatórias, baseadas em dados científicos e conhecimentos tradicionais. Espera-se também gerar informações básicas capazes de dar maior visibilidade sobre a importância social e econômica dos modos de vida tradicionais. Por fim, espera-se aprimorar a articulação com atores sociais chave (e.g. líderes comunitários, prefeituras, empreendimentos, universidades, órgãos do judiciário) e consolidar a implementação e atuação da RESEX enquanto vetor de promoção da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável local e regional.

Os resultados do projeto poderão contribuir para que o Brasil cumpra compromissos assumidos internacionalmente, em especial no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica, como as Metas de Aichi (em processo de atualização); as Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza da FAO; os Objetivos da Convenção 169 da OIT; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Destacam-se as Metas de Aichi 6 (pesca sustentável), 10 (diminuição da pressão antropogênica sobre ecossistemas marinhos), 14 (proteção de ecossistemas provedores de serviços essenciais), e 18 (respeito a conhecimentos e práticas tradicionais relevantes à conservação e uso sustentável de biodiversidade), assim como os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1 - Erradicação da Pobreza, 3 – Saúde e Bem Estar, 8 – Trabalho decente e Crescimento Econômico, 10 – Redução das Desigualdades, 14 – Vida na Água.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 9.000.000,00 (Nove milhões de reais)



Dmitri de Igatu

Atualização da situação fundiária e caracterização da tradicionalidade em comunidades residentes no Parque Nacional da Chapada Diamantina

● Finalidade da Emenda:

Ação visa atualizar a situação fundiária e avaliar a tradicionalidade em seis comunidades sobrepostas ao Parque Nacional da Chapada Diamantina.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do estado da Bahia e abrangendo 6 municípios. Esta unidade de conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá. Quando da sua criação, havia algumas localidades com moradores residentes. No processo de regularização fundiária da unidade, a situação de tais localidades precisará ser tratada de modo a permitir que aquelas que tenham características tradicionais tenham seus direitos resguardados nos termos da legislação vigente.

No Parque Nacional da Chapada Diamantina já foi realizado um levantamento fundiário, no ano de 1998. Os dados daquele levantamento foram usados como base para diversos processos indenizatórios e ainda é útil para análise de áreas desocupadas. No entanto, as comunidades apresentam uma situação dinâmica, onde ao longo de 24 anos muitas alterações podem acontecer. Por isso, é necessário buscar a atualização dos dados para a área ocupada pelos residentes. Vale citar que estas ocupações equivalem a menos de 3% da extensão deste parque nacional. Além disso, duas destas comunidades têm situações peculiares e não devem ser incluídas na proposta que está se apresentando neste projeto: a comunidade do Vale do Pati não teve novas ocupações nos últimos quinze anos, foi objeto de uma análise de sua tradicionalidade e deve ser atendida por um projeto já em andamento. Já a comunidade de Fazenda Velha é reconhecida como Remanescente de quilombos pela Fundação Palmares e deverá ter seu respectivo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo INCRA, autarquia federal responsável por este tipo de avaliação para comunidades quilombolas.

Com a exclusão das duas comunidades citadas acima, as comunidades que ainda precisam de atualização da situação fundiária e de análise quanto a sua tradicionalidade para que garantam seus direitos, sendo reconhecidas como tradicionais, são as seguintes: Baixão (Município de Ibicoara), Capão Correia e São Pedro (Mucuge), Garapa-Roncador (Andaraí), Capivara e Curupati (Lençóis).

● Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

O levantamento da situação fundiária das comunidades será realizado na forma usual, incluindo os levantamentos cartoriais, análise de cadeias dominiais, análise jurídica da documentação pertinente, levantamento de benfeitorias, georreferenciamento de propriedades e posses.

A análise da tradicionalidade será realizada através de uma avaliação antropológica de cada comunidade procurando identificar as características de cada uma, suas peculiaridades, ligações culturais e os respectivos territórios de uso e ocupação. Também deverá ser avaliada a eventual presença de ocupantes que não sejam integrantes das comunidades e que tenham adentrado as áreas após a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina. Estes levantamentos darão subsídios para que se elaborem acordos de convivência que compatibilize a permanência daquelas comunidades consideradas tradicionais nos limites do Parque Nacional da Chapada Diamantina, nos termos da legislação e dos entendimentos jurídicos atualmente adotados.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

Obras e serviços de adequação da Estrada Velha do Garimpo para ser um eixo indutor do turismo no Parque Nacional da Chapada Diamantina

• Finalidade da Emenda:

Ação tornar a Estrada Velha do Garimpo (EVG) trafegável com estrutura de apoio à visitação e controle de acesso para fortalecer o turismo na região entre Lençóis e Andaraí.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma unidade de conservação federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do estado da Bahia e abrangendo 6 municípios. Esta unidade de conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá. É uma das unidades de conservação mais conhecidas do Brasil, porém ainda é carente de estruturas físicas que permitam atender adequadamente às demandas de gestão.

A EVG (também conhecida como Estrada do Baixio) é um antigo caminho de ligação entre as cidades de Lençóis e Andaraí. Muito usada durante o período do Garimpo, foi progressivamente abandonada devido às dificuldades de manutenção e ao decaimento das atividades garimpeiras na área. Atualmente, apenas a porção que fica no município de Andaraí recebe alguma manutenção. O restante da estrada está praticamente abandonada, sendo usada eventualmente por ciclistas e por pessoas com quadriciclos.

A EVG tem cerca de 28 km de extensão, a maior parte deles dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina, cruza por 8 cursos d'água e dá acesso há uma área onde existem 8 cachoeiras e diversos sítios arqueológicos. Atualmente, já há o uso da área pela comunidade quilombola do Remanso (Lençóis), que leva visitantes em canoas pelo pantanal Marimbus até próximo a cachoeira do Roncador. Neste ponto é próximo ao rio Garapa, há áreas balneáveis que são usadas pela população, especialmente da cidade de Andaraí. A área também é ocupada por duas comunidades, uma inteiramente inserida no parque nacional (Garapa-Roncador, município de Andaraí) e a outra parcialmente inserida no parque (Capivara, município de Lençóis).

As obras de adequação da estrada para o uso turístico trarão novas opções para a visitação à unidade, estão de acordo com o plano de manejo e, além disso, beneficiarão os moradores locais que tem hoje em dia sérios problemas com as dificuldades de acesso, especialmente em épocas de chuva. Vale lembrar que as áreas ainda não foram indenizadas, mas isto não deve interferir nas obras, já que a estrada normalmente segue por áreas em que a própria estrada é o limite das propriedades.

• Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

As obras de recuperação deverão ser precedidas de um estudo técnico e de engenharia detalhado para avaliar as intervenções de modo a minimizar os impactos delas decorrentes. Também deverão ser incluídos aspectos técnicos da estruturação da visitação ao local, incluindo a análise dos sítios arqueológicos existentes nas proximidades e que podem ser acessados pela estrada, e análise de viabilidade econômica.

Além das obras viárias, as estruturas previstas incluirão guaritas de acesso, sinalizações na estrada, construção de atracadouro para canoas vindas do quilombo do Remanso e obras de infraestrutura nos balneários do Garapa e do Roncador.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Adequação e construção de instalações e aquisição equipamentos para o Parque Nacional da Chapada Diamantina em áreas já indenizadas

• Finalidade da Emenda:

Adequar nove prédios já existentes em áreas indenizadas e construir um prédio de 350m² em uma das áreas do Parque Nacional da Chapada Diamantina voltado para a gestão da Unidade de Conservação, bem como a construção de um heliporto, adquirindo também os equipamentos necessários para que as instalações cumpram seus objetivos.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Chapada Diamantina é uma Unidade de Conservação Federal com cerca de 152.000 hectares de extensão, situado no centro do Estado da Bahia e abrangendo 6 Municípios. Esta Unidade de Conservação foi criada com o objetivo de conservar amostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá. É uma das Unidades de Conservação mais conhecidas do Brasil, porém ainda é carente de estruturas físicas que permitam atender adequadamente às demandas de gestão.

O Parque Nacional da Chapada Diamantina tem, até o momento, cerca de 8.000 ha já indenizados. Entre as propriedades já indenizadas e aquelas que estão na posse do ICMBIO, existem duas áreas com construções que podem ser utilizadas pela gestão da unidade de conservação de modo a viabilizar o cumprimento dos seus objetivos. Uma dessas propriedades encontra-se no extremo norte do Parque Nacional, em um local conhecido como Ponem, com 32 ha de extensão, possui uma casa construída em blocos de pedra, com cerca de 80m², que precisa de obras para se adequar ao uso da unidade. A outra propriedade está localizada na região central do PARNA, em uma área conhecida por Tumezinho, próxima à cidade de Mucugê. Esta área tem uma extensão de cerca de 220ha e conta com 8 construções que ali estavam quando houve a indenização. Uma destas construções é utilizada atualmente como base para abrigar a brigada contratada, porém precisam de adequações. Além disto, com intuito de melhor alocar os eventos que já são realizados no Parque, como reuniões de conselho, cursos, atividades com a comunidade e recepção de visitantes, há a necessidade de construir um prédio. Propõe-se que este prédio tenha 350 m² de área. Por fim, será necessário equipá-los com móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e outros equipamentos.

• Atividades previstas e Descrição da Execução da Emenda:

A seguir serão descritos, em linhas gerais, para cada área, como serão aplicados os valores solicitados. É importante citar que a SEINFRA, setor do ICMBIO que trata de obras de engenharia, procedeu com vistoria prévia das áreas durante o mês de agosto de 2022, que serve de base para as propostas aqui apresentadas

1 – Adequação dos espaços

Ponem: A casa existente nesta propriedade tem cerca de 80 m² e é construída em blocos de pedra. Precisa de reparos em seu telhado, de novas aberturas, de construção de um banheiro incluindo sistema de saneamento, de um sistema de abastecimento de água e de adequações adicionais a serem descritas em projeto executivo. Esta casa deverá servir de alojamento para pesquisadores e para apoio a brigadas de combate à incêndios. Também poderá contar com um espaço para servir de laboratório avançado para pesquisadores. Os equipamentos deverão incluir camas, colchões, roupas de cama, fogão, geladeira, bebedouro, pias, bancadas, cadeiras, mesas, e outros equipamentos que serão mais detalhados no projeto a ser executado previamente à execução das obras.

Tumezinho: A avaliação conduzida pela SEINFRA demonstra que é possível aproveitar praticamente todos os prédios existentes no local, com obras de qção e adaptação tanto estrutural como arquitetônica. Assim, os imóveis já existentes podem servir de alojamento, base administrativa e garagem. Devido a po

adequação e adaptação tanto estrutural como arquitetônica. Assim, os imóveis já existentes podem servir de alojamento, base administrativa e garagem. Devido a posição geográfica, no entanto, a área tem potencial para concentrar atividades e eventos ligados à gestão do Parque Nacional. Para isto, será necessária a construção de um prédio de alvenaria que sirva de centro de eventos e que também possa receber visitantes. O detalhamento das obras será apresentado em projeto executivo elaborado antes do início das obras. Para esta área, estão previstos, entre outros equipamentos, a aquisição de camas, colchões, roupas de cama, fogão, geladeira, bebedouro, pia, cadeiras, mesas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos (“data-show”, computadores, impressoras e outros equipamentos). O detalhamento completo será feito no projeto executivo.

2 – Construção

A construção de um heliporto que permita o pouso e decolagem com segurança de helicópteros necessários em operações de combate aos incêndios florestais, comuns na região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões)

Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/BA.

• Atividades previstas

Fundamentar a proposta de ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos por meio da ampliação do acesso e dados sobre a ecologia dos animais, o que pode ser feito eficientemente através dos BRUVs (Baited Remote Underwater Videos).

• Finalidade da Emenda:

Aumentar a conservação da biodiversidade da região do Banco dos Abrolhos através da ampliação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Banco dos Abrolhos é uma das regiões de maior importância para a conservação da biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul, conforme reconhecido e reafirmado em sucessivos processos de avaliação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade em território nacional. Consiste em um alargamento da plataforma continental de aproximadamente 200 km, cobrindo aproximadamente 56.000 km², entre os Estados da Bahia e do Espírito Santo, desde a foz do rio Jequitinhonha (15° 50' S) até a foz do rio Doce (19° 40' S). Abriga o maior complexo de recifes de coral a região mais importante para biodiversidade marinha do Atlântico Sul, formando um mosaico de habitats que inclui manguezais, bancos de algas calcárias, fundos inconsolidados e recifes de corais.

O parque nacional marinho dos Abrolhos, em seus limites atuais, abrange tão somente 1,8% do Banco dos Abrolhos, deixando muitos recursos naturais sujeitos ao potencial uso direto e indireto. Além disso, os limites atuais do Parque não abrangem de forma representativa vários ambientes essenciais à conservação da biodiversidade do Banco e à sustentabilidade da produção pesqueira regional, tais como os recifes de profundidade e as denominadas “buracas”, além de áreas de quebra de plataforma com alta importância como refúgio de espécies. Além disso, a possível ampliação do parque pode impulsionar o potencial econômico existente devido aos atrativos que a biodiversidade possibilita para a região, tais como o desenvolvimento do turismo.

Além disso, estudos recentes de monitoramento através de BRUVS (Baited remote underwater video) tem mostrado que esta técnica é eficiente para avaliação dos padrões de diversidade e abundância de espécies, bem como o tamanho dos indivíduos, especialmente para aquelas espécies associadas a ambientes de recifes de corais, devido à elevada riqueza de indivíduos e espécies de peixes e, além disso, à visibilidade favorável à obtenção de imagens.

Para isso, estamos solicitando esta emenda parlamentar com vistas a realização de aprimorar os mapeamentos de abundância de espécies da região do entorno do parque e a realização de estudos complementares para subsidiar tecnicamente a definição dos limites da proposta.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$500.000,00 (Quinhentos mil reais).



Confecção da exposição permanente ABRE OS OLHOS!, como forma de atrair visitantes e turistas para o Centro de Visitantes do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos em Caravelas/BA

• Atividades previstas

Contratação de empresa especializada em coordenação de execução e montagem de exposições para acompanhamento técnico remoto + 3 visitas presenciais de 5 dias (durante 2 meses) para controle de processos de construção, produção gráfica, montagem e acabamentos. A empresa será responsável por todos os passos de montagem que inclui compras de equipamentos, encomenda e supervisão da execução de obras artísticas, instalação de equipamentos multimídias e impressão de todos os serviços gráficos.

• Finalidade da Emenda:

Instalação de exposição no Centro de Visitantes com finalidade recreativa, contemplativa e educacional de forma a ser um equipamento relevante para atração de no mínimo 30 mil visitantes por ano.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Abrolhos representa um marco para a conservação marinha no país. Em 06 de abril de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88218 foi criado o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (PARNA MAR Abrolhos). Desde então, 87.943 hectares desta Unidade de Conservação (UC) ajudam a proteger a região com a maior biodiversidade marinha do Brasil e do Atlântico Sul. O Parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Comemorativa dos 40 Anos do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, a Exposição Abra os Olhos! Trata de um atrativo do Centro de Visitantes do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Abrolhos capaz de atrair a atenção de dezenas de milhares de visitantes a cada ano a partir de conceitos de projeto que possibilite integrar o espaço expositivo com ambiente geral do Centro de Visitação; provocar um sentimento de pertencimento da população de Caravelas e o seu entorno; despertar aos visitantes de várias nacionalidades um entendimento do que é o Arquipélago de Abrolhos e a cultura local; proporcionar aos visitantes a absorção do conteúdo de forma interativa, divertida e educativa.

Ela ocupará 3 diferentes ambientes do centro de visitantes em um total aproximado de 800m², distribuídos nas seguintes áreas:

- Salão exposição = 150m²
- Galpão Biodiversidade = 258m²
- Área externa = 392m²

A cada ambiente o visitante poderá contemplar parte da exposição que ficará dividida da seguinte forma:

Recepção:

- Mesa com mapa da área expositiva
- Totem formato de árvore de mangue - Painel título da exposição e pássaros aéreos

Salão:

- Módulo 01 a 05 com painéis, mobiliário, equipamentos de audiovisual e elementos cenográficos.

Sala Multiuso:

- Rota de saída da exposição e espaço de usos diversos.

Passarela:

- Piso com mosaico

- Painel de identificação e placa com comunicação visual

Galpão Biodiversidade:

- 02 painéis trainelados e 01 tapadeira para fixação de 03 esculturas em papel machê

- 01 praticável com piso em deck e 04 quadros em MDF

- 01 carrinho educativo em MDF com recortes em formato de barcos.

Ter uma exposição de altíssimo nível valoriza a gestão da biodiversidade, eleva a estima das populações locais, atraem turistas e visitantes, bem como fortalece os mecanismos econômicos da cadeia do turismo regional.

NORDESTE (CE)



Construção de trilhas e mirante com escadarias para acesso a Pedra Furada do Parque Nacional de Jericoacoara – Jijoca de Jericoacoara/Ceará.

• Atividades previstas

Obra de implementação e recuperação das trilhas do Atrativo Serrote-Pedra Furada-Farol de Jericoacoara, a partir da Vila de Jericoacoara, construção de escadarias de acesso e mirante.

• Finalidade da Emenda:

Melhoraria das trilhas de acesso ao atrativo da Pedra Furada de Jericoacoara, redução de riscos de acidentes, promoção do conforto no percurso, remediação dos danos ambientais gerados pelas ramificações de trilhas, acessibilidade, estruturação do atrativo e modernização do ponto turístico pela implantação de mirante para registro fotográfico e área de descanso.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional de Jericoacoara recebe mais de um milhão e meio de visitante ao ano, sendo o terceiro Parque Nacional brasileiro mais visitado e, em conjunto com outros atrativos locais, um importante indutor de turismo do litoral oeste do Ceará. As funções ambientais e sociais do Parque são de grande relevância para toda a região: garante a recarga do aquífero Dunas-Barreira que é a fonte de água para diversas cidades e regula a qualidade e disponibilidade das águas superficiais das lagoas como a Lagoa do Paraíso, Tatajuba e outras lagoas da região de Jericoacoara. Esse conjunto de atrativos para o turismo de praia e sol são reconhecidos internacionalmente, gerando trabalho e renda e sustentando o desenvolvimento da região.

A Pedra Furada de Jericoacoara é o cartão postal do Parque Nacional e sua beleza única e sua história geológica configuram um ponto de interesse para os visitantes que são desafiados pelas características locais e a rusticidade da trilha de acesso.

A chegada a Pedra furada é realizada por trilhas e não existem elementos facilitadores do acesso, como corrimão ou pontos de descanso.

Também não existem obras de arte que valorizem o ponto turístico e melhorem a acessibilidade dos visitantes.

Abaixo seguem imagens do local, suas características únicas de beleza e rusticidade e algumas ideias de como as intervenções irão melhorar a experiência dos visitantes do Parque Nacional.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)



Figura 1. Início da Trilha para a pedra furada, trecho em leve declive, sem intervenções.



Figura 2. Trilha de acesso para a pedra furada, trecho com declive acentuado. Na imagem ação de manutenção da trilha.



Reforma da Sede e portarias do Parque e ampliação incluindo a construção de laboratório de pesquisa e Centro de visitantes

• Atividades previstas

Reforma e adequação da sede administrativa do ICMBio na Vila de Jericoacoara incluindo escritórios, alojamento, refeitório, cozinha, garagem, almoxarifado e casa funcional. Reforma e adequação das três portarias de entrada do Parque: Preá, Lagoa Grande e Mangue Seco.

Ampliação da sede do ICMBio na Vila de Jericoacoara incluindo a construção de laboratório de pesquisa para ações conjuntas com a Universidade Federal do Ceará e de Centro de visitantes para **abrigar exposição permanente sobre o Parque e realização de palestras e eventos culturais.**

• Finalidade da Emenda:

Realizar a reforma, adequação, modernização e ampliação dos prédios do Parque Nacional de Jericoacoara, no litoral Oeste do Ceará.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A sede do Parque Nacional de Jericoacoara está localizada na Vila de Jericoacoara e ocupa uma área doada pelo Estado do Ceará para a administração da unidade e atendimento das demandas relativas à gestão e proteção da biodiversidade e promoção do turismo sustentável. Além da sede localizada na Vila, o parque ainda possui três guaritas nos principais acessos ao Parque.

As estruturas foram construídas por meio de parcerias entre o Estado do Ceará e o IBAMA, responsável pela gestão do Parque Nacional até 2007, quando o ICMBio foi criado. Atualmente os prédios não atendem as demandas administrativas e da atual equipe necessitando de ampliação e adequação, respondendo às atualizações tecnológicas e melhorando a segurança dos trabalhadores.

Além dos prédios existentes, o presente projeto busca apoio para a ampliação da sede incluindo a construção de espaço destinado a recepção dos visitantes, informações turísticas e realização de eventos culturais, com capacidade para receber 50 pessoas. A construção de um laboratório de pesquisa também para atuação conjunta com a UFC também garantirá ações de pesquisa e monitoramento e educação ambiental.

A área para reforma e adequação é de aproximadamente 1000m² e a ampliação incluirá a construção de novos 1000m², aumentando a capacidade de interação com os visitantes e estabelecendo novas ações de pesquisa e educação ambiental para a comunidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)

NORDESTE (PB)



Flona Rastinga de Cabedelo

Contratação de serviço de pavimentação e drenagem da estrada de acesso à FLONA da Restinga de Cabedelo

• Atividades previstas

Obra de pavimentação e drenagem da estrada de acesso à FLONA da Restinga de Cabedelo

• Finalidade da Emenda:

Evitar o carreamento de material e processos erosivos que podem impactar diretamente biota da Unidade, facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços oferecidos pelo ICMBio no local, onde também estão instalados, a Gerência Regional Nordeste, a DIAG 2, o CEMAVE, o CPB o CETAS/IBAMA-PB, resguardando a incolumidade pública e as atividades de uso público que ocorre na Unidade de Conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A ausência de melhoria nas condições de trafegabilidade da estrada acarreta prejuízos ambientais para a unidade, bem como danos aos veículos do ICMBio e dos visitantes e funcionários que aqui trabalham, além do risco em potencial para a segurança dos condutores de veículos e transeuntes, devido ao risco de queda de árvores, demonstrado no parágrafo seguinte.

A manutenção periódica da estrada, mediante a utilização de motoniveladora vem provocando o rebaixamento gradativo do terreno e por conseguinte, deixando parcialmente descoberta a raiz/caule das árvores situadas nas bordas da estrada, favorecendo assim ocorrência de acidentes provocados por quedas de árvores e comprometendo a segurança das pessoas e veículos. Embora a equipe da FLONA de Cabedelo não tenha registros de acidentes envolvendo a queda de árvores e veículos, é importante ressaltar que o risco potencial é significativo, pois é frequente a queda de árvores nas margens da estrada, que em algumas situações impede o livre trânsito no local.

Durante o período de chuvas (que geralmente se estende entre os meses de abril a setembro) as condições para o tráfego de veículos se tornam bastante precárias na estrada que liga a guarita de entrada (na BR 230) até aos prédios das unidades aqui instaladas (FLONA, CR-6, UAAF, CEMAVE, CPB, CETAS/IBAMA). Por ser uma região litorânea, as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, de modo que a formação de buracos, atoleiros e acúmulo de água se dá de forma contínua (vide as fotos de 06 a 11).

As características arenosas do terreno (um solo típico da restinga) favorecem a formação de buracos e poças d'água. Conforme citado no Estudo de viabilidade das alternativas de realocação da linha de distribuição de energia e da estrada de acesso da FLONA de Cabedelo, nos últimos anos a equipe desta Unidade de Conservação tem observado que a estrada está se alargando em decorrência da conduta de alguns motoristas que utilizam a borda para desviar de buracos e poças d'água, aumentando assim os impactos em relação à área de floresta de restinga.

A estrada existente, no sentido leste-oeste, sempre sofreu intervenções paliativas para permitir sua trafegabilidade, mediante o nivelamento do terreno e sem acréscimo de material ou compactação, levando ao aprofundamento do leito da estrada em relação ao terreno de floresta circundante.

Conforme já mencionado, a utilização desse tipo de maquinário vem provocando o rebaixamento gradativo do terreno e por conseguinte, deixando parcialmente descoberta a raiz/caule das árvores situadas nas bordas da estrada, favorecendo assim ocorrência de acidentes provocados por quedas de árvores e comprometendo a segurança das pessoas e veículos, muito embora outros fatores também contribuam para a queda de árvores.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)



Melhorar e estruturar Programa de Proteção da Reserva Biológica Guaribas e da APA Barra do Rio Mamanguape, com aquisição de 3 (três) veículos tipo pic-up 4x4, contribuindo sobremaneira no desenvolvimento das Ações de Fiscalização, desenvolvidas pelos servidores destas UC's, conforme orientações contidas no Plano de Manejo, coibindo a existência de ilícitos que possam afetá-las direta e indiretamente

• Atividades previstas

Aquisição de 3 (três) veículos do tipo pic-up 4x4: - Veículo 4x4 , tipo caminhonete cabine dupla de uso misto, capacidade 5 pessoas, 4 portas, equipada com tração 4x4 original de fábrica, diesel, direção hidráulica, caçamba metálica, para ser aplicado fora de estrada, em condições severas de uso e em serviços pesados, com motor potência nominal: mínima 140 cv a 4.000 rpm, torque: aproximadamente 26 1.Kgf.m a 2.000 RPM, combustível: Diesel, rodas e pneus Modelo : 225/75 R16, pneu LT 265/75, uso misto 50% asfalto 50% terra, rodas de aço, com os seguintes complementos: grade de proteção da janela traseira; quebra - mato; peito de aço; tapetes de borracha, ar - condicionado; engate de reboque, Bancos em courvin ou vinil; predisposição para rádio de comunicação; protetor de caçamba mínimo de 3 ganchos para amarração de carga em cada lateral da caçamba do veículo.

• Finalidade da Emenda:

Dotar a Reserva Biológica Guaribas e a APA Barra do Rio Mamanguape, de capacidade para realizar as ações de gestão de forma contínua.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição dos veículos, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

As Unidades de Conservação bem protegidas e estruturadas atraem públicos de diferentes perfis e idades, e, ao mesmo tempo, permite que as UC's sejam conhecidas, valorizadas, tenham novos aliados e disponibilizam suporte a gestão para que cumpram com seus objetivos específicos de conservação dos serviços ambientais para as futuras gerações.

As áreas que compõem a Reserva Biológica Guaribas, um dos últimos remanescentes da Floresta Atlântica na região Nordeste. Parte dela ainda se encontra bastante preservada, outras em plena recuperação, indicando que abriga uma grande diversidade de espécies animais e vegetais. Devido à riqueza de madeiras de lei e de outras espécies florestais vulneráveis e ameaçadas de extinção, a reserva assume importante papel na manutenção da diversidade genética da flora local e quiçá nacional. Com espécies de aves ameaçadas de extinção, além de novas espécies da herpetofauna endêmica da região, a reserva detém um status singular na preservação/conservação da diversidade genética dessas espécies.

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Barra do Rio Mamanguape criada pelo Decreto Federal nº 924/1993, apresenta dentre outras relevâncias, para ser considerada como tal, uma área representativa do ecossistema manguezal, no estado da Paraíba, sendo o maior remanescente do estado.

Os seguintes objetivos motivaram e serviram de argumento para a criação desta Unidade de Conservação:

I - Garantir a conservação do habitat do Peixe-Boi Marinho (*Trichechus manatus*);

II - Garantir a conservação de expressivos remanescentes de manguezal, mata atlântica e dos recursos hídricos ali existentes;

- III** - proteger o Peixe-Boi Marinho (*Trichechus Manatus*) e outras espécies, ameaçadas de extinção no âmbito regional);
- IV** - Melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;
- V** - Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

Mesmo em face de suas importâncias locais e regionais, elas sofrem as mais variadas pressões antrópicas, entre elas, destacam-se a caça no interior das UC's, os desmatamentos de fragmentos e a ocorrência de incêndios florestais no seu interior, seu entorno, sua zona de amortecimento e área circundante. Entre as atividades de proteção desenvolvidas pelas UC's, estão as ações preventivas e corretivas de fiscalização, sendo um dos principais fatores de sucesso a disponibilização ao pessoal de campo de condições com transporte eficientes e seguros. Paralelamente, às ações de fiscalização realizadas pelas UC's, se faz necessário a disponibilização de veículos com capacidade de transporte seguro aos agentes de fiscalização e aos brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais, com capacidade de carga e rusticidade compatível com as exigências do terreno.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



Alessandro Carbone

NORDESTE (PE)



Monitoramento da biodiversidade: rastreando aves de Fernando de Noronha

• Atividades previstas

Marcação de aves das unidades de conservação de Fernando de Noronha.

• Finalidade da Emenda:

Monitorar as populações de aves marinhas e terrestres que ocupam e dependem das Unidades de Conservação de Fernando de Noronha.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição de equipamentos e materiais de marcação de aves e na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Arquipélago de Fernando de Noronha é considerado uma das áreas mais importantes para a reprodução de aves marinhas do Brasil, tanto em riqueza quanto em número de indivíduos. Também é uma área de endemismo, com ocorrência de duas espécies de Passeriformes ameaçadas e restritas a Fernando de Noronha. No total, o arquipélago abriga 76 espécies de aves, sendo 11 espécies de aves marinhas residentes que se reproduzem nas ilhas, quatro espécies terrestres residentes nativas e outras visitantes esporádicas ou migratórias. Dentre as aves marinhas residentes, quatro espécies estão ameaçadas de extinção: a pardela-de-asa-larga (*Puffinus lherminieri*), o rabo-de-palha-de-bico-vermelho (*Phaethon aethereus*), o rabo-de-palha-de-bico-laranja (*Phaethon lepturus*) e o atobá-de-pé-vermelho (*Sula sula*). As principais ameaças à avifauna de Fernando de Noronha são a predação por animais exóticos, notadamente gatos e ratos, e a alteração de ambientes florestais.

Esta proposta busca implantar monitoramento das populações de aves, indicadores ambientais bastante importantes para acompanhamento da situação ambiental do arquipélago. O uso de tecnologias de ponta e métodos de rastreamento mais efetivos será essencial para compreender a situação das populações de aves locais e melhor planejar ações de conservação que possam resguardar este patrimônio nacional.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais)

Revitalização do Centro de Visitantes da Reserva Biológica de Saltinho.

• Atividades previstas

Reforma do Centro de Visitantes e anfiteatro, além de produção de exposição interpretativa para ser instalada no referido espaço.

• Finalidade da Emenda:

Realizar a revitalização do Centro de Visitantes da Reserva Biológica de Saltinho, com intuito de proporcionar a ampliação do público visitante.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Biológica de Saltinho foi criada pelo Decreto Federal nº 88.744, de 21 de setembro de 1983, após ter desempenhado papel de Horto Florestal e Estação Florestal. A Unidade de Conservação protege um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do estado de Pernambuco, abrigando, em seus 475 hectares, espécies importantes da fauna e da flora brasileira.



Imagem 01: Vista aérea da REBIO Saltinho

A Unidade de Conservação (UC) está localizada nos municípios de Tamandaré e Barreiros, a aproximadamente 78 Km ao sul-sudoeste da capital estadual, Recife. Como peculiaridade destaca-se sua relação com rodovias: a PE –060 e a PE-076 cruzam a UC e fazem desses pontos verdadeiros atrativos pela formação de túneis de floresta.



Imagem 02: Túnel Verde na REBio Saltinho

Historicamente, a Unidade de Conservação contribui para a formação de estudantes da rede pública e privada, tendo como perfil de visita atual alunos que se encontram do ensino fundamental ao superior. No entanto, percebe-se uma crescente demanda de grupos de familiares e amigos, que buscam a UC para atividades educativas não vinculadas à educação formal.

A REBIO Saltinho possui uma estrutura física para implementação de um Centro de Visitantes, que necessita de reparos e revitalização, o que traria uma melhora significativa na qualidade de visita bem como ampliaria o escopo de seu público já que seria mais um atrativo para a Unidade, além das trilhas que já são utilizadas.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

Manutenção Estrutural da Sede Administrativa e do Centro de Educação Ambiental da Rebio Salinho

• Atividades previstas

Obra de recuperação das estruturas do centro administrativo e do centro de educação ambiental da REBIO Salinho.

• Finalidade da Emenda:

Recuperar as estruturas do centro administrativo e do centro de educação ambiental para prevenir eventuais sinistros decorrentes de colapso parcial ou total.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A REBIO Salinho foi criada no ano 1983 e possui cerca de 438 mil hectares de área. Atualmente é um dos principais fragmentos de Mata Atlântica do estado de Pernambuco e do Brasil. O Centro Administrativo é onde a equipe e pesquisadores utilizam para suas demandas, suporte e base para realização das atividades. O local está com presença de cupins em seu madeiramento, infiltrações no teto, gesso e telhado comprometidos. É de fundamental importância para atividades diárias da equipe administrativa, terceirizados, pesquisadores, estagiários, voluntários e dos agentes temporários ambientais.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Reforma das estruturas do antigo prédio da padaria e enfermaria localizadas nas dependências do CEPENE-PE, para reestruturação do museu da biodiversidade marinha

• Atividades previstas

Reforma, restauração e revitalização das estruturas físicas das antigas instalações da padaria e enfermaria construídas na década de 1930, localizadas nas dependências do CEPENE.

• Finalidade da Emenda:

Reforma restauração e revitalização do antigo prédio da padaria e enfermaria localizadas nas dependências do CEPENE-PE, para reestruturação do museu da biodiversidade marinha.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – CEPENE – é um dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, e é vinculado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO). Foi criado em 11 de outubro de 1983 e desde o Decreto 8.099, de 04 de setembro de 2013, passou a integrar a estrutura do ICMBio. Não há, no litoral brasileiro, uma área à beira mar com a estrutura disponível para as ações de pesquisa, monitoramento, gestão ambiental marinha e formação de pessoal como o CEPENE. A área onde está instalado o centro de pesquisa é um imóvel cedido ao ICMBio pela Marinha do Brasil, por meio de um contrato de cessão de uso gratuito. Esse imóvel possui uma área de 33 hectares numa faixa litorânea de 1.200 metros, localizada de forma estratégica na baía de Tamandaré, litoral sul de Pernambuco. Conta com três grandes conjuntos de construções: os prédios da pesquisa, formação e administração, e 15 unidades residenciais, com área edificada de 13.000m².

Em 1904, o local onde hoje é o CEPENE serviu para a instalação de uma estação sanitária construída pelo Governo Federal. Nessa estação, permaneciam em quarentena os passageiros dos navios com destino à Europa, em razão de epidemias de febre amarela, varíola e hanseníase que assolavam o Brasil. Os navios que vinham ao Brasil com imigrantes atracavam no porto de Tamandaré, onde era realizada a triagem das pessoas portadoras de doenças e sadias.

As que se encontravam em bom estado de saúde eram liberadas, e, caso contrário, eram tratadas no Lazareto. O conjunto arquitetônico que compunha o Lazareto era formado por sete prédios, três caixas d'água e um extenso barracão de madeira, além de um moinho de vento, com destaque para o pavilhão da administração em estilo gótico.

No início da década de 20, com o avanço dos trabalhos de Oswaldo Cruz na área da saúde e vacinação, as dependências do Lazareto foram doadas ao Ministério da Agricultura. À época, o objetivo era a correção educacional das crianças e jovens de Pernambuco, por intermédio do Patronato Agrícola

João Coimbra, inaugurado em 05 de novembro de 1924. O patronato funcionava como escola desde a alfabetização até o ensino da admissão, e como complemento, às crianças e jovens aprendiam ofícios como alfaiataria, sapataria, música e carpintaria. Outro ensinamento era a agricultura, inicialmente com o plantio de coqueiros e, posteriormente, na área hoje ocupada pela Reserva Biológica do Saltinho. Em 1950, a escola foi transferida para a cidade de Barreiros, onde hoje funciona o Instituto Federal de Educação.

O Patronato Agrícola funcionou até 1950, e em 1951, teve início a Escola de Pesca de Tamandaré, com a chegada de equipamentos, recuperação dos antigos prédios e construção de novas estruturas. A história da Escola de Pesca divide-se em dois períodos: o primeiro, de 1954 a 1967, quando funcionava o curso de pescador profissional, e outro, de 1968 a 1975 (final da escola), quando houve a inclusão dos cursos de patrão de pesca regional, patrão de pesca costeira e motorista de pesca.

Com o término da Escola de Pesca em 1977, a Universidade Federal Rural de Pernambuco utilizava as instalações da antiga escola ao ministrar disciplinas do curso de Engenharia de Pesca, aproveitando as dependências e as embarcações, assim como também foram construídas outras estruturas para o processamento do pescado. Em 1981, foi criado o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro (PDP), vinculado à SUDEPE - fruto de uma cooperação entre o Brasil e a FAO. O objetivo era subsidiar e orientar os investimentos em frotas e instalações industriais para a pesca e aquicultura de recursos marinhos, estuarinos e de água doce, além de proporcionar informações básicas para aumentar a produtividade, dinamizando o sistema de estatística pesqueira para o ordenamento da pesca regional. A partir daí, foi planejada a implantação dos novos centros de pesquisa, um em cada região do país (CEPNOR, CEPENE, CEPESUL E CEPERG).

Assim, o CEPENE foi criado no dia 11 de outubro de 1983 por meio de convênio entre a SUDEPE e o Ministério da Marinha. O Centro de Pesquisa e Extensão Pesqueira do Nordeste, primeiro nome do CEPENE, era uma unidade descentralizada do PDP, vinculado à SUDEPE, voltado para os estudos dos recursos marinhos e estuarinos. O objetivo principal da criação do CEPENE era dotar a região Nordeste de uma unidade capaz de coordenar e executar os trabalhos de pesquisa e extensão pesqueira. Na época, o Governo Federal considerava a pesca artesanal rudimentar e improdutivo, e que deveria ser elevada à pesca de grande escala, com incentivos à implantação de novos equipamentos, fábricas e indústrias, além das pesquisas voltadas para exploração pesqueira. A proposta inicial de atuação do CEPENE era a execução de pesquisas e geração de tecnologias com vistas ao desenvolvimento do setor pesqueiro.

Com a extinção da SUDEPE e criação do IBAMA, em 1990, o CEPENE, então renomeado Centro de Pesquisa e Gestão Pesqueira do Nordeste, passou a integrar a estrutura do IBAMA, executando pesquisas para a gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros, do Maranhão até a Bahia, com forte atuação regional com estabelecimento dos núcleos de pesca nas Superintendências do IBAMA. Nessa época, a programação de pesquisa do CEPENE teve um acentuado caráter interinstitucional e manteve permanentemente a formação e capacitação de pessoal.

Em 1995, foi iniciada a parceria entre o CEPENE e o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com estudos sobre a conservação dos recifes de coral da região. Estas pesquisas subsidiaram a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, em 1997, e, no ano seguinte, a parceria deu fruto ao Projeto Recifes Costeiros, atual Instituto Recifes Costeiros (IRCOS).

No ano de 2013, os Centros de Pesquisa foram transferidos do IBAMA para o ICMBio, com a publicação do Decreto nº 8.099. Em março de 2015, o CEPENE teve seu escopo de atuação ampliado para a conservação da biodiversidade marinha, e seu nome alterado para Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste.

Na área objeto desta proposta estão situados os antigos prédios da padaria e enfermaria que sediaram até o início dos anos 2000, o centro interativo de documentação e interação do Programa de Pesquisa de Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva REVIZEE, com recursos de audiovisuais e de informática de referência sobre os estudos do mar, principalmente na região nordeste. Atualmente, esses prédios encontram-se desativados devido à deterioração por ações climáticas regionais e por falta de recursos financeiros para manutenção e reformas das estruturas. Os prédios têm um valor histórico inestimável, a reforma é fundamental para recuperação da cultura e história locais. A revitalização vai possibilitar reeditar o centro interativo, trazer outras informações que foram geradas nesses últimos 20 anos de trabalho sobre a biodiversidade marinha, e apresentar à comunidade e visitantes de outras regiões os resultados das pesquisas e projetos de conservação do ecossistema marinho.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Onde os tubarões-tigre estão? Monitoramento para aumentar a informação aos visitantes e melhorar o protocolo de segurança em Fernando de Noronha

• Atividades previstas

Implementação de uma rede de monitoramento de tubarões para que os visitantes possam acompanhar seu deslocamento em tempo real. O monitoramento será realizado acusticamente através de receptores que acionem um alerta. Eles serão instalados estrategicamente em praias com maior interação entre tubarões-tigre e humanos (a princípio na baía do Sueste).

• Finalidade da Emenda:

Melhor o entendimento sobre os padrões de movimentação e uso de habitat da espécie, ainda pouco estudada na região. Esses dados científicos serão cruciais para entender e assim propor medidas eficientes para minimizar a sobreposição entre humanos e tubarões-tigre, reduzindo risco de incidentes com a espécie.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Há um aparente aumento populacional das espécies de tubarões que ocorrem no arquipélago em decorrência da criação da área marinha protegida. Entre essas espécies, destaca-se o tubarão-tigre (*Galeocerdo cuvier*), que é tida como potencialmente perigosa para os humanos, é possível espécie envolvida pelos dois incidentes mais graves em Noronha.

Dado os últimos incidentes com tubarões-tigre no Arquipélago de Fernando de Noronha, é essencial realizar um monitoramento a médio-longo prazo dos tubarões para aprofundar a compreensão da importância do arquipélago para estas espécies, assim influenciando em decisões públicas para a melhor proteção dos animais e dos visitantes. Além disso, gerar conteúdo informativo e educacional para residentes e turistas, promovendo cada vez mais uma melhor coexistência entre humanos e tubarões no arquipélago.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais)

Onde os tubarões-tigre estão? Monitoramento para aumentar a informação aos visitantes e melhorar o protocolo de segurança em Fernando de Noronha

• Atividades previstas

Implementação de uma rede de monitoramento de tubarões para que os visitantes possam acompanhar seu deslocamento em tempo real. O monitoramento será realizado acusticamente através de receptores que acionem um alerta. Eles serão instalados estrategicamente em praias com maior interação entre tubarões-tigre e humanos (a princípio na baía do Sueste).

• Finalidade da Emenda:

Melhor o entendimento sobre os padrões de movimentação e uso de habitat da espécie, ainda pouco estudada na região. Esses dados científicos serão cruciais para entender e assim propor medidas eficientes para minimizar a sobreposição entre humanos e tubarões-tigre, reduzindo risco de incidentes com a espécie.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Há um aparente aumento populacional das espécies de tubarões que ocorrem no arquipélago em decorrência da criação da área marinha protegida. Entre essas espécies, destaca-se o tubarão-tigre (*Galeocerdo cuvier*), que é tida como potencialmente perigosa para os humanos, é possível espécie envolvida pelos dois incidentes mais graves em Noronha.

Dado os últimos incidentes com tubarões-tigre no Arquipélago de Fernando de Noronha, é essencial realizar um monitoramento a médio-longo prazo dos tubarões para aprofundar a compreensão da importância do arquipélago para estas espécies, assim influenciando em decisões públicas para a melhor proteção dos animais e dos visitantes. Além disso, gerar conteúdo informativo e educacional para residentes e turistas, promovendo cada vez mais uma melhor coexistência entre humanos e tubarões no arquipélago.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.400.000,00 (Um milhão e quatrocentos mil reais)

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais).

Substituir a cerca com Estacas de madeira por estacas de concretos em um perímetro de 5.630m

• Atividades previstas

Reboco, pintura, forro, treliçado, portas, restauração da parte elétrica dos prédios da FLONA Palmares.

• Finalidade da Emenda:

Restaurar a infraestrutura da FLONA Palmares.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Boa parte da infraestrutura da Flona Palmares foi construída na década de sessenta no tempo do IBDF e passou por quase nenhuma reforma.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)

Conservação e preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara no desenvolvimento das atividades

● Atividades previstas

Meta 1: Contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos presentes no Parque, com apoio de equipe técnica especializada.

Ação 1.1. Identificar e mapear os sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.2. Realizar o diagnóstico do estado de conservação dos sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.3. Realizar a limpeza e retirada de ninhos e casas de insetos, bem como o corte de raízes e retículas sobre o suporte rochoso de 40 sítios arqueológicos.

Ação 1.4. Realizar a manutenção preventiva e corretiva das passarelas, corrimãos, placas de identificação dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.2.

Ação 1.5. Realizar a revisão das escadas de ferro e muros de acesso aos sítios arqueológicos indicados no 1.3.

Ação 1.6. Realizar reparos e limpeza das calhas e canaletas que desviam as águas 2 pluviais, entre outros dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.3.

Meta 2. Concorrer para a minimização e mitigação dos riscos à flora e fauna do Parque.

Ação 2.1. Realizar o monitoramento da fauna e da flora do Parque e áreas de preservação permanente com equipe técnica especializada.

Ação 2.2. Realizar a limpeza dos veios principais do açude Zabelê.

Meta 3. Auxiliar na manutenção do Parque em boas condições para visitantes, servidores, pesquisadores, colaboradores e demais usuários.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado pelo Decreto n.º 83.548/1979, com área de aproximadamente 100.000 hectares. A área de proteção foi posteriormente ampliada pelo Decreto n.º 99.143/1990, com a criação de áreas de preservação permanentes adjacentes ao Parque, no total de 35.000 hectares.

Localizado no semiárido nordestino, o PARNA da Serra da Capivara abrange a fronteira entre duas formações geológicas, com serras, vales e planícies. Em razão dessa complexidade de ambientes, a Unidade de Conservação abriga alta biodiversidade, com fauna e flora específicas da Caatinga e monumentos arqueológicos.

De acordo com seu Plano de Manejo, o Parque Nacional da Serra da Capivara localiza-se na região que abriga a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, com registros rupestres, sítios de oficinas líticas, cerâmicas, aldeamentos e cemitérios. Os vestígios da presença do homem encontrados no Parque datam de 50.000 a 60.000 anos antes do presente.

Além disso, das 33 espécies de mamíferos que o PARNA da Serra da Capivara protege 11 são ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, a onça-parda, o tamanduá-bandeira, o tatu-bola, o tatu-canastra, o gato-maracajá, o gato-do-mato e o mocó. São cinco espécies ameaçadas de aves registradas na unidade, alvos de caçadores e traficantes de animais silvestres, e uma espécie de réptil endêmica do nordeste do Brasil classificada como “em perigo”.

No que diz respeito à flora, estima-se que o Parque proteja 615 espécies da flora brasileira, das quais duas espécies novas levantadas para a região.

Pelo seu inestimável valor histórico e cultural, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1991.

O Parque também consta no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na área tombada foram localizados cerca de 400 sítios arqueológicos, que contêm painéis de pinturas e gravuras rupestres.

O patrimônio cultural pré-histórico e natural do Parque atraem expressivo número de visitantes anuais, tendo sido registrados 20.872 visitantes em 2018, 29.733 em 2019 e 8.486 em 2020, de acordo com o detalhamento disponibilizado pela Coordenação de Estruturação da Visitação e Ecoturismo - COEST/CGEUP/DIMAN

O Parque não é uma unidade inerte. Sua dinâmica se modifica com as alterações climáticas extremas da Caatinga, onde secas intensas vêm se fortalecendo, seguidas de enchurradas; as atividades humanas se ampliam e se intensificam ao seu redor trazendo risco de incêndios e queimadas, colocando em risco os sítios arqueológicos, as pinturas rupestres, a fauna e a flora, além da própria visitação e ainda, a caça que se mantém entre altos e baixos. O crescimento humano ainda acelera o processo de isolamento e a interrupção do fluxo gênico de suas populações de animais, muitos ameaçados de extinção, a entrada de espécies exóticas e invasoras de plantas, bem como o trânsito de animais, especialmente os de grande porte em períodos de seca. Por todos estes motivos, os trabalhos demandam contínuo monitoramento, manutenção, melhorias e inovações que garantam ao Parque sua plena função ecológica, a guarda do Patrimônio Cultural Mundial e evite a perda de capital investido.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Carlos Alberto

NORDESTE (SE)



Parque Nacional Serra de Itabaiana

Construção de Sede Administrativa do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, Sergipe

● Atividades previstas

Obra civil para reforma e ampliação de sede administrativa do NGI ICMBio Itabaiana.

● Finalidade da Emenda

Prover o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Itabaiana-Ibura de estrutura predial adequada ao funcionamento das atividades administrativas e de gestão das unidades de conservação Parque Nacional da Serra de Itabaiana e Floresta Nacional do Ibura, em Sergipe.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Itabaiana-Ibura é responsável pela gestão de duas unidades de conservação: Parque Nacional da Serra de Itabaiana e da Floresta Nacional do Ibura. A primeira é uma referência em turismo ecológico e de aventura no estado de Sergipe, que abriga parcela singular de ecossistemas transicionais entre os biomas Mata Atlântica e Caatinga, com inúmeras peculiaridades geológicas e paisagísticas. A segunda é um importante remanescente de mata atlântica associada a manguezais, de elevado valor histórico e cultural na região, e que tem servido como centro de educação ambiental e viveiro de espécies nativas da mata atlântica.

Estas unidades de conservação ainda carecem de estrutura para sua total implementação. No presente documento, apresentamos proposta para reforma e ampliação da sede administrativa no Parque Nacional da Serra de Itabaiana, a qual serve de sede para o Núcleo de Gestão Integrada Itabaiana-Ibura.

O prédio onde atualmente funciona a sede administrativa do NGI Itabaiana-Ibura, situado no interior do Parque Nacional da Serra de Itabaiana, no município de Areia Branca, Sergipe, constitui-se de uma casa que foi originalmente projetada para servir como residência, com notórias inadequações na estrutura e acomodações, especialmente no que diz respeito às salas de escritório, que correspondem a 2 dos quartos da casa, cujo espaço é insuficiente para abrigar servidores, colaboradores, estações de trabalho e demais equipamentos (mobiliário, armários, arquivos, impressoras, material de escritório etc.).

Com o passar dos anos a situação de deterioração do prédio da sede administrativa se agravou, surgindo rachaduras nas paredes, cedimento do piso, formação de mofo em decorrência de infiltrações, tudo isso em diversos pontos do prédio. Some-se a isso o projeto elétrico obsoleto e que já não atende às necessidades do cotidiano de trabalho, funcionando em constante risco de sobrecarga.

Abaixo, encaminhamos fotografias que demonstram o estado atual do escritório da sede administrativa do NGI ICMBio Itabaiana-Ibura.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)

Nana Brasil

NORDESTE (AL)/(PE)



Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

Censo estrutural da pesca na APA Costa dos Corais

• Atividades previstas

Cadastramento dos pescadores e das embarcações para emissão de carteira de pescador do ICMBIO.

• Finalidade da Emenda

Conhecimento da dimensão da atividade pesqueira na Unidade de Conservação (UC) para fins de gestão sustentável dos recursos pesqueiros e permitir uma estimativa adequada à produção pesqueira na UC (aliado aos esforços de monitoramento, em curso).

• Descrição da Execução da Emenda:

- Contratação de 36 coletores de dados (entrevistadores) por 6 meses;
- Capacitação dos entrevistadores (2 semanas);
- Aquisição de aparelho por contratado (celular ou Tablet);
- Material de divulgação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O cadastramento dos pescadores da APA Costa dos Corais é uma norma estabelecida em seu Plano de Manejo e é fundamental para uma eficaz gestão da pesca.

Em 2003 foi realizado um piloto desse cadastramento, com exemplos exitosos até hoje, onde os pescadores cadastrados ainda têm a sua carteira e a utilizam para fins de comprovação da atividade.

Trata-se de interesse do setor da pesca artesanal e da gestão da Unidade de Conservação.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



Reativação da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho na Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

● Atividades previstas:

Elaboração do projeto de reforma/reestruturação e execução da reforma dos prédios que constituem a Base do Projeto Peixe-Boi Marinho, localizada no município de Cajueiro da Praia no Piauí. - Elaboração do projeto e estruturação do Museu e Centro de Convivência para as ações de divulgação científica e educação ambiental.

● Finalidade da Emenda

Realização da reforma e reativação da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho para as ações de conservação do peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*): pesquisa, monitoramento, educação ambiental, resgate, reabilitação e soltura de animais.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Base do Projeto Peixe-Boi Marinho é composto por diversas estruturas (centro de convivência, museu, auditório, garagem, alojamento, sala de pesquisa, sede administrativa, piscina, refeitório, telecentro) construídas em 2008/2009, com objetivo principal de realizar ações de conservação do peixe-boi marinho. A Base faz parte da APA Delta do Parnaíba e está localizada no município de Cajueiro da Praia, no Piauí.

O Peixe-Boi marinho é uma espécie de mamífero ameaçada de extinção que ocorre na região da APA Delta do Parnaíba.

A conservação da população que habita essa região é fundamental para a conservação da espécie em todo o território brasileiro pois ela promove a variabilidade genética de outras populações e menor vulnerabilidade aos riscos ambientais. Dados demonstraram que esta região é a que possui uma das maiores populações do litoral brasileiro. Além das ações de conservação do Peixe-Boi Marinho, a Base também desempenha ações com outras espécies ameaçadas de extinção, como as tartarugas marinhas.

Atualmente as estruturas da Base do Projeto Peixe-Boi Marinho estão super deterioradas devido à falta de manutenção e danos causados por infestação de cupins e por efeito da maresia. Por isso, as ações de conservação encontram-se seriamente comprometidas. Atividades de visitação e educação ambiental estão temporariamente suspensas devido aos riscos de acidentes e impossibilidade de uso dos ambientes. Devido estas condições atuais das estruturas, urge a necessidade de reforma para evitar novos prejuízos institucionais e reativar a Base para atender os objetivos de conservação da biodiversidade, divulgação e popularização da ciência

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Sinalização de limites, educação e de apoio à visitação na Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba

● Atividades previstas:

Elaboração de projeto de sinalização da Unidade de Conservação - UC, em pactuação com os atores sociais do território, e em coordenação com o Conselho Consultivo da UC; elaboração de arte de placas (sinalização de limites, educativas e de apoio à visitação); confecção de placas; aquisição de estruturas para fixação das placas; e fixação das placas.

● Finalidade da Emenda

Realizar sinalização da APA Serra da Ibiapaba, uma das maiores UC do Brasil, com cerca de 1 milhão e 680 mil hectares distribuídos em 27 municípios entre Piauí (19) e Ceará (8), visando a estruturação de trilhas de longo percurso, a educação ambiental para uso consciente de atrativos populares e para a proteção de espécies ameaçadas de extinção, bem como a sinalização de limites da Unidade, proporcionando uma maior inserção da UC no território.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio, em amplo processo de articulação interinstitucional através do seu Conselho consultivo. No rastro da atuação do Conselho e do processo de revisão do seu Plano de Manejo, atualmente em andamento, a presente iniciativa dará continuidade a um processo de permanente mobilização social em prol da conservação da biodiversidade de forma transversal a outros processos em vias de serem deslançados, como a inserção da Unidade na Rede Brasileira de Trilhas, a formação de Brigadas Comunitárias e a elaboração do Plano de Uso Público da UC, com apoio do projeto GEF Terrestre, no qual a UC foi recentemente incluída. Os recursos aqui pleiteados serão aplicados tanto na elaboração do projeto de sinalização da APA com ampla participação social, etapa realizada de forma direta pelo ICMBio, como também na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto (confecção das placas e fixação nos locais definidos).

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A APA Serra da Ibiapaba é uma das maiores UC do Brasil, com cerca de 1 milhão e 680 mil hectares distribuídos entre 27 municípios no Piauí (19) e Ceará (8). A sinalização é uma estratégia educativa e de inserção territorial da Unidade, que ainda tem dificuldade de comunicar sua importância para as comunidades locais e para a sustentabilidade da região.

A proposta aqui apresentada aposta na sinalização como processo de diálogo com os atores do território, pois se insere em um contexto mais amplos já em andamento ou em fase adiantada de articulação, como a implantação de trilhas de longo percurso, o ordenamento da visitação no território e a formação de brigadas comunitárias.

O processo de revisão do Plano de Manejo, também em andamento, potencializará o papel da sinalização, na medida em que o zoneamento da Unidade indicará áreas de ocorrência de espécies ameaçadas de extinção (*Alouatta ululata*, *Puma concolor*, *Adelophrynes baturitensis*, *Tolypeutes tricinctus*, *Leopardus pardalis* etc), áreas especialmente protegidas pelo decreto de criação da APA, áreas de ocorrência de sítios arqueológicos, sítios de relevância histórica etc. A sinalização ajudará a evidenciar as riquezas biológica, histórica e cultural resguardadas pelas UC.

A coordenação do processo em articulação com o Conselho consultivo da Unidade de Conservação fortalece esse componente de diálogo interinstitucional, abrindo portas para outros processos locais e regionais.

Por fim, é uma estratégia de boa relação custo-benefício pois, numa UC com estas dimensões, pode proporcionar uma comunicação com amplos e diferenciados públicos, contribuindo com as necessárias estratégias complementares de educação ambiental e ordenamento do uso dos recursos naturais no território.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); Contrapartida R\$15.000,00 (Quinze mil reais)

AcerVO

NORDESTE (PI)



Parque Nacional da Serra da Capivara

Fomentar o processo de ampliação do Parque Nacional da Serra da Capivara em São Raimundo Nonato /PI

• Atividades previstas

Estruturar a proposta de ampliação do Parque Nacional da Serra da Capivara com a realização de mapeamento digital georreferenciado da região do entorno do parque.

• Finalidade da Emenda:

Aumentar a conservação da biodiversidade da caatinga através da ampliação do parque nacional da Serra da Capivara.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de equipamentos e na contratação de pessoa jurídica especializada para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O PARNA Serra da Capivara, criado pelo Decreto 83.548. de 05.06.1979, está localizado no sudoeste do Estado do Piauí, abrangendo parte dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Coronel José Dias e Brejo do Piauí.

Em 1990 foram criadas através do Decreto nº 99.143 de 12.03.1990, três Áreas de Proteção Permanente- APP, contíguas ao Parque, para proteger fauna e flora silvestres e áreas de rara beleza cênica e sítios arqueológicos não abrangidos pelo Decreto de criação do PARNA Serra da Capivara.

Devido a importância dos sítios arqueológicos locais e o estado de conservação/manutenção local, em dezembro de 1991, o Parque foi incluído pela UNESCO na lista dos sítios Patrimônio Cultural da Humanidade.

Contudo, muitos desses sítios estão fora do parque, o que fragiliza a sua proteção. Na região das APP no entorno do Parque existem mais de 500 sítios arqueológicos. Dentre estes, destaque-se o sítio da Toca da Bastiana, um sítio arqueológico com representação das duas principais tradições pictóricas, a Nordeste e a Agreste, datadas indiretamente em mais de 29 mil anos, considerado o mais antigo do Brasil.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 630.000,00 (Seiscentos e trinta mil reais).

Substituir a cerca com Estacas de madeira por estacas de concretos em um perímetro de 5.630m

• Atividades previstas

Reboco, pintura, forro, treliçado, portas, restauração da parte elétrica dos prédios da FLONA Palmares.

• Finalidade da Emenda:

Restaurar a infraestrutura da FLONA Palmares.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Boa parte da infraestrutura da Flona Palmares foi construída na década de sessenta no tempo do IBDF e passou por quase nenhuma reforma.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais)

Conservação e preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara no desenvolvimento das atividades

● Atividades previstas

Meta 1: Contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos presentes no Parque, com apoio de equipe técnica especializada.

Ação 1.1. Identificar e mapear os sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.2. Realizar o diagnóstico do estado de conservação dos sítios arqueológicos do Parque.

Ação 1.3. Realizar a limpeza e retirada de ninhos e casas de insetos, bem como o corte de raízes e retículas sobre o suporte rochoso de 40 sítios arqueológicos.

Ação 1.4. Realizar a manutenção preventiva e corretiva das passarelas, corrimãos, placas de identificação dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.2.

Ação 1.5. Realizar a revisão das escadas de ferro e muros de acesso aos sítios arqueológicos indicados no 1.3.

Ação 1.6. Realizar reparos e limpeza das calhas e canaletas que desviam as águas 2 pluviais, entre outros dos sítios arqueológicos indicados no Item 1.3.

Meta 2. Concorrer para a minimização e mitigação dos riscos à flora e fauna do Parque.

Ação 2.1. Realizar o monitoramento da fauna e da flora do Parque e áreas de preservação permanente com equipe técnica especializada.

Ação 2.2. Realizar a limpeza dos veios principais do açude Zabelê.

Meta 3. Auxiliar na manutenção do Parque em boas condições para visitantes, servidores, pesquisadores, colaboradores e demais usuários.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa física e jurídica especializada, bem como material necessário, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra da Capivara foi criado pelo Decreto n.º 83.548/1979, com área de aproximadamente 100.000 hectares. A área de proteção foi posteriormente ampliada pelo Decreto n.º 99.143/1990, com a criação de áreas de preservação permanentes adjacentes ao Parque, no total de 35.000 hectares.

Localizado no semiárido nordestino, o PARNA da Serra da Capivara abrange a fronteira entre duas formações geológicas, com serras, vales e planícies. Em razão dessa complexidade de ambientes, a Unidade de Conservação abriga alta biodiversidade, com fauna e flora específicas da Caatinga e monumentos arqueológicos.

De acordo com seu Plano de Manejo, o Parque Nacional da Serra da Capivara localiza-se na região que abriga a maior concentração de sítios arqueológicos atualmente conhecida nas Américas, com registros rupestres, sítios de oficinas líticas, cerâmicas, aldeamentos e cemitérios. Os vestígios da presença do homem encontrados no Parque datam de 50.000 a 60.000 anos antes do presente.

Além disso, das 33 espécies de mamíferos que o PARNA da Serra da Capivara protege 11 são ameaçadas de extinção, como a onça-pintada, a onça parda, o tamanduá-bandeira, o tatu-bola, o tatu-canastra, o gato-maracajá, o gato-do-mato e o mocó. São cinco espécies ameaçadas de aves registradas na unidade, alvos de caçadores e traficantes de animais silvestres, e uma espécie de réptil endêmica do nordeste do Brasil classificada como “em perigo”.

No que diz respeito à flora, estima-se que o Parque proteja 615 espécies da flora brasileira, das quais duas espécies novas levantadas para a região.

Pelo seu inestimável valor histórico e cultural, o Parque Nacional da Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1991.

O Parque também consta no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Na área tombada foram localizados cerca de 400 sítios arqueológicos, que contêm painéis de pinturas e gravuras rupestres.

O patrimônio cultural pré-histórico e natural do Parque atraem expressivo número de visitantes anuais, tendo sido registrados 20.872 visitantes em 2018, 29.733 em 2019 e 8.486 em 2020, de acordo com o detalhamento disponibilizado pela Coordenação de Estruturação da Visitação e Ecoturismo - COEST/CGEUP/DIMAN

O Parque não é uma unidade inerte. Sua dinâmica se modifica com as alterações climáticas extremas da Caatinga, onde secas intensas vêm se fortalecendo, seguidas de enxurradas; as atividades humanas se ampliam e se intensificam ao seu redor trazendo risco de incêndios e queimadas, colocando em risco os sítios arqueológicos, as pinturas rupestres, a fauna e a flora, além da própria visitação e ainda, a caça que se mantém entre altos e baixos. O crescimento humano ainda acelera o processo de isolamento e a interrupção do fluxo gênico de suas populações de animais, muitos ameaçados de extinção, a entrada de espécies exóticas e invasoras de plantas, bem como o trânsito de animais, especialmente os de grande porte em períodos de seca. Por todos estes motivos, os trabalhos demandam contínuo monitoramento, manutenção, melhorias e inovações que garantam ao Parque sua plena função ecológica, a guarda do Patrimônio Cultural Mundial e evite a perda de capital investido.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)



Rogério Cunha

Parque Nacional Boqueirão da Onça

Com duração estimada de quatro anos, o plano envolve a conservação das maiores cavernas do Hemisfério Sul, situadas na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça, abrangendo municípios como Campo Formoso, Sento Sé e Umburanas, na Bahia. O projeto inclui a elaboração de um Plano de Ação, diagnóstico ambiental das cavernas, prospecção de cavidades em áreas estratégicas das Unidades de Conservação e análise para viabilizar o turismo comunitário.

• Atividades previstas

Promover oficina de capacitação e desenvolver um Plano de Ação envolvendo atores locais e especialistas em espeleologia. Assim, aborda o turismo espeleológico na APA e no Parque Nacional Boqueirão da Onça, com o intuito de expandir as práticas de turismo de base comunitária na região.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto..

• Objetivo de Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada (NGI) ICMBio Juazeiro gerencia quatro unidades de conservação : APA e Parque Nacional Boqueirão da Onça, além de APA e REVIS Ararinha Azul. A APA (505.692 2 hectares) e o PARNA (347.557 hectares), abrangem municípios baianos de Sento Sé, Juazeiro, Sobradinho, Campo Formoso, Umburanas e Morro do Chapéu. Seus objetivos de criação incluem a proteção da biodiversidade, ambientes naturais, flora e fauna da caatinga, sítios paleontológicos, formações cársticas e promoção da recuperação da vegetação de caatinga preservada, focando na conservação de patrimônios arqueológicos que abrigam a maior caverna do hemisfério Sul. Além disso, são habitats de espécies endêmicas e ameaçadas, como a onça-pintada (*Panthera onca*), a arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*) e o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*). Embora o turismo em cavernas seja popular, principalmente em Campo Formoso, as UCs carecem de ordenamento e um Plano de Ação necessário para definir estratégias sustentáveis de conservação e turismo espeleológico.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil de reais)

Bruno Bombato

NORTE (PA)



Floresta Nacional de Jamanxim

Construção e implementação da Base Operativa de Novo Progresso

● Atividades previstas:

Construção da Base Operativa de Novo Progresso/PA.

● Finalidade da Emenda:

Proporcionar a construção da Base Operativa de Novo Progresso.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Historicamente os municípios do sudoeste do Pará se destacam quanto aos altos índices de desmatamento, Novo Progresso, Itaituba, Altamira, Trairão e Jacareacanga encabeçam a relação dos municípios mais desmatados do Brasil.

O mesmo ocorre com as Unidades de Conservação Federais alocadas nesta região, vinculadas a Unidade Especial Avançada do ICMBio em Itaituba - UNA, Floresta Nacional do Jamanxim, Floresta Nacional de Altamira, Floresta Nacional do Trairão, Florestas Nacionais de Itaituba I e II, Floresta Nacional do Crepori, Floresta Nacional do Amana, Parque Nacional do Rio Novo, Parque Nacional do Jamanxim, Parque Nacional da Amazônia, Reserva Biológica das Nascentes da Serra do Cachimbo e a Área de Proteção Ambiental do Tapajós, onde a FLONA do Jamanxim e APA do Tapajós lideram o ranking das Unidades de Conservação Federais mais devastadas do País a larga data.

A única estrutura de apoio a gestão do ICMBio localizada nesta região é a sede administrativa da UNA em Itaituba, localizada há mais de 400 km de distância de Novo Progresso, existindo assim, um imenso vácuo referente a necessidade de implementação de bases de apoio nesta região tão pressionada.

O ICMBio utiliza a Base Operacional do IBAMA em Novo Progresso/PA, em regime de parceira, porém, aquela base já não comporta mais a atuação interinstitucional de ambos os órgãos.

Ainda assim, o ICMBio deverá receber em caráter de doação da SPU, um terreno devolvido pelo IBAMA a União, localizado em local extremamente estratégico em Novo Progresso, para o apoio a gestão das Unidades de Conservação deste complexo.

Nesse sentido, a proposta de emenda parlamentar para construção da Base Operacional do ICMBio em Novo Progresso é de suma importância.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)



Mariusz Szmuchrowski

Aquisição de 02 quadriciclos, 4x4, de pelo menos 420 cilindradas, para apoio a atividades de proteção da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – EESGT, especialmente fiscalização e ações de Manejo Integrado do Fogo – MIF, como queimas prescritas e combate a incêndios florestais.

● Atividades previstas

Aquisição de 02 quadriciclos.

● Finalidade da Emenda:

Repor parte da frota da EESGT, que se encontra desgastada devido ao tempo e intensidade de uso.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. As aquisições serão feitas por meio de processo licitatório. Devido às condições de terreno e das atividades a serem desenvolvidas, há a necessidade de adquirir 02 quadriciclos, com tração 4x4, com motor de pelo menos 420 cilindradas.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, com mais de 700.000 hectares, é uma das maiores Unidades de Conservação federais do Cerrado. Com a paisagem composta por cerca de 80% de sua vegetação campestre. A equipe gestora vem utilizando o quadriciclo, com muita eficiência, como ferramenta para locomoção nas atividades de campo. Desde 2014, a EESGT tem implementado diversas ações de Manejo Integrado do Fogo, as quais decorreram ótimos resultados de gestão e de conservação da biodiversidade. Para tanto, o quadriciclo tem se apresentado fundamental para viabilizar a realização destas atividades.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P – Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais)

Construção da sede administrativa da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

● Atividades previstas

Elaboração do projeto arquitetônico e construção da sede da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins

● Finalidade da Emenda:

Elaboração do projeto arquitetônico e construção da sede da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins no município de Rio da Conceição/TO.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – EESGT é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral com mais de 716 mil hectares. A sede administrativa ainda é alugada e sua estrutura insuficiente para viabilizar o devido cuidado com os veículos e demais equipamentos.

É preciso destacar que o município de Rio da Conceição/TO já doou um lote para a instalação da sede administrativa, faltando o recurso para a construção. O Plano de Manejo da UC estabelece que a sede será construída em módulos, o que facilita a instalação parcial.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)

Acervo

SUDESTE(ES)



Área de Proteção Costa das Algas

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio**AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS
PARA EMENDAS PARLAMENTARES****Monitoramento da biodiversidade: rastreando aves marinhas.****● Atividades previstas:**

Marcação de aves ameaçadas que nidificam no Monumento Natural das Ilhas de Trindade e Martim Vaz e do Monte Columbia e na Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Trindade e Martim Vaz.

● Finalidade da Emenda:

Monitorar as populações reprodutivas de aves marinhas que nidificam nas unidades de conservação de Trindade e Martim Vaz.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição de equipamentos de marcação de aves e na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A ilha da Trindade abriga espécies e ambientes insulares únicos no mundo e, portanto, é considerada um hotspot de biodiversidade no sudoeste do Oceano Atlântico. No entanto, a introdução de espécies exóticas invasoras, bem como incêndios ocorridos nos últimos séculos, comprometem o ecossistema terrestre da ilha. A vegetação sofreu um severo impacto negativo a partir da introdução de plantas, porcos e cabras, e do uso do fogo, os quais alteraram a paisagem e devastaram florestas e pteridófitas endêmicas. Com a destruição das árvores, aves marinhas ameaçadas como o atobá de pés vermelhos (*Sula sula*), extinto localmente, e as endêmicas criticamente ameaçadas fragata trindade (*Fregata trinitatis*) e fragata grande (*Fregata minor nicolli*), que utilizavam a vegetação arbórea para nidificação, já não são vistas reproduzindo há décadas no local. As peculiaridades do ambiente insular, ao mesmo tempo que aumentam a biodiversidade através do isolamento geográfico, potencializam ameaças introduzidas repentinamente. Esse é o caso de *Mus musculus*, camundongo exótico com alto potencial invasor, que chegou à ilha da Trindade através dos porões de embarcações e, atualmente, ocorre com grande abundância na ilha, inclusive nas áreas reprodutivas da grazina de trindade (*Pterodroma arminjoniana*). Nesse contexto, esta proposta busca a aquisição e implantação de marcadores nas aves marinhas que nidificam nas ilhas, gerando visibilidade em escala nacional para a biodiversidade existente na ilha oceânica mais afastada da costa brasileira, bem como trazendo subsídios para o zoneamento e gestão das Unidades de Conservação ali existentes.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais)

Será efetuado o processo de pavimentação e manutenção de trechos críticos da estrada que possibilita o acesso ao Parque Nacional do Caparaó pela Portaria de Pedra Menina. Essa rota leva às áreas de acampamento da Macieira e Casa Queimada, além de diversos pontos atrativos, como cachoeiras, mirantes e a trilha para alcançar os picos do Calçado, Cristal e Bandeira - este último sendo o terceiro ponto mais alto do Brasil. Esta estrada, uma das mais elevadas do país, tem origem no município de Dolores do Rio Preto (ES), onde a Portaria de Pedra Menina está localizada, e percorre cerca de 9 km, abrangendo trechos dos municípios mineiros de Espera Feliz e Alto Caparaó nas partes mais elevadas. Esse acesso é especialmente relevante para os habitantes do Espírito Santo que desejam visitar o Parque Nacional do Caparaó através da Portaria de Pedra Menina.

● Atividades previstas:

Pavimentação e melhorias na estrada de acesso interno da Portaria Pedra Menina – Parque Nacional do Caparaó.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a pavimentação e manutenção de cerca de 4,5 Km de trechos críticos de estrada interna do Parque Nacional do Caparaó pelo acesso da Portaria de Pedra Menina (ES).

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A estrada interna de acesso ao Parque Nacional do Caparaó através da Portaria de Pedra Menina apresenta desafios significativos, com trechos íngremes e áreas de campos de altitude de solo delicado. Partes da estrada foram pavimentadas cerca de 20 anos atrás, mas já exigem manutenção ou reforma, além de serem estreitas, dificultando a passagem de veículos e sugerindo a necessidade de ampliação.

Em 2019, chuvas intensas causaram danos à região, resultando na destruição de trechos da estrada e até de uma ponte. Obras pontuais foram feitas para reparar essas áreas e reconstruir a ponte de madeira, permitindo tráfego mínimo, mas com riscos e dificuldades consideráveis. A necessidade é clara: projetos de engenharia são imprescindíveis para efetivamente recuperar os trechos afetados e garantir segurança nas viagens.

A maior parte da estrada ainda não é pavimentada, causando desafios, especialmente durante as chuvas. Isso também demanda mais esforços de manutenção e impacta o ambiente através de processos erosivos e carreamento de sedimentos.



Danos causados na estrada interna de Pedra Menina pelas intensas chuvas de março de 2020.



Detalhe de trecho da estrada interna da Portaria de Pedra Menina, sem pavimentação, após manutenção básica em maio de 2023.



Detalhe de trecho da estrada interna da Portaria de Pedra Menina, sem pavimentação.

Aquisição de um veículo 4x4, modelo caminhonete cabine dupla, com capacidade para 5 pessoas e 4 portas. O veículo deve possuir tração 4x4 e reduzida, direção hidráulica/elétrica, motor com potência nominal mínima de 190 cv e ser movido a diesel. Além disso, deve incluir os seguintes recursos adicionais: grade de proteção para a janela traseira, quebra-mato, protetor de cárter, tapetes de borracha, ar condicionado, engate de reboque, bancos revestidos em couro, predisposição para rádio de comunicação e protetor de caçamba. Também é necessário que o veículo tenha pelo menos 3 ganchos para amarração de carga em cada lateral da caçamba.

● Atividades previstas:

Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4 para atendimento de necessidades da Sub-Sede de Pedra Menina (ES)

● Finalidade da Emenda:

Aquisição de Veículo tipo Picape 4x4

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A estrada interna da Portaria de Pedra Menina é uma das mais elevadas do país e apresenta requisitos rigorosos para a circulação de veículos. Para atender às necessidades de gestão da área de forma eficaz, é essencial contar com um veículo do tipo Picape 4x4, capaz de transitar na estrada interna da Portaria de Pedra Menina. Este veículo será utilizado para diversas atividades relacionadas ao uso público, incluindo a organização das visitas, manutenção geral, resposta a situações de urgência e emergência, bem como ações de proteção e socioambientais na região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil de reais)

Adquirir computadores, monitores, nobreaks, estações de trabalho e implementar uma rede lógica para atender à Sub-sede de Pedra Menina (ES).

● Atividades previstas:

Aquisição de equipamentos e implantação de rede lógica na Sub-Sede de Pedra Menina (ES)

● Finalidade da Emenda:

Aquisição de quatro conjuntos compostos por computadores tipo desktop, monitores, nobreaks e estações de trabalho (mesa e cadeira). Além disso, será contratado um prestador de serviços para implantar a rede lógica dos equipamentos adquiridos, conectando-os à internet e à rede interna

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional do Caparaó dispõe de salas no Centro de Visitantes da Portaria de Pedra Menina, que funcionam como escritório da, atualmente denominada Sub-sede da Unidade. No entanto, é necessário fornecer equipamentos e mobiliário interligados em rede e à internet para que os servidores e funcionários possam realizar suas atividades diárias relacionadas à administração da Unidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil de reais)

Aquisição de uma Micro Usina Fotovoltaica composta com micro inversores e bateria para suprir as demandas energéticas das instalações da sede, centro de vivência, banheiros e refeitório da Floresta Nacional de Pacotuba/ES, e também para realizar aprimoramentos na distribuição de energia na área interna da Unidade de Conservação

● Atividades previstas:

Implantação Sistema de Energia Renovável na Floresta Nacional de Pacotuba/ES.

● Finalidade da Emenda:

Aquisição de equipamentos e contratação de mão de obra especializada para instalar um sistema de energia solar, visando atender as instalações da Floresta Nacional de Pacotuba. Isso inclui a readequação da linha de distribuição interna e a incorporação de uma bateria para garantir a estabilidade no fornecimento contínuo de energia

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Pacotuba, no Espírito Santo, abrange 451 hectares de Mata Atlântica, parte do micro corredor ecológico Burarama-Pacotuba-Cafundó, totalizando 7.800 hectares. Suas metas incluem manejo sustentável, conservação de biodiversidade e recursos hídricos, restauração e educação ambiental.

Reconhecida pela Conservação Internacional, abriga 438 espécies animais, 35 ameaçadas e 61 endêmicas da Floresta Atlântica. Na flora, são 324 espécies, 50 endêmicas e 43 ameaçadas.

Com programa de uso público e educação, recebe 3.000 visitantes anualmente. Buscando sustentabilidade, planejamos implementar sistema de energia para melhorar as operações e apoiar pesquisas.

Já recuperou 25 hectares de mata, conectou fragmentos e colaborou com plantio de mudas. A parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo na coleta de sementes será mantida pelo sistema de energia, beneficiando funcionários, pesquisadores e parceiros. Isso melhorará a qualidade de energia, comunicação e atividades treinadas.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00(Trezentos mil de reais)

A proposta atual tem como objetivo fornecer suporte para atividades de educação e conscientização ambiental direcionadas à comunidade escolar e aos usuários do território das Unidades de Conservação - APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz. Estas unidades estão situadas no litoral Norte do estado do Espírito Santo. O foco da proposta é destacar a relevância da conservação e restauração dos ecossistemas presentes nessas UCs.

● Atividades previstas:

Educação e Sensibilização Ambiental na APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz/ ES.

● Finalidade da Emenda:

Sensibilizar as crianças, comunidade escolar e usuários do território das Unidades de Conservação APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz, nos municípios de Serra, Fundão e Aracruz, no Espírito Santo. Os assuntos norteadores das ações seriam aqueles relacionados com a conservação e restauração dos ecossistemas e usos sustentáveis do território, alinhado com as agendas de relevância global e nacional, tais como a Década do Oceano, Década da Restauração e ao enfrentamento das mudanças climáticas.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será implementada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão empregados na aquisição de bens, materiais, alimentação, combustível, equipamentos e serviços especializados, seguindo procedimentos de processo licitatório, suprimento de fundos e contribuições para contratos nacionais já estabelecidos pelo ICMBio.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A presente proposta tem como objetivo fornecer suporte a ações de educação e sensibilização ambiental direcionadas à comunidade escolar e aos usuários do território abrangido pelas Unidades de Conservação - Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz, localizadas no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa das Algas e do próprio Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil de reais)

Acervo APA Costa das Algas



A presente proposta tem como objetivo fornecer recursos para a restauração de 21 hectares de áreas de restinga (Mata Atlântica) e para o desenvolvimento de estruturas que facilitem o uso sustentável das áreas de interesse público, promovendo a recreação e o turismo na orla, localizadas dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz.

● Atividades previstas:

Restauração e Valorização da Restinga na Orla Marítima da APA Costa das Algas e REVIS de Santa Cruz/ ES

● Finalidade da Emenda:

Realizar a restauração e valorização das áreas de restinga na orla marítima da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz, abrangendo os municípios de Serra, Fundão e Aracruz, no estado do Espírito Santo.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A presente proposta tem como objetivo subsidiar ações de restauração e valorização de 21 hectares de restingas, um ecossistema pertencente ao bioma Mata Atlântica, localizado na orla marítima no interior da Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa das Algas e do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$R\$ 5.000.000,00 (Cinco Milhões de reais)

Acervo

SUDESTE(MG)



Parque Nacional da Serra da Canastra

Construção de passarela para acesso de visitantes às primeiras quedas do rio São Francisco, no atrativo conhecido por Casca d'Anta Parte Alta, no interior do Parque Nacional da Serra da Canastra

● Atividades previstas

Execução de projeto de passarela de apoio à visitação em um dos atrativos mais visitados do Parque Nacional da Serra da Canastra.

● Finalidade da Emenda:

Resguardar a incolumidade pública no atrativo Casca d'Anta Parte alta.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972, conta com demanda de visitação crescente apresentando um aumento de 48,56% no número de visitantes nos últimos cinco anos. A unidade abriga a Nascente Histórica do Rio São Francisco e tem como um dos seus principais atrativos, a Parte Alta da Cachoeira Casca d'Anta, localizada a aproximadamente 36 km do município de São Roque de Minas.

O acesso à trilha que permite a chegada a um mirante e às principais quedas e belas paisagens da Parte Alta da principal cachoeira do “Velho Chico” se dá pela travessia de um córrego tributário do Rio São Francisco cujo fluxo de água no período chuvoso se torna extremamente variável impedindo o acesso ou até olhando visitantes após a ocorrência de cabeça d'água, conforme ocorrido em 2020.

Considerando tratar-se de ocorrência recorrente no Parque Nacional da Serra da Canastra que coloca em risco a vida dos usuários, além de frustrar grande número de visitantes que muitas vezes nem conseguem conhecer o atrativo no período chuvoso pela impossibilidade da passagem, faz-se necessária a instalação de passarela que permita um acesso seguro a todos que frequentam o local.



Passarela - Casca D' Anta Parte Alta



Imagens da Casca D' Anta parte alta.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Executar projetos de construção de alojamentos para brigadistas e espaços para guarda de equipamentos do Parque Nacional da Serra da Canastra

● Atividades previstas

Construção de alojamentos e reformar estruturas existentes nas principais bases de apoio para as ações de prevenção e combate a incêndios no Parque Nacional da Serra da Canastra.

● Finalidade da Emenda:

Melhorar as condições de atender e gerir as ocorrências de incêndios, para garantir a preservação e proteção ambiental do Parque Nacional da Serra da Canastra.

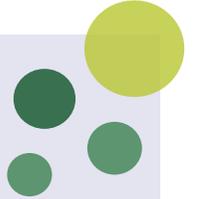
● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Dentre os impactos ambientais sofridos pelo Parque Nacional da Serra da Canastra, os incêndios florestais oriundos de queimadas irregulares ou mesmo de ações diretas de depredação do patrimônio ambiental são bastante expressivos.

Jaguarê é a principal base de apoio para as ações de prevenção e combate a incêndios na unidade de conservação. As duas edificações em alvenaria existentes são usadas para estacionamento de veículos, sala de rádio e depósito de equipamentos, incluindo material da brigada e equipamentos para manutenção de veículos. Ambas estão em péssimas condições de conservação e salubridade, além de não oferecerem a segurança mínima para guarda de equipamentos. Com as adequações e reforma, o local permitirá a guarda de veículos e equipamentos com segurança adequada, além de servir de abrigo para eventuais acampamentos de pessoal de apoio externo.



Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)

Realização do projeto de Revisão do Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa, compreendendo: a realização de 5 (cinco) reuniões e 5 (cinco) oficinas setoriais; a elaboração de estudos e materiais de apoio para as oficinas setoriais; a consolidação dos resultados das oficinas e a elaboração, bem como a divulgação do Plano de Manejo revisado. Essa proposta tem como objetivo subsidiar a restauração de 21 hectares de áreas de restinga (pertencente ao bioma Mata Atlântica) e a equipação das áreas de interesse público com estruturas para promover o uso sustentável da orla, voltadas para a recreação e o turismo, no interior da APA Costa das Algas e do REVIS de Santa Cruz.

● Atividades previstas

Revisão do Plano de Manejo da APA Cartes de Lagoa Santa/MG

● Finalidade da Emenda:

Revisão do Plano de Manejo da APA Carste de Lagoa Santa com o objetivo de aprimorar os programas de manejo e conceitos empregados, além de atualizar e alinhar o plano com a legislação mais recente em vigor, visando a melhor realização dos objetivos estabelecidos para a criação da Unidade de Conservação.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa (APACLS) é uma unidade de conservação federal, abrangendo cerca de 35.000 hectares em Minas Gerais. Seus objetivos envolvem preservar paisagens, cultura local, cavernas, formações cársticas, sítios arqueopaleontológicos, vegetação e fauna nativa.

A topografia cárstica da área exibe características exocársticas e endocársticas notáveis, incluindo muitas cavernas escondidas por Peter Wilhelm Lund no século XIX. A unidade é crucial para a conservação da biodiversidade, especialmente entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado. Também é relevante para paleontologia, arqueologia e espeleologia, abrigando 771 cavernas desconhecidas.

O Plano de Gestão foi elaborado em colaboração com a CPRM em 1997, mas necessita de revisão devido ao tempo decorrido e mudanças na região. Em abril de 2023, foi iniciada uma revisão do Plano de Manejo com ênfase na Avaliação dos Regulamentos das Zonas Ambientais e no Monitoramento do Plano. A revisão é considerada prioritária pelo ICMBio, buscando recursos, incluindo emendas parlamentares, para sua execução.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541- Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 510.000,00 (Quinhentos e dez mil de reais)

Contratação de serviços de manutenção, adequação e calçamento de pontos críticos em estradas de acesso ao parque nacional da serra da canastra

● Atividades previstas

Execução de projeto de terraplenagem e pavimentação em concreto armado para 600m de trechos críticos da estrada principal do Chapadão da Canastra (vide projeto anexo).

● Finalidade da Emenda:

Evitar o carreamento de material e processos erosivos que podem impactar diretamente as nascentes e o relevo da Unidade de Conservação, resguardando a incolumidade pública, bem como o turismo que ocorre no parque e gera emprego e renda para toda a região.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra da Canastra, criado pelo Decreto nº 70.355/1972, localizado nos municípios de São Roque de Minas, Vargem Bonita, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória e Capitólio em Minas Gerais, protege a nascente histórica do rio São Francisco, diversas nascentes de tributários da bacia do rio Paraná e remanescentes de Cerrado com diversas espécies ameaçadas e endêmicas. A Unidade de Conservação possui aproximadamente 119 km de estradas internas que atendem a áreas de visitação consolidada e controlada no Chapadão da Canastra (não contabilizadas estradas do Chapadão da Babilônia), utilizadas para deslocamento de visitantes, equipe da Unidade, pesquisadores e demais usuários. A principal estrada atravessa o Chapadão da Canastra. A partir desta estrada principal, iniciam-se estradas secundárias de acesso à atrações da UC, como a parte Alta da Cachoeira da Cascad'Anta, Cachoeira do Rolinhos, Cachoeira do Fundão, Zagaia e Portaria de São João Batista da Serra da Canastra.

Os danos ambientais causados pelos escoamentos concentrados de água pluvial, por todo o Parque, concorrem como os principais elementos de deterioração da qualidade ambiental, como por exemplo, erosões significativas em sulcos profundos, degradando a paisagem e acarretando diversos prejuízos ao ambiente aquífero superficial, pelo carreamento intenso de material detrítico para os fundos do vale, assoreando as drenagens.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)



Acervo

Floresta Nacional Ritópolis

Proteção e consolidação das ruínas da Fazenda do Pombal, local de nascimento do Tiradentes e integrante da Floresta Nacional de Ritópolis – MG.

● Atividades previstas

Interferência para proteção das ruínas da antiga Fazenda do Pombal, integrantes da Floresta Nacional de Ritópolis, incluindo ainda propostas de infraestrutura para recepção e informação aos visitantes.

● Finalidade da Emenda:

Garantir a proteção de patrimônio histórico com tombamento federal: ruínas da antiga Fazenda do Pombal, local de nascimento do Tiradentes, e incrementar a visitação, através de infraestrutura adequada.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ritópolis é a única Unidade de Conservação Federal localizada na Zona dos Campos das Vertentes de Minas Gerais, na rota da Estrada Real. Tem interesse ambiental e também histórico, por se tratar do local de nascimento de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ruínas da antiga Fazenda do Pombal, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são objeto de interesse e visitação por turistas de todo o Brasil. As ruínas da Fazenda do Pombal necessitam de proteção, conforme diagnóstico já realizado pelo IPHAN, onde se registra: “As ruínas encontram-se em bom estado, porém com alguns danos que devem ser paralisados, para não permitir perdas nos remanescentes da Fazenda do Pombal. Há de se explicar primeiramente sua composição, trata-se de ruína de alvenaria de pedra, assentada com argamassa de terra, provavelmente composta por cal, terra e talvez areia. Essa alvenaria não possui reboco, e não há remanescentes de reboco, estando a pedra então aparente. É constante a capina, porém o elevado nível de chuvas do ano faz com que a vegetação cresça em demasia. Também há vegetação instalando-se nas partes superiores das alvenarias de pedra, pequenas árvores instalando-se sobre os embasamentos, e uma árvore de médio porte que se desenvolveu no embasamento. A ruína é cercada por cerca de arame farpado, e só é acessada por funcionários, mas está à vista do visitante. Observamos que a parede central da ruína está com grande inclinação à esquerda, há risco de desmoronamento, pois como dito, o excesso de chuvas tem lixiviado a argamassa de assentamento da alvenaria. Se faz necessário o escoramento da alvenaria, de forma definitiva, mesmo que isso represente um acréscimo de elemento à ruína. Também é visível a necessidade de estancar a lixiviação dos topos da alvenaria, e atuar de forma mais permanente na vegetação que cresce entre as paredes.”

Portanto, a proteção deste inestimável patrimônio histórico se faz urgente. Alguns projetos abordando esta temática já foram objeto de estudo no curso de Arquitetura da Universidade Federal de São João del-Rei. Desta forma, a destinação de recursos via emenda parlamentar poderá permitir que uma parceria entre a UFSJ, o IPHAN e o ICMBio viabilize não só a proteção e consolidação das ruínas, como também projetos de infraestrutura que permitam novas formas de contato e assimilação de conceitos históricos, arquitetônicos e ambientais, enriquecendo a experiência da visitação e estimulando o turismo na região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)



Acervo

Reserva Biológica Mata Escura

Proteção e consolidação das ruínas da Fazenda do Pombal, local de nascimento do Tiradentes e integrante da Floresta Nacional de Ritópolis – MG.

● Atividades previstas

Interferência para proteção das ruínas da antiga Fazenda do Pombal, integrantes da Floresta Nacional de Ritópolis, incluindo ainda propostas de infraestrutura para recepção e informação aos visitantes.

● Finalidade da Emenda:

Garantir a proteção de patrimônio histórico com tombamento federal: ruínas da antiga Fazenda do Pombal, local de nascimento do Tiradentes, e incrementar a visitação, através de infraestrutura adequada.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ritópolis é a única Unidade de Conservação Federal localizada na Zona dos Campos das Vertentes de Minas Gerais, na rota da Estrada Real. Tem interesse ambiental e também histórico, por se tratar do local de nascimento de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Ruínas da antiga Fazenda do Pombal, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, são objeto de interesse e visitação por turistas de todo o Brasil. As ruínas da Fazenda do Pombal necessitam de proteção, conforme diagnóstico já realizado pelo IPHAN, onde se registra: “As ruínas encontram-se em bom estado, porém com alguns danos que devem ser paralisados, para não permitir perdas nos remanescentes da Fazenda do Pombal. Há de se explicar primeiramente sua composição, trata-se de ruína de alvenaria de pedra, assentada com argamassa de terra, provavelmente composta por cal, terra e talvez areia. Essa alvenaria não possui reboco, e não há remanescentes de reboco, estando a pedra então aparente. É constante a capina, porém o elevado nível de chuvas do ano faz com que a vegetação cresça em demasia. Também há vegetação instalando-se nas partes superiores das alvenarias de pedra, pequenas árvores instalando-se sobre os embasamentos, e uma árvore de médio porte que se desenvolveu no embasamento. A ruína é cercada por cerca de arame farpado, e só é acessada por funcionários, mas está à vista do visitante. Observamos que a parede central da ruína está com grande inclinação à esquerda, há risco de desmoronamento, pois como dito, o excesso de chuvas tem lixiviado a argamassa de assentamento da alvenaria. Se faz necessário o escoramento da alvenaria, de forma definitiva, mesmo que isso represente um acréscimo de elemento à ruína. Também é visível a necessidade de estancar a lixiviação dos topos da alvenaria, e atuar de forma mais permanente na vegetação que cresce entre as paredes.”

Portanto, a proteção deste inestimável patrimônio histórico se faz urgente. Alguns projetos abordando esta temática já foram objeto de estudo no curso de Arquitetura da Universidade Federal de São João del-Rei. Desta forma, a destinação de recursos via emenda parlamentar poderá permitir que uma parceria entre a UFSJ, o IPHAN e o ICMBio viabilize não só a proteção e consolidação das ruínas, como também projetos de infraestrutura que permitam novas formas de contato e assimilação de conceitos históricos, arquitetônicos e ambientais, enriquecendo a experiência da visitação e estimulando o turismo na região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

Manutenção e reformas nas edificações e dependências da Floresta Nacional de Ritópolis

● Atividades previstas

Manutenção e conservação das instalações e dependências da Floresta Nacional de Ritópolis – MG.

● Finalidade da Emenda:

Garantir o adequado funcionamento da Floresta Nacional de Ritópolis, que abriga a Fazenda do Pombal - local de nascimento de Tiradentes - por meio de obras de manutenção e conservação. Isso visa assegurar a eficiência e a segurança de servidores e visitantes.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ritópolis, única Unidade de Conservação Federal na Zona dos Campos das Vertentes de Minas Gerais, rota da Estrada Real, é de importância ambiental e histórica, pois é o local de nascimento de Joaquim José Silva Xavier, o Tiradentes. As ruínas da antiga Fazenda do Pombal, protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atraem turistas de todo o Brasil.

As estruturas da Floresta Nacional de Ritópolis, incluindo escritórios, casas de apoio ao visitante, auditório e casa de hóspedes, datam de meados do século passado e encontram-se em estado precário, necessitando de reformas estruturais, hidráulicas, elétricas, de acessibilidade, entre outras. A execução dessas obras é fundamental para garantir a administração e visitação seguras e eficientes, protegendo tanto os visitantes quanto o patrimônio histórico e imobiliário da Unidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil de reais)



Acervo

Aquisição dos equipamentos para a devida implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó. O projeto pretende gerar informações para o monitoramento de biodiversidade no parque, servindo como modelo para a aplicação deste tipo de abordagem não invasiva em outras Unidades de Conservação do país.

● Atividades previstas

Aquisição de equipamentos para a devida implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó. Serão adquiridos gravadores acústicos autônomos, computadores para realização de análises acústicas, HDs para armazenamento de dados, além de materiais de consumo essenciais como baterias recarregáveis, cartões de memória de alto desempenho e materiais para uso em atividades de campo.

● Finalidade da Emenda:

A finalidade é a devida implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó, de acordo com seu planejamento inicial que prevê a instalação em campo de 16 unidades amostrais que irão realizar a coleta de dados acústicos ao longo de todo ano e no longo prazo. O projeto, que é coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE, um dos centros especializados do ICMBio, prevê a análise sistemática dos dados amostrados e a elaboração de relatórios anuais sobre o estado da Unidade de Conservação com base na paisagem sonora amostrada. A abordagem, que se encontra em franca expansão em todo o mundo, tem potencial para se tornar uma das principais formas de monitoramento ambiental, sendo este projeto essencial para o desenvolvimento e consolidação das técnicas de análises no principal órgão de gestão de unidades de conservação do Brasil, o ICMBio.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição dos equipamentos e materiais de consumo e na contratação de pessoa jurídica especializada para programação e fornecimento dos gravadores.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE, um dos centros especializados do ICMBio, é responsável pela implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó. O projeto em questão utiliza o som como ferramenta de monitoramento da unidade conservação, abordagem que apresenta grande potencial para o monitoramento ambiental e em franca expansão no mundo inteiro como forma não invasiva e econômica de monitoramento de biodiversidade. Pretende-se que o monitoramento seja realizado de forma continuada e forneça informações no longo prazo. Dessa forma, o projeto irá permitir o estudo de fenômenos ecológicos que ocorrem em diferentes escalas temporais e possibilitar a identificação de alterações ambientais em escalas sazonais e no âmbito das mudanças climáticas.

Até o momento, o CEMAVE não possui os equipamentos necessários para a implementação desse projeto considerado estratégico para o desenvolvimento de técnicas passivas de monitoramento da biodiversidade. O projeto tem funcionado parcialmente com equipamentos emprestados de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, o que somente permite a geração de resultados parciais, mas que não possibilita a realização de todas as análises planejadas.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 450.000,00 (Quatrocentos e cinquenta mil reais)



Sávio Freire Bruno

Monitoramento do pato-mergulhão no Parque Nacional da Serra da Canastra.

● Atividades previstas

Monitoramento da população de pato-mergulhão no Parque Nacional da Serra da Canastra.

● Finalidade da Emenda:

Monitorar a população de pato-mergulhão que ocupa o Parque Nacional da Serra da Canastra e seu entorno.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na aquisição de equipamentos e materiais de marcação do pato-mergulhão e na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) é uma das aves mais ameaçadas das Américas e uma das mais raras do mundo, tendo sido considerada extinta entre 1940 e 1950. Atualmente, a espécie ocorre apenas no Brasil, com registros confirmados em rios de três bacias hidrográficas: São Francisco, Tocantins e Paraná. Estima-se que a população total da espécie seja inferior a 250 indivíduos. A maior população encontra-se na Serra da Canastra, onde há um dos Parques Nacionais mais icônicos do Brasil, por resguardar as nascentes do rio São Francisco.

Como símbolo das águas brasileiras, conservar as populações do raríssimo pato-mergulhão é uma ação emblemática e interessante do ponto de vista educacional, por ser uma representação da luta pela conservação dos recursos hídricos no Brasil, tema de relevância para toda nossa nação.

Aspectos da biologia do pato-mergulhão não foram totalmente esclarecidos e uma das questões que permanecem incógnita é para onde os filhotes se dispersam após a convivência com os pais. O monitoramento desta população da Serra da Canastra, que é a maior delas, pode nos trazer esclarecimentos que fornecerão subsídios para a conservação desta espécie e para a gestão da unidade de conservação, que também poderá utilizar esses dados para divulgação da unidade e trabalhos de educação ambiental.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Realização de estudos de planejamento ambiental relativos a atividades recreativas fora de estrada (Off road)

● Atividades previstas

Realização de avaliação ambiental e preparação de correspondente documento contendo recomendações tecnicamente fundamentadas visando disciplinar atividades recreativas motorizadas em área situada na porção norte do município de Delfinópolis, região incluída dentro dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, com cerca de 81 mil ha.

● Finalidade da Emenda:

Propor recomendações com finalidade de compatibilizar a realização e possível expansão de atividades recreativas motorizadas com a proteção ambiental de área incluída no Parque Nacional, para reduzir e, se necessário compensar, os impactos ambientais e sociais adversos decorrentes da atividade que já vem sendo realizada por múltiplos agentes privados (entidades associativas e indivíduos).

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A prática de atividade esportiva off road (fora de estrada) com veículos motorizados, especialmente motociclistas (trilheiros) tem causado importantes impactos ambientais ao PARNA Serra da Canastra. Ao saírem das estradas os trilheiros e jipeiros invadem áreas preservadas com vegetação nativa do cerrado danificando a vegetação, causando erosão do solo e assoreamento de cursos d'água, gerando poluição sonora que estressa os animais nativos, prejudicando a beleza cênica do Parque, um dos atributos que justificaram sua criação. A prática de atividade esportiva off road por trilheiros e jipeiros ocorre de forma pulverizada por toda a região da Canastra, especialmente nos municípios de São João Batista do Glória-MG e Delfinópolis-MG, tanto em áreas não-regularizadas quanto em áreas já regularizadas.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	Ação: 20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)



Construção de edificação para abrigar a base do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE no estado de Minas Gerais, contendo escritório, sala para estações de trabalho, laboratório, espaço para almoxarifado, sala de reuniões, miniauditório e centro de visitantes para abrigar exposição interativa. A edificação será construída no Parque Nacional da Serra do Cipó/MG, onde o CEMAVE desenvolve o Projeto Piloto de Monitoramento Acústico.

● Atividades previstas

Construção de edificação para abrigar a base do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE.

● Finalidade da Emenda:

A edificação a ser construída irá abrigar a base do CEMAVE responsável pela implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó. Além de fornecer espaço adequado para as atividades do projeto com estações de trabalho, sala de reuniões, laboratório e miniauditório. O espaço abrigará também um centro de visitantes para receber exposição interativa com a temática relacionada ao monitoramento acústico e paisagem sonora das unidades de conservação.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres – CEMAVE, um dos centros especializados do ICMBio, é responsável pela implementação do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico no Parque Nacional da Serra do Cipó. O projeto em questão utiliza o som como ferramenta de monitoramento da unidade de conservação, abordagem que apresenta grande potencial para o monitoramento ambiental e em franca expansão no mundo inteiro como forma não invasiva e econômica de monitoramento de biodiversidade. Pretende-se que o monitoramento seja realizado de forma contínua e forneça informações no longo prazo. Dessa forma, irá permitir o estudo de fenômenos ecológicos que ocorrem em diferentes escalas temporais, bem como possibilitar a identificação de alterações ambientais em escalas sazonais e no âmbito das mudanças climáticas.

O CEMAVE não possui base avançada no Sudeste, o que cria uma lacuna de atuação do Centro em uma ampla região do país. A base irá receber também atividades relacionadas às outras linhas de atuação do Centro, como implementação dos planos nacionais de conservação de espécies ameaçadas (PANs), avaliação do estado de conservação das aves silvestres brasileiras, apoio técnico às Unidades de Conservação Federais, entre outras.

A base do CEMAVE irá receber estudantes de graduação e pós-graduação que irão desenvolver suas pesquisas no escopo do Projeto Piloto de Monitoramento Acústico, funcionando como um polo de desenvolvimento técnico científico na temática de monitoramento ambiental em um município onde sequer existem cursos de graduação, como é o município de Santana do Riacho.

O espaço em questão receberá também visitantes interessados na observação de aves, promovendo a educação e sensibilização ambiental.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)

Monitoramento populacional de espécie exótica invasora, o javali (*Sus scrofa*), no Parque Nacional da Serra da Canastra

● Atividades previstas

Monitoramento das populações de javali no Parque Nacional da Serra da Canastra.

● Finalidade da Emenda:

O monitoramento populacional dos javalis é essencial para verificar a efetividade das medidas de controle adotadas e para delimitar as áreas com maior ocorrência, a fim de que ocorra uma concentração de esforços de controle populacional.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

No Parque Nacional da Serra da Canastra, os relatos da presença de javalis datam do início do ano de 2015, com um primeiro registro fotográfico enviado por mensagem eletrônica no final de 2016. Em janeiro de 2018 foi emitida a primeira autorização direta para o manejo para controle de javalis no Parque Nacional da Serra da Canastra, tendo sido efetuados vinte e três abates até agosto de 2019. No entanto, esse número de abates é considerado insuficiente frente ao número de animais avistados e os impactos avistados pela equipe gestora do Parque Nacional da Serra da Canastra e colaboradores. O javali (*Sus scrofa*) é uma praga presente em quase todo o Território Nacional Brasileiro, assim como no restante do Continente Americano, de forma que seu controle constitui um desafio de grandes proporções, que deve ser enfrentado com empenho e coragem pelo Estado e sociedade de uma maneira geral. Segundo orientação do CBC/ICMBio, o monitoramento populacional dos javalis é essencial para verificar a efetividade das medidas de controle adotadas e também para delimitar as áreas com maior ocorrência, a fim de que ocorra uma concentração de esforços de controle populacional.

Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

Aquisição de equipamento para REBIO da Mata Escura (RBME).

● Finalidade da Emenda:

Aquisição de equipamentos para a REBIO da Mata Escura

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de uma retroescavadeira e acessórios.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Biológica da Mata Escura foi criada pelo Decreto Federal s/n de 05/03/2003, com localização nos municípios de Jequitinhonha e Almenara/MG, com área de 50.832 ha.

A Unidade de Conservação - UC possui muitas trilhas utilizadas em educação ambiental, combate a incêndios florestais e realização de pesquisas científicas. Atualmente, a manutenção dessas trilhas é feita manualmente pela equipe de brigada da UC.

O equipamento solicitado é de pequeno porte, com tamanho adequado para a realização de manutenção de trilhas e pequenas intervenções em estradas. Seus acessórios irão facilitar o transporte de materiais (madeira, pequenas rochas, cimento etc) para manutenção da infraestrutura da Unidade de Conservação, assim como a instalação de cercas nas áreas adquiridas pelo ICMBio, quando necessário.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

Regularização fundiária da área de sobreposição do projeto de assentamento Craúno e a REBIO da Mata Escura (RBME).

● Atividades previstas

Compra de área para reassentamento dos antigos assentados nos lotes inseridos na REBIO da Mata Escura e indenização das benfeitorias.

● Finalidade da Emenda:

Regularização fundiária da área de sobreposição da REBIO da Mata Escura e o PA Craúno/SEAPA-MG

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de área equivalente para reassentamento dos afetados no PA Craúno pela criação da REBIO da Mata Escura.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Biológica da Mata Escura foi criada pelo Decreto Federal s/n de 05/03/2003, com localização nos municípios de Jequitinhonha e Almenara/MG. Em sua área há sobreposição parcial com o Projeto de Assentamento Agrário implantado pelo Governo de Minas Gerais, que quando criado ficou sob gestão da RURALMINAS (Fundação Rural Mineira), através do Decreto Estadual nº 94.027, de 16/02/1987, com área total de 11.339,45 hectares. Dos 156 lotes existentes, 48 lotes estão inseridos na Unidade de Conservação (UC), sendo 21 lotes totalmente inseridos e 27 parcialmente inseridos. Entretanto, desses últimos, existem cerca de 20 lotes com mais de 75% de sua área inserida na UC, de modo que sua viabilidade econômica poderá ficar comprometida em caso de desapropriação somente da parte inserida. O tamanho médio dos lotes é de 50 ha.

As áreas atingidas pela Unidade de Conservação são conhecidas por comunidades Craúno Mangue e Craúno Rio Preto (parte).

Considerando-se que a categoria reserva biológica é de posse e domínio públicos, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, podendo ocorrer também a aquisição da gestão de terras públicas federais e estaduais que estão nas Unidades de Conservação federais e, também, indenizações de posses.

Na Lei do SNUC estabeleceu-se ainda que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordadas entre as partes” (art. 42). Garantiu-se, portanto, aos que detêm apenas a posse de terras designadas para integrarem UCs, o direito de serem devidamente indenizados e realocados, como ocorre com os projetos de assentamentos.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$30.000.000,00 (Trinta milhões de reais).

Acervo

SUDESTE(RJ)



Área de Proteção Ambiental Região Serrana Petrópolis

Elaboração de projeto e construção de uma sede multiuso para a Área de Proteção Ambiental da Região Serrana de Petrópolis, na Fazenda Bela Vista.

● Atividades previstas

Elaboração de projeto de uma sede multiuso para a APA de Petrópolis com escritórios, alojamentos, auditório e laboratório para apoio provisório ao resgate de fauna. Construção da sede e aquisição de móveis e equipamentos para deixá-la em condições de uso.

● Finalidade da Emenda:

Implantar infraestrutura básica para a APA de Petrópolis, com a construção de uma sede na Reserva Florestal da Fazenda Bela Vista, em Itaipava, Petrópolis/RJ, imóvel em processo de doação em região estratégica para servir de apoio a atividades de uso público, combate à incêndios florestais, licenciamento e fiscalização no interior APA de Petrópolis, permitindo assim que esta unidade de conservação cumpra seus objetivos de garantir a proteção da biodiversidade da Mata Atlântica, proteger os recursos naturais e ecossistêmicos, conservação de espécies da fauna e flora e contribuir para o planejamento e ordenamento ambiental territorial promovendo a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como o desenvolvimento da região. A localização estratégica visa também atender de forma eficiente e ágil a toda a população que reside no interior da UC, cerca de 300.000 mil pessoas.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução das atividades previstas (elaboração de projeto construtivo e execução da obra).

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A APA Petrópolis é uma Unidade de Conservação de categoria de Uso Sustentável, sendo a primeira APA federal do país, criada pelo Decreto nº 57.561/1982 (delimitada pelo Decreto nº 527/1992) e representa cerca de 5,69% das Áreas Protegidas da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro. Com uma área de 59.618 hectares, está localizada nos municípios de Duque de Caxias, Magé e principalmente Petrópolis, abrangendo 68% deste município. Sua proximidade com outras unidades de conservação de diversas categorias, sejam de uso sustentável ou de proteção integral, tais como: a Reserva Biológica do Tinguá; a Reserva Biológica Araras; a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim; o Parque Estadual dos Três Picos e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos; faz com que sua condição de proteção ambiental seja ainda mais valorizada, tendo em vista a preservação da biodiversidade regional e sua inserção na formação de um mosaico de unidades de conservação, em uma área de enorme pressão imobiliária a cerca de 60km da capital do Rio de Janeiro.

Atualmente a Sede da APA Petrópolis fica situada na Estrada União Indústria, nº 9722, no 3º Distrito do município de Petrópolis/RJ, em Itaipava, a Sede atual é partilhada com a recém-criada Unidade de Conservação Estadual Refúgio da Vida Silvestre Serra da Estrela/INEA (Lei Nº 7.826 de 27 de dezembro de 2017).

A sede da APA atual possui 350m² quadrados e é composta por 2 pavimentos, sendo um salão multiuso, cozinha, três banheiros e quatro salas de trabalho e um almoxarifado, além de garagem coberta e um viveiro. O imóvel não passa por reforma estrutural desde sua construção, em 2003. O problema é que o local onde se encontra a atual Sede é um terreno cedido pela Prefeitura de Petrópolis por um período de 20 anos (contrato de comodato), que se encerra no próximo ano de 2023 e até a presente data não existe alternativa de relocação para a equipe.

Diante deste fato, em articulação com os atores locais, há interesse de doação de uma área de Reserva Florestal do empreendimento Fazenda Bela Vista,

também no interior da APA e na localidade de Itaipava, local próximo e de fácil acesso, fato importante considerando o fluxo intenso atual de atendimento ao público na região, além do local ser estratégico no que tange às atividades de combate à incêndios florestais que assolaram a região na APA Petrópolis e Parque Nacional da Serra dos Órgãos. A nova sede poderá, inclusive, contar com trilhas interpretativas para atividades de educação ambiental, essenciais na UC, e área para soltura de aves, alvo extremamente comum nas ações de fiscalização no território. A doação do terreno ao ICMBio poderá ser realizada a qualquer momento, desde que haja possibilidade de construção da nova sede.

A nova sede deverá ter estrutura compatível com suas atividades e sua equipe (cerca de 20 pessoas) contendo uma recepção, salas de trabalho, sala de reuniões, almoxarifado, banheiros, cozinha, copa e mini-auditório (com capacidade para aproximadamente 50 pessoas). Necessita estar equipada também com garagem coberta para 4 veículos institucionais. Além da estrutura principal, dois espaços são prioritários: Anexo 01 - chamado de “Casa de Convivência”, um espaço híbrido para o alojamento temporário de Equipes Operacionais, Pesquisadores e para atividades de Educação Ambiental; e Anexo 02 - um espaço dedicado para o trabalho com Fauna Selvagem. Assim, é estimada uma área total/útil construída com aproximadamente 450m².

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais)



Apoio à organização associativista dos catadores de caranguejo Guaiamum da comunidade do Chavão, situada na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado.

● Atividades previstas

Aquisição de bens de consumo permanentes a serem utilizados pela associação dos catadores de Guaiamum da comunidade do Chavão.

● Finalidade da Emenda:

Apoiar a estruturação básica da sede dos catadores de Guaiamum da comunidade do Chavão, por meio da aquisição de bens de consumo permanente, de forma a permitir que o espaço seja utilizado para reuniões, capacitações e demais atividades que beneficiem a classe e a comunidade.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio, mediante certame, para aquisição dos bens.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O caranguejo guaiamum (goiamum, caranguejo-azul, caranguejo-do-mato), *Cardisoma guanhumi* Latreille, 1828 (Brachyura: Gecarcinidae), espécie criticamente ameaçada de extinção, é consumido no território brasileiro desde os seus primeiros habitantes – os indígenas.

Em relação a outros caranguejos possui um crescimento mais lento, além de ter uma longevidade. No Brasil possui elevada importância socioeconômica pois as populações tradicionais de pescadores artesanais o utilizam para consumo e venda para complementar sua renda, tendo destaque a região nordeste nessa exploração (Henning, 1975a; Melo, 1996; Wedes, 2004; Botelho et al., 2009).

No bairro Chavão, localizado no 2º distrito de Cabo Frio, município localizado nas baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, existe uma comunidade pesqueira que tem como principal recurso pesqueiro o guaiamum. Os catadores, nomenclatura utilizada por eles, utilizam parte significativa da área da Unidade de Conservação Federal APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão- Dourado, criada em 27 de junho de 2002, para extraírem o guaiamum.

Segundo relatos dos catadores, essa atividade vem sendo realizada com regularidade há pelo menos 20 anos, ou seja, antes mesmo da criação da APA. Essa atividade tem sido a principal fonte de renda de muitas famílias da comunidade. Com a publicação da Portaria Interministerial nº 38, de julho de 2018 – fruto da mobilização e resistências do setor pesqueiro à Portaria MMA nº 445/2014 que proibia a exploração de várias espécies de uso comercial como por exemplo guaiamum – foi definida a necessidade de regras para o uso sustentável do *Cardisoma guanhumi* e indicou o Plano Nacional de Recuperação da Espécie como documento base para a sua gestão. Dessa forma uma série de medidas deveriam ser cumpridas para que fosse permitida a utilização do recurso. Uma das medidas era que a captura só poderia ser realizada dentro de Unidades de Conservação de Uso Sustentável ou em áreas manejadas que possuíssem um Plano de Gestão Local (PGL) para a espécie.

Com a necessidade da criação do PGL, em 2019, o ICMBio iniciou um trabalho de diálogo com a comunidade e parceiros que atuavam no território, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e Observação Cabo Frio (hoje nomeada Rede Observação), para que ocorresse a construção dele. Ao todo foram três oficinas realizadas para construção do documento além do cadastramento dos pescadores. A minuta aguarda aprovação e publicação para o prosseguimento das demais etapas para a regularização da atividade.

Considerando o histórico local e a necessidade do fortalecimento da comunidade do Chavão, não apenas para dar prosseguimento ao processo do PGL, bem como a perspectiva de sua emancipação financeira, os catadores têm se organizado para a formação de uma associação e, esta, já possui local para sua sede em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Cabo Frio. Contudo, compreende-se que além de formalização associativista e de um local de sede é necessário a estruturação básica deste espaço com materiais que possibilitem o início da atuação desta associação, como freezers, mesas, cadeiras, geladeira, computador, armários e demais itens.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais)

Realização de cartografia social das áreas de cata do guaiamum com vistas à identificação do potencial turístico da APA da Bacia do Rio São João/Mico Leão Dourado para implantar futuro projeto local de Turismo de Base Comunitária.

● Atividades previstas

Realização de visitas de campo, oficina de cartografia social e reunião devolutiva da cartografia criada com a comunidade, de modo a viabilizar a identificação de potenciais turísticos.

● Finalidade da Emenda:

Realizar cartografia social que auxilie a comunidade e a associação de catadores de Guaiamum da comunidade do Chavão, que está em fase de criação, a identificar os potenciais turísticos da região para implantar futuro projeto de turismo de base comunitária.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio, por meio de certame, para contratação de consultoria de pessoa jurídica com conhecimento sobre a comunidade e sobre a metodologia da cartografia social.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O caranguejo guaiamum (goiamum, caranguejo-azul, caranguejo-do-mato), *Cardisoma guanhumi* Latreille, 1828 (Brachyura: Gecarcinidae), espécie criticamente ameaçada de extinção, é consumido no território brasileiro desde os seus primeiros habitantes – os indígenas. Em relação a outros caranguejos possui um crescimento mais lento, além de ter uma grande longevidade. No Brasil, possui elevada importância socioeconômica, pois as populações tradicionais de pescadores artesanais o utilizam para consumo e venda para complementar sua renda, tendo destaque a região nordeste nessa exploração (Henning, 1975a; Melo, 1996; Wedes, 2004; Botelho et al., 2009).

No bairro Chavão, localizado no 2º distrito de Cabo Frio, município localizado nas baixadas litorâneas do Estado do Rio de Janeiro, existe uma comunidade pesqueira que tem como principal recurso pesqueiro o guaiamum. Os catadores, nomenclatura utilizada por eles, utilizam parte significativa da área da Unidade de Conservação Federal APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão- Dourado, criada em 27 de junho de 2002, para extraírem o guaiamum. Segundo relatos dos catadores, essa atividade vem sendo realizada com regularidade há pelo menos 20 anos, ou seja, antes mesmo da criação da APA. Essa atividade tem sido a principal fonte de renda de muitas famílias da comunidade.

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 38, de julho de 2018 – fruto da mobilização e resistências do setor pesqueiro à Portaria MMA nº 445/2014 que proibia a exploração de várias espécies de uso comercial como por exemplo guaiamum – foi definida a necessidade de regras para o uso sustentável do *Cardisoma guanhumi* e indicou o Plano Nacional de Recuperação da Espécie como documento base para a sua gestão. Dessa forma uma série de medidas deveriam ser cumpridas para que fosse permitida a utilização do recurso. Uma das medidas era que a captura só poderia ser realizada dentro de Unidades

de Conservação de Uso Sustentável ou em áreas manejadas que possuíssem um Plano de Gestão Local (PGL) para a espécie.

Com a necessidade da criação do PGL, em 2019, o ICMBio iniciou um trabalho de diálogo com a comunidade e parceiros que atuavam no território, Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ e Observação Cabo Frio (hoje nomeada Rede Observação), para que ocorresse a sua construção. Ao todo foram três oficinas realizadas para construção do documento além do cadastramento dos pescadores. A minuta aguarda aprovação e publicação para o prosseguimento das demais etapas para a regularização da atividade.

A partir dessa interação com a comunidade, vislumbrou-se a possibilidade de agregar outras fontes de renda para os catadores de guaiamum, tais como a estruturação do Turismo de Base Comunitária. O Turismo de Base Comunitária se apresenta em um contexto de preservação da natureza e das culturas e tradições como um vetor de valorização e proteção das riquezas locais. Nesse sentido, a atividade aqui proposta visa identificar o potencial turístico existente na região utilizada para a cata do guaiamum para uma futura proposta de implantação do turismo de base comunitária.

Ainda nesta perspectiva, espera-se que esta ação promova o sentimento de pertencimento, protagonismo, coletividade, valorização da identidade dos catadores e catadoras, pescadores e pescadoras, a identificação e análise das dinâmicas de poder no território, a compreensão das potencialidades e por fim, conflitos e problemas que permeiam a realidade que a comunidade convive no território e que poderão impactar o projeto local de TBC.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais)



Odirlei Vieira

Levantamento documental, aéreo e georreferenciado das terras que compõem a Reserva Biológica do Tinguá e inventário das propriedades/posses em conflitos.

● Atividades previstas

Validação do memorial descritivo; Levantamento, inventário e diagnóstico das propriedades/posses em conflito com a Reserva; Implantação do SIG fundiário da Reserva;

● Finalidade da Emenda:

Dirimir o atual conflito de limites para efetivação da demarcação, em cumprimento a decisão judicial, assim como regularizar as áreas que possuem conflitos no interior da Reserva Biológica do Tinguá a partir do levantamento, inventário e diagnóstico das propriedades/posses que subsidiarão a implantação do SIG fundiário da Unidade de Conservação (UC).

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos para pagamento de pessoas poderão ser utilizados da seguinte maneira:

- 1 - na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do georreferenciamento;
- 2 - na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução da instrução dos processos administrativos;

* Os equipamentos adquiridos ao fim do projeto serão doados à Rebio do Tinguá/ICMBio através de processo administrativo próprio para incorporação ao patrimônio da UC.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) descreve que a categoria de unidade de conservação “Reservas Biológicas” é uma das mais restritivas do SNUC e estabelece a necessidade de desapropriação de áreas particulares incluídas em seus limites considerando que suas terras são de posse e domínio públicos.

A Reserva Biológica (REBIO) do Tinguá, de relevância estratégica no contexto da região metropolitana do Rio de Janeiro, caracteriza-se como uma UC de Proteção Integral, sendo seu uso permitido apenas para atividade de educação ambiental e pesquisas científicas, desde que autorizadas pelo órgão gestor. Instituída pelo Decreto Federal 97.780 de 3 de maio de 1989, a REBIO do Tinguá foi criada com o intuito de proteger amostra representativa da floresta de encosta atlântica, com sua flora, fauna e demais recursos naturais, em especial os recursos hídricos (BRASIL, 1989).

A REBIO compreende uma área de 24.809,31 hectares, abrange os municípios de Nova Iguaçu (55,14%), Duque de Caxias (37,44%), Petrópolis (4,26%) e Miguel Pereira (3,16%), além de Japeri e Queimados, abrangidos pela Zona de Amortecimento (ZA)

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.100.000,00 (Três milhões e cem mil reais)

Paulo Roberto Machado

SUDESTE(SP)



Estação Ecológica Mico- Leão- Preto

Reforma e reparos da sede administrativa da ESEC MICO-LEÃO-PRETO, localizada no município de Presidente Epitácio/SP

● Atividades previstas

Reforma do imóvel, da sua parte estrutural (telhado, alicerces, calçamento, etc...), bem como reparos na parte hidráulica e elétrica.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a reforma do prédio da sede da ESEC Mico-Leão-Preto, bem como reparos e manutenção na parte elétrica, telhado e hidráulica, que já apresentam problemas estruturais, como rachaduras nas paredes e goteiras.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, foi criada no ano de 2002 e teve seus limites revisados em 2004. Desde a criação da Unidade de Conservação, sua Sede foi instalada em uma sala no Imóvel do Escritório Regional do IBAMA de Presidente Epitácio/SP, na Estrada Boiadeira Norte N° 3-27, Vila Santa Rosa, área urbana do município de Presidente Epitácio/SP. A partir de 2007, mesmo passando a Gestão da Unidade para o ICMBio, permanecemos no mesmo imóvel. No ano de 2012, com o encerramento das atividades do IBAMA em Presidente Epitácio, foi emitido um Termo de Cessão de uso Gratuito de Bem Imóvel ao ICMBio, Publicado no DOU em 09 de maio de 2012 como Extrato de Cessão N° 09/2012.

Ainda em 2012, foram feitas obras referentes a substituição do forro de madeira para PVC e melhorias na rede elétrica interna.

Mesmo com estas pequenas manutenções, o imóvel, por ter mais de 30 anos, necessita atualmente de reformas na estrutura de madeira do telhado (problema causa goteiras em uma sala), beiral, instalação elétrica (inclusive na caixa do relógio de medição), reboco, grades, portão, pintura e alterações nas instalações sanitárias (aumento do banheiro para atendimento das normas vigentes).

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

Execução de projetos para restaurar os altos fornos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, datados do século XIX.

● Atividades previstas

Elaboração de projeto de restauração de patrimônio histórico tombado inserido na Floresta Nacional de Ipanema, Iperó/SP.

● Finalidade da Emenda:

Executar os projetos técnicos das obras de restauro dos altos fornos de Varnhagen, remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema (século XIX).

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ipanema, situada a 120 km da capital e a 20 km de Sorocaba, abrange partes do Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto. Destacada na Região Turística História e Aventuras, atrai visitantes das áreas metropolitanas de Sorocaba, Campinas e São Paulo. Além de seus recursos naturais, a Floresta Nacional de Ipanema abriga um conjunto arquitetônico do século XIX, remanescente da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema - o pioneiro empreendimento industrial de ferro no Brasil - tombado pelo IPHAN. Restauração foi feita em 2005, com estabilização dos altos fornos por parcerias no setor siderúrgico. Projetos de restauração foram completados em 2020, aprovados pelo IPHAN, salvaguardando o conjunto mais bem preservado de altos fornos do século XIX no mundo. Situada em unidade de conservação federal, a preservação e o acesso ao patrimônio histórico são responsabilidades do poder público, além de proporcionar oportunidades de visitação, estudo e difusão de conhecimento.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais)

Adequar a área de visitação intensiva para oferecer acessibilidade universal no atendimento.

● Atividades previstas

Promoção da acessibilidade arquitetônica na visitação da Floresta Nacional de Ipanema, Iperó/SP

● Finalidade da Emenda:

Desenvolvimento de projetos e intervenções em edifícios, vias e áreas de lazer para garantir acessibilidade aos visitantes, assegurando segurança e autonomia, enquanto preserva-se as características dos edifícios históricos.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ipanema, localizada na região metropolitana de Sorocaba, São Paulo, abrange parte dos municípios de Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto. Reconhecida como atração turística na Região Turística História e Aventuras, é protegida pelo Ministério do Turismo. Além de conservar a natureza, preserva a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, patrimônio do século XIX.

O sítio histórico, próximo a instalações de visitação, carece de intervenções de arquitetura e engenharia para melhorar a acessibilidade e inclusão. Edifícios históricos de diferentes épocas precisam ser adaptados. As vias e áreas de atividade também apresentam desafios de acessibilidade, limitando a experiência de diversos públicos. A melhoria é crucial para proporcionar uma experiência completa e inclusiva, abrangendo pessoas com deficiência, idosos, gestantes, famílias com crianças e aqueles com restrição de mobilidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil de reais)

Elaboração e execução de projeto técnico de engenharia para perenização não asfáltica de trecho de 4,5 km da principal estrada interna da Floresta Nacional de Ipanema.

● Atividades previstas

Implementação de infraestrutura e serviços necessários às Unidades de Conservação Federais – Perenização não asfáltica de estrada interna na Floresta Nacional de Ipanema, Iperó/SP.

● Finalidade da Emenda:

Melhoria das condições internas de acesso e circulação na Floresta Nacional de Ipanema, proporcionando benefícios aos visitantes e a outros usuários dos serviços tanto da própria Floresta Nacional de Ipanema como do Centro Nacional de Formação em Conservação da Biodiversidade (Acadebio) do ICMBio.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ipanema, próxima a Sorocaba, abrange municípios como Iperó, Araçoiaba da Serra e Capela do Alto. Reconhecida pelo Ministério do Turismo, é destaque na Região Turística História e Aventuras.

A floresta abriga o Centro Nacional de Formação em Conservação da Biodiversidade (Acadebio), onde ocorrem eventos e reuniões técnicas. O acesso é feito por duas portas conectadas por estrada de terra, também usadas por ciclistas e pedestres. Manutenções regulares são realizadas para manter uma estrada trafegável.

A estrada precisa de projeto de recuperação de drenagem, evitando detritos nos corpos d'água e assoreamento. Solução duradoura é necessária, garantindo segurança e preservação ambiental. Isso reduzirá as complicações frequentes e manterá a permeabilidade do solo.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Acervo

SUL(PARANÁ)



Navio de Pesquisa Soloncy Moura

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Utilização do Navio de Pesquisa Soloncy Moura no Litoral do Paraná

● Atividades previstas:

Cruzeiros de pesquisa e gestão das unidades de conservação federais do litoral do Paraná.

● Finalidade da Emenda:

Os cruzeiros a bordo do Navio de Pesquisa Soloncy Moura serão planejados de modo a otimizar a aplicação dos recursos para atingir os seguintes objetivos:

- a. Fiscalizar o entorno do Parque Nacional do Superagui, conforme o Plano Simplificado de Fiscalização da Unidade de Conservação.
- b. Vistoriar os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental que afetam as Unidades de Conservação, em especial empreendimentos portuários e dragagens.
- c. Prospectar a existência de espécies exóticas invasoras no litoral do Paraná.
- d. Monitorar o cumprimento do Termo de Compromisso da Tainha/Cavala firmado entre ICMBio e Colônias de Pesca Z-4 (Matinhos) e Z-5 (Pontal do Paraná), bem como o exercício de pesca por não signatários do Termo.
- e. Monitorar as operações de pesca no litoral do Paraná, identificando e caracterizando as pescarias que interagem com as tartarugas marinhas, em especial a *Dermochelys coriacea* (tartaruga-de-couro).
- f. Atualizar os índices de captura por unidade de esforço (CPUE) das espécies de tubarões e raias ameaçados de extinção e identificar áreas e épocas do ano onde as CPUEs são mais relevantes.
- g. Coletar material biológico para condução de estudos em dinâmica populacional e mensurar parâmetros ambientais para entender o uso do habitat.

● Descrição da Execução da Emenda:

Cruzeiros de pesquisa e gestão das unidades de conservação federais do litoral do Paraná.

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada na equipagem com alocação de mão de obra exclusiva para preenchimento da Tripulação Mínima de Segurança, conforme o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS), do Navio de Pesquisa Soloncy Moura, atracado em Itajaí/SC, envolvendo embarque/desembarque de tripulação, para atendimento do ICMBio durante 24 (vinte e quatro) meses. Incluindo o fornecimento de materiais necessários para a manutenção e limpeza do Navio de Pesquisa

A ilha da Trindade abriga espécies e ambientes insulares únicos no mundo e, portanto, é considerada um hotspot de biodiversidade no sudoeste do Oceano Atlântico. No entanto, a introdução de espécies exóticas invasoras, bem como incêndios ocorridos nos últimos séculos, comprometem o ecossistema terrestre da ilha. A vegetação sofreu um severo impacto negativo a partir da introdução de plantas, porcos e cabras, e do uso do fogo, os quais alteraram

• **Justificativa para apresentação da Emenda:**

A utilização do Navio de Pesquisa Soloncy Moura, de propriedade do ICMBio, será executada pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul – ICMBio/CEPSUL, a Gerência Regional 5 (GR 5 - Sul), os Núcleos de Gestão Integrada de Antonina-Guaraqueçaba e Matinhos, Centro TAMAR e Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Serão desenvolvidas atividades relacionadas aos processos de conservação do ICMBio, em especial: a. Apoio à gestão das unidades de conservação no litoral do Paraná. b. Avaliação do Estado de Conservação da Fauna Brasileira. c. Ações previstas nos Planos de Ação Nacionais para a Conservação das Espécies. d. Monitoramento da Pesca e Biodiversidade Associada no âmbito do Programa MONITORA/ICMBio

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos reais)

Implantação e construção de mirantes, bem como de passarela elevada de visitação da Lagoa Saraiva interior do Parque Nacional de Ilha Grande – PNIG, município de Guaira

● Atividades previstas:

Implantação e construção de 2 (dois) mirantes (um às margens do rio Paraná e outro às margens da lagoa Saraiva) e passarela elevada de Visitação da Lagoa Saraiva interior do Parque Nacional de Ilha Grande – PNIG.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a construção e Implantação de mirantes e passarela elevada de Visitação da Lagoa Saraiva, interior do Parque Nacional de Ilha Grande – PNIG, visando estabelecer atrativo de visitação da Unidade de Conservação para atendimento ao público.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Trata-se de implantação e construção de 2 (dois) mirantes e uma passarela elevada ligando as duas estruturas de visitação e contemplação (mirantes). A implantação das estruturas de receptividade serão localizadas na margem do rio Paraná e na margem da lagoa Saraiva, respectivamente, as duas estruturas têm como objetivo unificar em uma única experiência de visitação distintos ambientes selvagens, ou seja, dique marginal de vegetação ripária as margens do rio Paraná (mirante rio Paraná), ambiente de várzeas de solos hidromórficos (passarela elevada) e lagoa natural (mirante lagoa Saraiva), a criação do atrativo expande as possibilidades de conectividade com outros atrativos de visitação como a trilha da ilha João Costa ou São Francisco, bem como, a trilha aquática de longo curso da Rota dos Pioneiros. A implantação e construção dos atrativos na lagoa Saraiva serão um marco para a o uso público do parque nacional, tendo em vista seu grande potencial como atrativo turístico e como fator de desenvolvimento socioambiental e até econômico para a região, que contempla diversos municípios do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

A Lei nº 9.985/2000 – que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) - prevê, no que concerne a UCs do tipo “Parque Nacional”, como é o caso do PNIG:

“Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

[...]

Quanto ao PNIG, o Decreto s/n de 1997 que o cria, em seu Artigo 1º dispõe:

Art. 1 Fica criado o Parque Nacional de ilha Grande, abrangendo as Ilhas Grande, Peruzzi, do Pavão e Bandeirantes, e todas as demais ilhas e ilhotas situadas desde o Reservatório de Itaipu e a foz do Rio Piquiri até a foz dos Rios Amambai e Ivaí, as áreas de várzea e planícies de inundação, situadas às margens do Rio Paraná, as águas lacustres e lagunares e seu entorno e o Paredão das Araras.

[...]"

Segundo o Plano de Manejo do PNIG, são objetivos primordiais do parque a preservação e a conservação das áreas naturais, bem como a recuperação daquelas que foram, de uma forma ou outra, degradadas ou alteradas. Esses objetivos têm como finalidade a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas naturais da região". A UC objetiva ainda apoiar o ordenamento e a criação de novas atividades de turismo na região, tendo o parque como oportunidade de conhecimento, recreação e educação ambiental.

Dentre os objetivos específicos do PNIG estão: preservar e restaurar os ecossistemas naturais; conservar espécies da flora rupícola; proteger espécies da fauna endêmicas, raras e/ou ameaçadas de extinção nos âmbitos regional e nacional; proteger espécies da flora consideradas raras e ameaçadas de extinção nos âmbitos regional e nacional; proteger sítios de reprodução, forrageamento e repouso de aves migratórias situados nos bancos de areia e nas ilhas; contribuir para a conservação das comunidades ícticas existentes nos rios e lagos da região; proteger paisagens de beleza cênica notável; proteger os sítios arqueológicos localizados no PNIG; proporcionar os meios e incentivos para implementar as atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental. Ainda, desenvolver atividades de educação ambiental; favorecer a prática das atividades de turismo ecológico e de recreação em contato com a natureza; incentivar o desenvolvimento regional integrado por meio do aproveitamento de atividades recreativas, turismo ecológico e práticas de conservação; propiciar a integração das UCs de uso sustentável (APAIVRP e APAs municipais) e de uso indireto (como o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema - PEVRI) contíguas ao PNIG de modo a exercitar o mosaico formado pela conectividade das áreas ressaltando-se a importância do Parque, como área nuclear, de maior grau de proteção da biodiversidade; contribuir para o desenvolvimento regional, difundindo e incentivando o uso econômico, ecologicamente sustentável da biodiversidade local e valorizando a base histórico-cultural da região.

Desde o Plano de Manejo do parque, o Segmento da Lagoa Saraiva é citado pela sua vocação para o uso público. No documento consta que, a área onde se pretende implantar os atrativos, compreende zonas de uso intensivo e extensivo. Estas zonas abrangem, de acordo com o conceito estabelecido no plano, áreas destinadas a atividades de uso público (Zona de Uso Intensivo e Zona de Uso Extensivo), bem como, estão presentes nas áreas próximas atividades de proteção a incêndios (Zona de Uso Especial) e proteção intensiva da biodiversidade da unidade de conservação (Zona Primitiva), todas muito próximas entre si.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Restauração do prédio histórico conhecido como “Casarão”, na cidade de Guaraqueçaba/PR

● Atividades previstas

Elaboração de projeto de reforma da estrada (espalhamento e compactação de saibro em 6 km de extensão X 4 metros de largura; adequação do sistema de drenagem); Elaboração de projeto para construção de ponte em concreto e metal, com aproximadamente 30 metros de extensão e capacidade para veículos de até 16 toneladas; Execução da reforma da estrada; Construção da ponte sobre o Rio Arraial.

● Finalidade da Emenda:

Recuperar a via de acesso à sede da Fazenda Guaricana, imóvel da União situado em região estratégica para a construção de uma base multiuso para servir de apoio a atividades de uso público, pesquisa científica, educação ambiental, centro de visitantes e fiscalização no interior do Parque Nacional Guaricana, permitindo assim que esta unidade de conservação cumpra seus objetivos.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução das atividades previstas.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional Guaricana, situado nos municípios de Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais, no Paraná, possui quase 50 mil hectares e protege parte importante do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do país. Este Parque Nacional abriga enorme biodiversidade e, por estar situado muito próximo da Região Metropolitana de Curitiba, possui um grande potencial para atividades de turismo, pesquisa científica e educação ambiental, podendo vir a se tornar um motor do desenvolvimento econômico regional.

Para que o Parque Nacional Guaricana cumpra seus objetivos e desenvolva esse potencial, são necessárias infraestruturas de acesso e permanência, que atendam tanto a equipe do ICMBio quanto a comunidade do entorno e outros usuários. O ICMBio já tem sob sua responsabilidade a Fazenda Guaricana, área da União situada na região mais preservada e estratégica do Parque Nacional. No entanto, não há nesta propriedade qualquer estrutura que possa servir de apoio às atividades possíveis de serem realizadas no Parque. Além disso, a estrada e a ponte que davam acesso ao imóvel estão em péssimas condições, impedindo o acesso de veículos motorizados ao local, o que dificulta a presença institucional e a construção de uma sede.

As atividades objeto desta solicitação de Emenda têm o objetivo de recuperar a via de acesso e reconstruir a ponte sobre o Rio Arraial, dando condições para que o ICMBio faça a gestão adequada desta importante porção do Parque Nacional. Com o acesso recuperado, prevê-se a construção na Fazenda Guaricana de uma sede multiuso, com espaço para apoio às atividades de visitação, pesquisa científica, educação ambiental e fiscalização. Assim, o Parque Nacional Guaricana poderá cumprir com seus objetivos, garantindo a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, trazendo oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável para a região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais)

Reforma do imóvel destinado a servir de alojamento e base de apoio aos pesquisadores na BAV Fernandes Pinheiro/NGI Campos Gerais, em Fernandes Pinheiro/PR

● Atividades previstas

Obra de Reforma do imóvel destinado a servir de alojamento e base de apoio aos pesquisadores na BAV Fernandes Pinheiro/NGI Campos Gerais.

● Finalidade da Emenda:

Recuperar o imóvel para que possa ser utilizado por pesquisadores e servidores de outras Unidades quando em atividade na FLONA de Irati (BAV Fernandes Pinheiro).

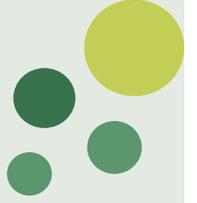
● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O imóvel a ser recuperado foi construído no final da década de 1950, todo em madeira. É uma construção sólida, durável, mas necessita de manutenção periódica para manter-se em condições seguras de utilização. Atualmente, esse imóvel é o único existente na FLONA de Irati que, se reformado, pode ser utilizado para a finalidade proposta.

Finalmente, ressaltamos que a pesquisa científica é um dos objetivos das Florestas Nacionais, segundo o SNUC, o que justifica plenamente termos um alojamento para pesquisadores em nossa Unidade.



Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)





Acervo Flona

Floresta Nacional de Pirai do Sul

Reforma do casarão que abriga o Centro de Interpretação Ambiental e Museu da Flona; Reforma do prédio que abriga o Viveiro de Mudas e construção de estufa; Reforma da casa utilizada como alojamento para pesquisadores, voluntários e servidores; Construção de Mirante no alto da Trilha do Morro.

● Atividades previstas

Obra de recuperação das estruturas, incluindo novas instalações elétricas e hidráulicas. Construção de novo viveiro de mudas em estrutura de estufa, e construção de um mirante.

● Finalidade da Emenda:

Recuperar as estruturas para melhor aproveitamento das instalações e para melhor adequação aos objetivos de uso. Possibilitar ao público visitante da UC maior segurança e experiências mais satisfatórias. Melhor aproveitamento do potencial paisagístico e consequente impacto nos índices de visitação.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

As estruturas em uso na UC tiveram sua construção concluída em meados da década de 40 e desde então não passaram por reforma e/ou adequações significativas, apenas por algumas intervenções indispensáveis para a continuidade dos seus usos. O tempo causou diversos danos que precisam ser recuperados sob risco de perda total de alguns espaços.

Quanto ao mirante pretendido, a intenção é a valorização do ambiente natural que pode ser observado do alto da Trilha do Morro, um dos pontos de maior beleza cênica da UC.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)



Felipe Pinho

Floresta Nacional Assungui

Construção de estruturas e complementação das já existentes para receber visitantes com conforto e segurança, qualificando a unidade de visitação localmente e regionalmente como atração turística e educacional

● Atividades previstas

Realização de obra para reforma e adequação do casarão histórico da Floresta Nacional de Assungui, localizada no município de Campo Largo/PR.

● Finalidade da Emenda:

Recuperação e adequação do casarão histórico da Floresta Nacional de Assungui para permitir sua utilização em atividades de uso público, visitação e educação ambiental na unidade.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Assungui é a única Unidade de Conservação da região da estrada do Cerne, em Campo Largo/PR. Ela tem grande importância local, tanto em termos de conservação da biodiversidade e proteção do maior remanescente de Floresta com Araucária da região, como relacionada à história e cultura das comunidades de seu entorno.

Desde a publicação do seu Plano de Manejo, em 2019, a gestão da Unidade de Conservação vem trabalhando para estruturar a FLONA para a visitação, oferecendo à comunidade um local de oportunidade para o turismo em contato com a natureza, além de promover a educação ambiental.

Entre as estruturas já existentes que poderiam ser utilizadas para a finalidade de visitação, o casarão histórico é a que mais atrai o turista que visita a FLONA. Construído na década de 1940, tem arquitetura singular e faz parte da história da UC.

Apesar de ainda estar em boas condições, o chão e algumas estruturas estão comprometidas pela ação da umidade e de cupins, impossibilitando sua utilização de forma geral. A reforma e adequação viabiliza a utilização do prédio para finalidade de educação e interpretação ambiental, podendo ser usado como centro de visitantes, museu temático e espaço educador, com a instalação da Sala Verde do Ministério do Meio Ambiente no local, bem como a utilização do espaço em atividades de formação de condutores de trilhas para a UC.

O casarão, depois de reformado e com as estruturas móveis e de equipamentos adequados aos usos propostos, poderá ainda ser usado nas atividades de turismo de base comunitária desenvolvidas na FLONA de Assungui, como parte do roteiro Trilhas da Galha Azul.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)



Jorge Pegoraro

Parque Nacional Guaricana

Elaboração de projeto e construção de uma sede multiuso para o Parque Nacional Guaricana, na Fazenda Guaricana, imóvel de União situado em Guaratuba/PR, em região estratégica para a proteção do Parque e o desenvolvimento de atividades de uso público e educação ambiental

● Atividades previstas

Elaboração de projeto de uma sede multiuso para o Parque Nacional Guaricana, com escritórios, alojamentos, auditório e laboratório de pesquisa. Construção da sede e aquisição de móveis e equipamentos para deixá-la em condições de uso.

● Finalidade da Emenda:

Implantar infraestrutura básica para o Parque Nacional Guaricana, com a construção de uma sede na Fazenda Guaricana, imóvel da União situado em região estratégica para servir de apoio a atividades de uso público, pesquisa científica e fiscalização no interior do Parque, permitindo assim que esta unidade de conservação cumpra seus objetivos de garantir a proteção da biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento da região, através de projetos de turismo de base comunitária, entre outros.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução das atividades previstas.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional Guaricana, situado nos municípios de Guaratuba, Morretes e São José dos Pinhais, no Paraná, possui quase 50 mil hectares e protege parte importante do maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do país. Este Parque Nacional abriga enorme biodiversidade e, por estar situado muito próximo da Região Metropolitana de Curitiba, possui um grande potencial para atividades de turismo, pesquisa científica e educação ambiental, podendo vir a se tornar um motor do desenvolvimento econômico regional.

Para que o Parque Nacional Guaricana cumpra seus objetivos e desenvolva esse potencial, são necessárias infraestruturas de acesso e permanência, que atendam tanto a equipe do ICMBio quanto a comunidade do entorno e outros usuários. O ICMBio já tem sob sua responsabilidade a Fazenda Guaricana, área da União situada na região mais preservada e estratégica do Parque Nacional. No entanto, não há nesta propriedade qualquer estrutura que possa servir de apoio às atividades possíveis de serem realizadas no Parque.

As atividades objeto desta solicitação de Emenda têm o objetivo de construir uma sede multiuso na Fazenda Guaricana, dando condições para que o ICMBio faça a gestão adequada desta importante porção do Parque Nacional Guaricana. Com a sede multiuso em funcionamento, com espaço para apoio às atividades de visitação, pesquisa científica, educação ambiental e fiscalização, o Parque Nacional Guaricana poderá cumprir com seus objetivos, garantindo a conservação da biodiversidade e, ao mesmo tempo, trazendo oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável para a região.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)

Parque Nacional da Serra do Itajaí, que conecta os municípios de Blumenau e Apiúna passando pelo território do município de Indaial.

● Atividades previstas

Ações de Manutenção e Infraestrutura

● Finalidade da Emenda:

Tornar a estrada transitável com segurança para os usuários, os proprietários de imóveis e equipe do ICMBio.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra do Itajaí, estabelecido em 2004 e 2006, protege cerca de 57 mil hectares de Mata Atlântica, abrangendo novos municípios catarinenses. A Estrada Geral é um acesso crucial ao parque, porém enfrenta problemas de manutenção, ameaçando a segurança devido a condições precárias. A estrada necessita de manutenção regular, incluindo reparos no leito, sistema de drenagem, pontes de madeira e poda de vegetação. A manutenção não só beneficiará servidores e visitantes, mas também promoverá a conscientização sobre a importância do parque na conservação da biodiversidade e minimizará os efeitos negativos no meio ambiente.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)

Montar 40 (quarenta) kits JAVALI APARADOS para operar na região compreendida pelos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, bem como em seus municípios vizinhos (Cambará do Sul/RS, Mampituba/RS, Praia Grande/SC e Jacinto Machado/SC).

● Atividades previstas

Apoio às ações de Monitoramento, Manejo e Controle de Suídeos Exóticos – Javali (*Sus scrofa*), Javaporco e Porcos Domésticos Asselvajados (*Sus scrofa scrofa*) – nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e nos municípios de Cambará do Sul/RS, Mampituba/RS, Praia Grande/SC e Jacinto Machado/SC.

● Finalidade da Emenda:

Capacitar os membros dos órgãos envolvidos na agricultura, pecuária e saúde (Secretarias Municipais, EMATER, EPAGRI, CIDASC, Inspeção Veterinária, Sindicatos Rurais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Moradores das comunidades rurais) nos quatro municípios próximos aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. A capacitação visa à implementação de estratégias de Monitoramento, Manejo e Controle de Suídeos Exóticos Invasores, como Javali (*Sus scrofa*), Javaporco e Porcos Domésticos Asselvajados (*Sus scrofa scrofa*), usando técnicas seguras, eficazes e de baixo impacto na fauna silvestre, como a captura com jaula-gaiola e o abate dentro da jaula-gaiola.

Serão fornecidos sete KITS JAVALI APARADOS e insumos para cada um dos quatro municípios, para serem operados ao longo de 12 meses, a fim de viabilizar a execução do PROJETO JAVALI APARADOS - Monitoramento, Manejo e Controle de Suídeos Exóticos Invasores – Javali (*Sus scrofa*), Javaporco e Porcos Domésticos Asselvajados (*Sus scrofa scrofa*). Adicionalmente, serão entregues ao ICMBio doze KITS JAVALI APARADOS e os insumos necessários para operá-los por 12 meses nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e/ou em sua Zona de Amortecimento.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. A construção das 40 (quarenta) jaulas-gaiola será realizada pelo ICMBio em parceria com apoiadores do PROJETO JAVALI APARADOS nos 04 municípios adjacentes aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. As capacitações teóricas e práticas serão conduzidas pelos analistas ambientais e Agentes Temporários Ambientais do ICMBio, cujos salários são financiados pela União. Os recursos desta Emenda serão destinados à contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) por meio de um processo de seleção, para a aquisição de equipamentos e materiais necessários.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral estão situados na fronteira entre o extremo sul de Santa Catarina e o nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Bioma Mata Atlântica. Abrangem os municípios de Cambará do Sul/RS, Mampituba/RS, Praia Grande/SC e Jacinto

Machado/SC. Essa região é composta por parte do Planalto Gaúcho, onde predominam campos de altitude com algumas áreas isoladas de floresta com araucárias (Floresta Ombrófila Mista), além de escarpas (paredões de cânions) e porções da Planície Costeira com Floresta Ombrófila Densa e Floresta Ombrófila. A principal atividade econômica nesses municípios é a pecuária e a agricultura, seguidas pelo turismo, apicultura e silvicultura. No total, os 04 municípios envolvidos no projeto abrigam 28.386 habitantes (IBGE, 2022) e cobrem uma área de 2.078,48 km². Em 2022, os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral receberam 151.504 visitantes.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,000 (Trezentos mil reais)

Obra de recuperação das estruturas de madeira para a sustentação do telhado, incluindo descupinização, instalação de manta térmica, aplicação de forro de PVC e substituição das telhas.

● Atividades previstas

Reforma dos telhados das 05 edificações utilizadas no uso público na Floresta Nacional de Ibirama (02 hospedarias, sala de reuniões do Conselho Consultivo da UC, refeitório/centro de vivência dos visitantes e pesquisadores, churrasqueira/cozinha externa para uso público)

● Finalidade da Emenda:

Recuperar as edificações utilizadas no uso público da UC, restaurando os telhados afetados por cupins e morcegos, eliminando goteiras, visando garantir a saúde e a segurança de visitantes, estudantes e pesquisadores, além de prevenir possíveis incidentes relacionados ao colapso parcial ou total das estruturas dos telhados.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de uma pessoa jurídica especializada, por meio de um certame, para dar suporte à execução do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Floresta Nacional de Ibirama - SC possui uma estrutura destinada ao acolhimento de visitantes, incluindo turistas, escolas, grupos de escoteiros, pesquisadores e outros. Muitos desses visitantes utilizam as hospedarias, o refeitório e a churrasqueira durante suas estadias. No entanto, há um problema significativo de infestação de cupins e morcegos, resultando em um acúmulo considerável de detritos no forro de madeira e quedas sobre os visitantes, acompanhado de um odor desagradável. Além disso, as edificações, que têm mais de 60 anos, apresentam fragilidade estrutural e telhas antigas, aumentando o risco de desabamento e contaminação por agentes biológicos. As goteiras também estão danificando a madeira e o patrimônio como um todo. Nesse contexto, busca-se a restauração desse patrimônio histórico, essencial para a recepção do público fundamental para a UC, em consonância com os objetivos das Florestas Nacionais definidos pela Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,000 (Quinhentos mil reais)

Míriam Chaudon

RIO GRANDE DO SUL



Área de Proteção Ambiental Ibirapuitã

Construção de duas pontes pênséis para pedestres, uma sobre o rio Ibirapuitã Chico, no limite municipal de Santana do Livramento e Rosário do Sul e outra sobre o rio Ibirapuitã, entre o Município de Alegrete e o Município de Rosário do Sul, Rio Grande do Sul

● Atividades previstas

Trata-se de estruturas fundamentais como atrativos turísticos e para permitir a travessia seca dos rios, permitindo a consolidação da trilha Caminho do Pampa, um projeto no bioma pampa que conectará a área protegida do Uruguai – Valle del Lunarejo com a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, no Brasil, permitindo a geração de negócios vinculados ao turismo rural e à conservação da natureza. Comunidades rurais como Rincão dos Batista, Quilombo Rincão da Chirca, Rincão do Vinte e Oito e Rincão Bonito, entre outras, serão beneficiadas com a prosperidade gerada pelo turismo rural.

● Finalidade da Emenda:

Construção de duas pontes pênséis para pedestres realizarem a passagem seca sobre dois rios, dentro da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã:

- 1ª ponte: sobre o rio Ibirapuitã Chico, no Passo do Mineiro, entre os municípios de Santana do Livramento e Rosário do Sul;
- 2ª ponte: sobre o rio Ibirapuitã, no Passo da Picada, entre o município de Rosário do Sul e Alegrete;
- Complementação da sinalização de 90km de trilhas com placas orientativas entre o passo do Mineiro e o Passo da Picada;

● Descrição da Execução da Emenda:

Construção de duas pontes pênséis e demarcação de 90 km de trilhas para a travessia de peregrinos na Trilha Caminho do Pampa que faz parte do projeto Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso que viabiliza corredores ecológicos em unidades de conservação de norte a sul do Brasil, com vistas ao desenvolvimento econômico das áreas rurais com foco na conservação do meio ambiente e desenvolvimento de atividades econômicas nas comunidades rurais vinculadas ao projeto (hospedagem, serviços de gastronomia, guiamento turístico e transporte).

● Justificativa para apresentação da Emenda:

As estruturas das pontes pênséis e implementação de infraestrutura das marcações da trilha e serviços necessários para ecoturismo, se justificam pela viabilização do projeto Caminho do Pampa, a qual foi desenhada e vem sendo implantada já com 84 km demarcados no município de Santana do Livramento-RS em projeto apoiado pelo fundo global para o meio ambiente – GEF. A continuidade da trilha depende da construção de pontes para a travessia segura dos caminhantes. De outra parte, para que o projeto se efetive em seus objetivos ligados à Rede Brasileira de Trilhas faz-se necessário a continuidade da demarcação das trilhas e sensibilização da população rural no entorno da trilha.

O Caminho do Pampa, não é apenas um projeto, já configura uma realidade que está movimentando proprietários rurais dentro da APA DO IBIRAPUITÃ no objetivo de desenvolver o ecoturismo na região. Várias ações vêm sendo feitas, dentre elas a definição da marca da trilha, com sua pegada representativa do modo de vida campeiro, registro do Caminho do Pampa no aplicativo e-trilhas da Rede Brasileira de Trilhas, a demarcação de 84 km da trilha com a pintura das pegadas e colocação de placas orientativas e informativas, campanhas de sensibilização da população local, reuniões para orientação à população do entorno da trilha para recepção do turista.

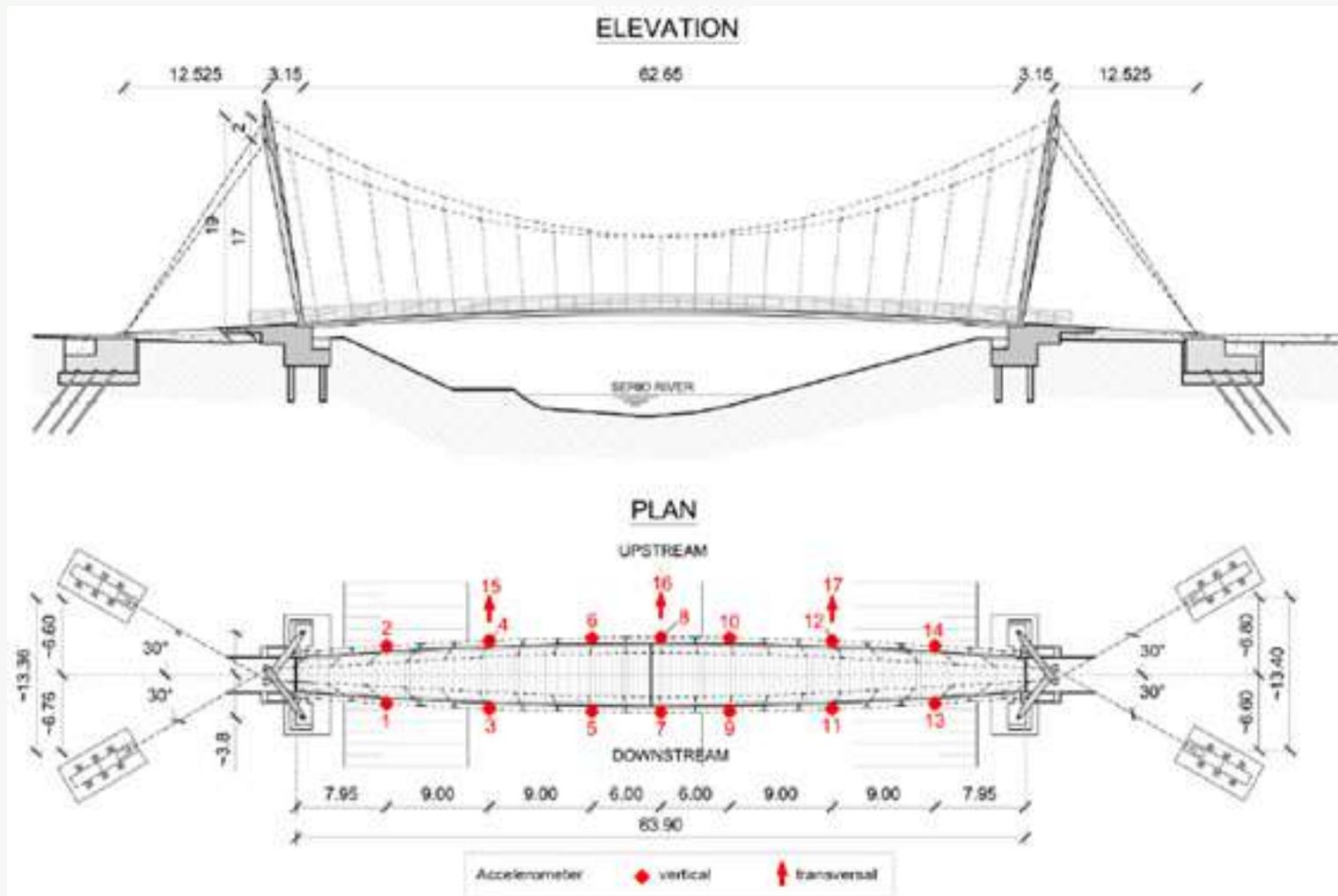


Logo - pegada do Caminho do Pampa, projeto em desenvolvimento com apoio do ICMBio, Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã, SAVE Brasil, GEF Terrestre, Rede Brasileira de Trilhas, Prefeituras municipais de Rosário do Sul, Santana do Livramento, Alegrete e Quaraí, e o Departamento de Rivera - Uruguay

A construção das pontes é o corolário do projeto da trilha Caminho do Pampa, sendo as pontes atrativas por sua singularidade na região, propiciando a travessia e contemplação de belas paisagens dentro da área protegida. Turismo local, regional e internacional serão estimulados com essas estruturas de pontes para pedestres, situadas na região pampeana com os melhores índices de conservação do bioma, onde ainda restam campos nativos e matas ciliares com a mesma bela fisionomia natural há séculos.



Exemplo de ponte para pedestres a ser construída sobre o rio Ibirapuitã Chico, limite entre os municípios da campanha gaúcha de Santana do Livramento e Rosário do Sul, nas proximidades do Quilombo Rincão da Chirca e acesso ao Rincão do Batista, formado por pecuaristas familiares prin



Esboço de projeto de ponte pênsil para pedestres a ser construída sobre o rio Ibirapuitã, com 64 m de comprimento



Exemplo de ponte pênsil para pedestres a ser construída sobre o rio Ibirapuitã, estabelecendo uma ligação da trilha Caminho do Pampa entre os municípios de Alegrete e Rosário do Sul, um singular atrativo turístico para a região.



Reforma de uma casa institucional para sua conversão em um Centro de Visitantes, acompanhada da construção de um quiosque anexo e da expansão do sistema hidrossanitário, incluindo a implementação de um novo sistema de esgoto.

● Atividades previstas

Reforma de casa institucional para a instalação do Centro de Visitantes na Floresta Nacional de Passo Fundo – FLONA Passo Fundo, na cidade de Mato Castelhano (RS). Com construção de quiosque e ampliação do sistema hidrossanitário com implantação de sistema novo de esgoto.

● Finalidade da Emenda:

Realização de reforma em uma casa institucional com o propósito de criar o Centro de Visitantes para melhor atendimento ao público, seguindo as diretrizes do Plano de Manejo da FLONA. Isso incluirá a construção de um quiosque adicional e a expansão do sistema hidrossanitário, com a introdução de um novo sistema de esgoto.

● Descrição da Execução da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Com o fim do período de pandemia, surgiu uma significativa demanda por visitas e apreciação de ambientes naturais, especialmente em unidades de conservação. Nesse contexto, próximo à FLONA, encontra-se Passo Fundo (RS), uma cidade com mais de 200 mil habitantes e a maior do norte do RS, demonstrando um notável potencial de uso público da UC. A Floresta Nacional de Passo Fundo, inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, permite a contemplação da ampla biodiversidade associada a esse ecossistema.

A FLONA Passo Fundo é uma unidade de conservação federal de uso sustentável, tendo o uso público como um dos seus objetivos primordiais. Visitas guiadas por grupos de estudantes universitários e alunos de escolas municipais, estaduais e privadas são frequentes, e essa demanda está em constante crescimento. Além disso, o público em geral pode explorar trilhas e desfrutar da paisagem natural do ecossistema. Para garantir que os visitantes possam contemplar essa rica biodiversidade de maneira segura, confortável e educativa, torna-se essencial revitalizar a área de uso público e visitação da FLONA Passo Fundo.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

Montar 40 (quarenta) Kits JAVALI APARADOS para operar dentro da região formada pelos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral, bem como em seus municípios vizinhos (Cambará do Sul/RS, Mampituba/RS, Praia Grande/SC e Jacinto Machado/SC).

● Atividades previstas

Apoio ao projeto de pesquisa científica para avaliação da viabilidade ambiental para realizar a prática do surf no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos

● Finalidade da Emenda:

Realização de eventos de teste da modalidade de surf de tow-in no Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, visando à avaliação técnica e ambiental da viabilidade dessa atividade de uso público dentro dos limites da unidade de conservação. Motos aquáticas serão utilizadas para simular a prática, e equipamentos serão adquiridos para medir os possíveis impactos à fauna local, incluindo aves e pinípedes.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda poderá ser direcionada através da doação dos bens adquiridos diretamente ao ICMBio, bem como pelo subsídio aos parceiros do projeto.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos é uma Unidade de Conservação (UC) com um grande potencial para o desenvolvimento do turismo ecológico local.

Anualmente, atrai grupos de lobos e leões-marinhos, principalmente durante o inverno, sendo o único local natural no Brasil onde esses animais se reúnem, proporcionando oportunidades de contemplação.

Dentro dos limites do REVIS, também ocorre a eventual formação de grandes ondas que despertam o interesse de praticantes da modalidade de Surf de Towin. No entanto, essa atividade não está autorizada devido à falta de estudos científicos que permitam avaliar sua viabilidade dentro da unidade.

Atualmente, o ICMBio concluiu a elaboração do Plano de Manejo e está iniciando o desenvolvimento do Plano de Uso Público do REVIS Ilha dos Lobos. Uma das demandas identificadas é justamente a realização da atividade mencionada anteriormente. Já existe um Grupo de Trabalho no âmbito do Conselho Consultivo, que tem como objetivo subsidiar a decisão e formalizar um Acordo de Cooperação Técnica entre o ICMBio, a Associação de Surfistas de Torres e os pesquisadores do Gemars (Grupo de Estudos de Mamíferos Aquáticos do Rio Grande do Sul). Além disso, a Marinha do Brasil, por meio da Capitania dos Portos de Tramandaí/RS, tem acompanhado as discussões

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 265.200,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais)

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.900.000,00 (Um milhão e novecentos mil reais)

RIO GRANDE DO SUL (MUITOS CAPÕES)



Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda

Construção do pórtico de entrada, reforma da sala da biblioteca e revitalização do museu didático da Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda – ESEC Aracuri-Esmeralda, na cidade de Muitos Capões (RS).

● Atividades previstas

Construção de pórtico na entrada, reforma da sala da biblioteca e museu didático da ESEC Aracuri-Esmeralda.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a revitalização da entrada da ESEC Aracuri-Esmeralda, além da reforma da sala da biblioteca e museu didático da unidade de conservação para atendimento ao público, especialmente aos estudantes e professores.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Com o final do período da pandemia, veio à tona a grande demanda de visitação e contemplação de ambientes naturais, em especial, nas unidades de conservação. Neste contexto, a Estação Ecológica de Aracuri-Esmeralda, unidade de conservação federal inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, é um exemplo de local em que se pode contemplar toda a biodiversidade associada ao ecossistema.

Não obstante, apesar da ESEC Aracuri-Esmeralda ser uma Unidade de Conservação federal restritiva em termos de uso, visitas guiadas de grupos de estudantes universitários e alunos das escolas municipais, estaduais e particulares ocorrem constantemente, sendo que esta procura vem aumentando a cada dia. Para que o usuário contemple esta rica biodiversidade de uma maneira segura, confortável e explicativa, se faz necessária a revitalização da área de uso público e visitação da ESEC.

As figuras abaixo ilustram os ambientes inseridos no projeto da ESEC Aracuri-Esmeralda:



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Aceervo

RIO GRANDE DO SUL (MATO CASTELHANO)



Floresta Nacional Passo Fundo

Projeto e construção de 03 (três) pontes no acesso à Estrada do Dunas – Telmo Lemos, no interior do Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS

● Atividades previstas

Construção de pontes sustentadas por cabeceiras de concreto de modo a permitir o fluxo das águas sem jogar sedimentos da estrada na Lagoa do Peixe – Estrada das Dunas.

● Finalidade da Emenda:

Resolver o problema histórico causado por pontes precárias com cabeceiras que desmoronam e jogam sedimentos no corpo da lagoa.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto..

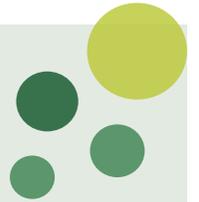
● Justificativa para apresentação da Emenda:

A estrada das Dunas é uma estrada pública que foi aberta antes da criação do Parque Nacional, com objetivo de ligar a cidade ao Balneário Mostardense. Em três pontos dessa estrada existem locais que conectam as áreas úmidas e lagoas. No entanto, tais pontes são muito antigas e suas estruturas de madeira estão precárias, sendo que reforços feitos nas suas cabeceiras estão jogando sedimentos e material sólido no seu entorno. A falta de cabeceiras bem estruturadas e bem projetadas também contribui para jogar sedimentos da própria estrada para dentro dos canais que conectam as lagoas, contribuindo dessa forma para o assoreamento da Lagoa do Peixe.

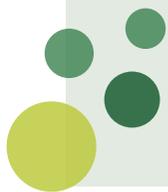
Assim, a construção destas pontes, realizadas na boa técnica, é obra importante que vai contribuir para manutenção e preservação do ambiente lagunar, melhorando o fluxo das águas, além de ser uma estrutura de apoio ao uso público na medida em que viabiliza o aperfeiçoamento das condições de trânsito dentro da Unidade de Conservação. Por fim, essa melhoria na estrada vai facilitar aos moradores do Balneário Mostardense, acesso às suas casas.



Localização das pontes



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)



Projeto e construção do 03 (três) pontes no acesso Estrada do Talha-mar, no interior do Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS

● Atividades previstas

Construção de pontes sustentadas por cabeceiras de concreto de modo a permitir o fluxo das águas sem jogar sedimentos da estrada na Lagoa do Peixe – Estrada do Talha-mar.

● Finalidade da Emenda:

Resolver o problema histórico causado por pontes precárias com cabeceiras que desmoronam e jogam sedimentos no corpo da lagoa.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A estrada do talha mar é uma estrada pública que foi aberta antes da criação do Parque Nacional, com objetivo de ligar a cidade ao balneário da praia do Farol. Em três pontos dessa estrada existem pontos que conectam as áreas úmidas e lagoas ao norte da estrada, com o corpo principal da Lagoa do Peixe. No entanto, tais pontes são muito antigas e suas estruturas de madeira estão bastante precárias, sendo que reforços feitos nas suas cabeceiras estão jogando sedimentos e material sólido no seu entorno. A falta de cabeceiras bem estruturadas e bem projetadas também contribui para jogar sedimentos da própria estrada para dentro dos canais que conectam as lagoas, contribuindo dessa forma para o assoreamento da Lagoa do Peixe.

A estrada do talha Mar está em processo de licenciamento ambiental e sem dúvida as obras mais caras da melhoria da estrada são a construção das pontes. Atualmente, o baixo nível da estrada é um limitante para manter a Lagoa do Peixe cheia por mais tempo nos meses de inverno.

Dessa forma, a construção destas pontes, realizadas na boa técnica, é obra importante que vai contribuir para manutenção e preservação do ambiente lagunar, melhorando o fluxo das águas, além de ser uma estrutura de apoio ao uso público na medida em que melhora as condições de trânsito dentro da Unidade de Conservação. Por fim, essa melhoria na estrada vai facilitar aos moradores da Praia do Farol, acesso às suas casas.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais)

Aquisição/construção de uma sede para o Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos com centro de visitantes no município de Torres/RS

● Atividades previstas

Aquisição de imóvel e/ou construção de uma sede para o ICMBio em Torres/RS que disponha de espaço que possa ser utilizado como centro de visitantes e local de promoção de educação ambiental

● Finalidade da Emenda:

Aquisição de imóvel e/ou construção de uma sede para o ICMBio em Torres/RS que disponha de um centro de visitantes e de educação ambiental para que possa promover o desenvolvimento do turismo ecológico sustentável em região com aptidão turística

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na compra de imóvel ou contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos é uma Unidade de Conservação (UC) com grande potencial de desenvolvimento de turismo ecológico local. Recebe anualmente grupos de lobos e leões-marinhos, principalmente no período de inverno, sendo a UC o único local natural no Brasil de agrupamento destes animais com oportunidade de contemplação.

Atualmente, o ICMBio está elaborando o Plano de Manejo e o Plano de Uso Público do REVIS Ilha dos Lobos com previsão de finalização no primeiro semestre de 2023. Após o início das atividades turísticas, aumentará o fluxo de visitantes com interesse no turismo ecológico, sendo uma oportunidade para também trabalhar a educação ambiental.

A UC desenvolve ações de educação ambiental em escolas e recebe demanda e curiosidade da população em conhecer mais sobre a biodiversidade local que a ilha abriga. A falta de um local apropriado para isso, limita as possibilidades de recebimento de grupos e atividades.

Portanto, uma sede com um centro de visitantes, poderá oportunizar uma melhor experiência de visita e estimular através da educação ambiental que este visitante tenha uma interação positiva com o ambiente.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



Acervo

Estação Ecológica do Taim

Construção do Centro Interpretativo da ESEC do Taim, com projeto Viário, Paisagístico e Arquitetônico.

● Atividades previstas

Construção do Centro Interpretativo da ESEC do Taim

● Finalidade da Emenda:

Permitir vivências contemplativas e interpretativas, em uma amostra dos ambientes do Taim, como forma de ampliar sua preservação.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Nos últimos anos houve um aumento significativo, por parte dos visitantes, da procura por serviços de visitação na ESEC do Taim. Existe uma demanda crescente de melhor planejar e diversificar as experiências de uso público.

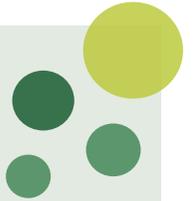
As imagens abaixo são ilustrativas referentes a Projeto executivo do centro interpretativo da Estação Ecológica do Taim-Arquitetônico:

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	-



Michele Knob Kock

Floresta Nacional de São Francisco de Paula



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	-

Deonir Zimmemann

RIO GRANDE DO SUL



Parque Nacional Aparados da Serra

Cursos de capacitação de Produtores Rurais, Extensionistas, Técnicos de empresas de consultoria rural e/ou ambiental e Servidores de órgãos públicos (estaduais, municipais e/ou federais) para o controle da espécie exótica invasora Tojo (*Ulex europaeus*) na região dos Campos de Cima da Serra, com aulas práticas nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e formação de grupo de técnicos ‘multiplicadores em controle de Tojo’

● Atividades previstas

Realizar 10 (dez) cursos de capacitação para o manejo e controle de Tojo, com 8h de aula teórica e 8h de aula prática de controle de Tojo nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Será ministrado pelo ICMBio no mínimo 01 (um) curso por mês, até atingir o total de cursos previstos neste projeto. Máximo de 15 participantes/curso.

Metas:

- 1- Realizar 10 cursos de capacitação com 16h de duração;
- 2- Formar no mínimo 15 técnicos ‘multiplicadores em controle de Tojo’ com atuação nos municípios da região dos Campos de Cima da Serra, em Canela/RS e Gramado/RS;
- 3- Capacitar 150 pessoas (entre Produtores Rurais, Extensionistas, Técnicos de empresas de consultoria rural e/ou ambiental e Servidores de órgãos públicos (estaduais, municipais e/ou federais) com atuação na região dos Campos de Cima da Serra para aplicarem técnicas de controle de Tojo (*Ulex europaeus*);
- 4- Realizar 10 (dez) dias de ações de controle de Tojo (8h de aula prática/curso) dentro dos limites dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral e/ou de sua Zona de Amortecimento;
- 5- Produzir e veicular nas redes sociais 01 (um) vídeo didático, com no mínimo 20 minutos de duração, divulgando amplamente as técnicas de controle de Tojo (*Ulex europaeus*) que serão ensinadas pelos técnicos do ICMBio nos cursos que compõem este projeto;
- 6- Produzir e distribuir 2.000 (dois mil) folders contendo informações técnicas sobre invasão biológica e como realizar controle do Tojo (*Ulex europaeus*). Público: produtores rurais, técnicos das prefeituras e EMATER dos municípios de Bom Jesus/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Esmeralda/RS, Ipê/RS, Jaquirana/RS, Lagoa Vermelha/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Muitos Capões/RS, Pinhal da Serra/RS, São Francisco de Paula/RS, São José dos Ausentes/RS, Vacaria/RS, Gramado/RS e Canela/RS.

● Finalidade da Emenda:

Capacitar Produtores Rurais, Extensionistas e servidores de órgãos públicos da região dos Campos de Cima da Serra tornando-os aptos a combaterem a espécie invasora Tojo nas propriedades privadas e nas áreas públicas, utilizando técnicas que lhes garantam maior eficácia, menor custo e maior segurança para pessoas e o meio ambiente, bem como formar técnicos aptos a multiplicar novos treinamentos para o combate ao Tojo.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. As capacitações teóricas e práticas serão ministradas pelos analistas ambientais do ICMBio. Os vídeos e materiais didáticos serão produzidos pelos analistas ambientais do ICMBio. Os recursos desta Emenda serão utilizados na contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s), mediante certame, para a aquisição de serviços, equipamentos e materiais (conforme ANEXO II deste projeto) de apoio ao objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:**REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DESTE PROJETO**

A região dos Campos de Cima da Serra está localizada no nordeste do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Bioma Mata Atlântica. Inclui os municípios de Bom Jesus/RS, Cambará do Sul/RS, Campestre da Serra/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Esmeralda/RS, Ipê/RS, Jaquirana/RS, Lagoa Vermelha/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Muitos Capões/RS, Pinhal da Serra/RS, São Francisco de Paula/RS, São José dos Ausentes/RS e Vacaria/RS. Nesta região predomina a vegetação campestre (Campos de Altitude) com alguns capões esparsos de Floresta com Araucárias (Floresta Ombrófila Mista). A matriz produtiva principal predominante nestes municípios é a pecuária e a agricultura, seguida pelo turismo, a apicultura e a silvicultura.

Embora não estejam localizados dentro da região Campos de Cima da Serra, este projeto inclui ainda Gramado/RS e Canela/RS, devido à proximidade destes municípios.

Ao todo, os 16 municípios que fazem parte deste projeto abrigam juntos 247.549 habitantes (IBGE, estimativa populacional para o ano de 2021).

Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais)

Acervo

SANTA CATARINA



Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca

Fortalecimento da gestão pesqueira e das cadeias produtivas do pescado proveniente da Pesca Artesanal no interior da APA da Baleia Franca

● Atividades previstas

Diagnóstico da pesca artesanal; Mapeamento e caracterização das áreas de pesca no território; Avaliação da qualidade ambiental das áreas de pesca; Avaliação da qualidade do pescado; Elaboração de acordos de pesca; Caracterização da cadeia produtiva do pescado; Organização Social para a cadeia produtiva: Cooperativismo e Associativismo; Estruturação de Ranchos Coletivos; Diagnóstico e Promoção da Saúde do Pescador e Pescadoras.

● Finalidade da Emenda:

Implementar programa de gestão da pesca, abordando temas como: mapeamento e caracterização das áreas de pesca no território da APABF, sistematização de dados da frota pesqueira e cadastramento das embarcações e pescadores que atuam na APA da Baleia Franca.

Realizar o monitoramento socioambiental participativo como forma de gestão de conflitos, agregando parcerias e visando à elaboração de acordos de pesca (envolvendo definição de petrechos e embarcações, limites de esforço, áreas de exclusão e outros parâmetros) como base para a normatização de planos específicos.

Realizar a caracterização da cadeia produtiva com a identificação das espécies comercializadas; meses em que são comercializadas, preço por quilo, importância relativa das espécies na comercialização ao longo do ano, quantidades comercializadas (mês ou médias diárias). Como vendem (in natura ou beneficiado); como/se conserva; como transportam para a venda (estrada, barco); quantidade vendida cada vez; como/quem define o preço do pescado na venda; preço varia por espécie ou tamanho.

Realizar avaliação da qualidade ambiental através de parâmetros físicos, químicos e biológico (contaminantes) a fim de aferir a saúde ambiental das áreas de pesca, bem como a avaliação da qualidade do pescado visando a promoção de boas práticas para prevenção e controle de contaminantes para certificação sanitária. Criação do selo “Pescado Amigo da APA da Baleia Franca”.

Estimular, fomentar e promover processos de organização social tal como o cooperativismo visando garantir vantagem competitiva e agregar valor ao pescado proveniente da pesca artesanal. Implementar as cooperativas e construir estruturas para beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização do pescado nas comunidades pesqueiras. Estruturação de ranchos coletivos para guarda e manutenção de embarcações e petrechos de pesca. Estabelecer parcerias para a promoção da saúde dos pescadores e pescadoras visando a melhoria da qualidade de vida.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF) abrange nove municípios do litoral Centro-Sul de Santa Catarina em 130 km de linha de costa. Com um conselho consultivo ativo e um plano de manejo recentemente publicado (dezembro de 2018), a APABF começou a atuar com os pescadores artesanais dos setores norte e sul muito recentemente. A presente proposta tem por objetivo promover a gestão pesqueira no território e sanar lacunas de conhecimento tais como:

1. Existem poucas e defasadas informações referentes a estatísticas oriundas de monitoramento contínuo da atividade pesqueira referente a avaliação de estoques e dinâmica populacional que subsidiem políticas públicas e o Plano de Manejo da APABF;

2. Não existe um cadastramento dos pescadores (comerciais e não comerciais) que extraem produtos da área da APABF, nem qual o volume e as características dos pescados capturados;
3. Os estudos de caráter social, biológico, econômico, ambiental e tecnológico da atividade pesqueira são pontuais. Não há estudos direcionados e abrangentes que permitam caracterizar a pesca na APABF de forma multidisciplinar;
4. Não existem políticas de incentivo para o uso de instrumentos tecnológicos adequados (tecnologias de pesca limpas) na captura, beneficiamento, armazenamento, distribuição e comercialização;
5. Não há informações sobre a cadeia produtiva que permitam estabelecer uma estratégia de agregação de valor, comercialização e valorização dos produtos oriundos da pesca artesanal da região;
6. Não há informações que suportem a implantação de um selo ecológico do pescado capturado da APABF;
7. Ausência de informações sobre a saúde dos pescadores e pescadoras.

O Protocolo de Encalhes e Enredamentos da APABF começou a ser discutido e planejado desde o final de 2007, quando a equipe de servidores da unidade e as entidades presentes no Conselho da APABF na ocasião (IWC Brasil/Projeto Baleia Franca, atualmente Projeto Baleia Franca/ Instituto Australis - PBF/IA; Associação R3 Animal; e Instituto Sea Shepherd) observaram a importância de construir coletivamente um protocolo de atendimento para mamíferos marinhos ao longo dos 130 km de costa da unidade.

Após a elaboração do protocolo, deu-se início à realização de oficinas de capacitação, considerando-se um método participativo que envolveu as comunidades que utilizavam as zonas costeiras, pescadores, surfistas, operadores de observação de baleias, instituições científicas e de pesquisa, entre outras partes interessadas que poderiam ser envolvidos em casos de encalhe ou ser o primeiro a notificá-los às autoridades. Entre 2008 e 2009, doze oficinas atenderam 353 participantes. Nas oficinas eram apresentadas informações sobre mamíferos, aves e quelônios marinhos que ocorrem na área, bem como sobre doenças, zoonoses e procedimentos corretos para ajudar a salvar vidas de animais e proteger a saúde humana.

Em 2010, após o encalhe de uma baleia franca viva em Itapirubá, percebeu-se a necessidade de um Plano de Contingência para aprimorar a resposta aos eventos de encalhes. O plano foi elaborado, inicialmente, pela equipe da APABF, PBF/IA, Associação R3 Animal e CMA/ICMBio, com a finalidade de estabelecer um protocolo padrão para a Unidade de Conservação, que incentiva a comunicação sólida e o espírito de cooperação entre todas as instituições atuantes na área, de modo a propiciar um entendimento claro dos papéis e responsabilidades de cada participante em caso de emergências. Posteriormente, incluíram-se a contribuição de convidados externos na elaboração de seções específicas como segurança no mar, atendimento veterinário, descarga e destinação das carcaças, saúde e segurança, acessos costeiros e plano de mídia.

Atualmente são membros da coordenação do Protocolo de Encalhes e Enredamentos de Mamíferos Marinhos da APABF as seguintes instituições: ICMBio/APABF, Projeto Baleia Franca/Instituto Australis (PBF/IA), Associação R3 Animal, Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC/CERES, Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski, da UNESCO, Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos, Polícia Federal/Núcleo Especial de Polícia Marítima/NEPOM e Polícia Militar Ambiental.

As informações sobre os encalhes de mamíferos marinhos ocorridos na APA da Baleia Franca ao longo de 15 anos (2003 a 2018) podem ser conferidas no compêndio no texto “Protocolo de encalhes e enredamentos de mamíferos marinhos da APA da Baleia Franca”.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.500.000,00 (Três milhões e quinhentos mil reais)



Andrei Langeloh Roos

Reserva Extrativista Marinha do Pirajubáé

Manutenção de trapiche utilizado por pescadores beneficiários da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

● Atividades previstas

Obra de recuperação do trapiche do Bloco I de ranchos de pescadores da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.

● Finalidade da Emenda:

Recuperar o trapiche do Bloco I de ranchos de pescadores da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, de forma a torná-lo funcional e seguro para quem o utiliza, valorizando paisagisticamente a região desta Unidade de Conservação.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

A construção da Via Expressa Sul, importante rodovia que liga o Centro da cidade de Florianópolis à zona sul, incluindo o aeroporto Internacional Hercílio Luz, foi realizada sobre aterro, e concluída no início do presente século. Ela está localizada no entorno imediato da Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, decretada em 1992, sendo a primeira Unidade de Conservação da categoria criada em área costeiro-marinha, após intensa mobilização da população de pescadores e extrativistas.

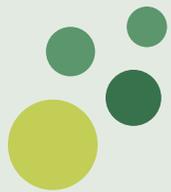
Anteriormente à construção do aterro e da rodovia, os pescadores e extrativistas beneficiários da RESEX Pirajubaé tinham a beira do mar muito próxima às suas casas. Como condicionante ambiental da construção da Via Expressa Sul, foram construídos quatro blocos de ranchos de pesca e um trapiche em cada bloco de ranchos, a fim de minimizar o impacto social da obra sobre esta população.

No entanto, desde a construção dos trapiches, estes não tiveram manutenção. Atualmente estão muito avariados, com tábuas quebradas, o que causa acidentes aos usuários, dificultando seu trabalho e desvalorizando a paisagem da região, que tem um potencial turístico ainda pouco explorado.

O Bloco I de Ranchos, que se localiza mais ao sul, é o que adentra os limites da RESEX Pirajubaé e, atualmente, o mais avariado. O presente projeto visa a manutenção deste trapiche em especial.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais)



Serão confeccionadas placas de sinalização para marcar os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí (PNSI) e indicar áreas em recuperação nas estradas de acesso à Unidade.

● Atividades previstas

Ações de Manutenção e Infraestrutura

● Finalidade da Emenda:

Garantir uma sinalização adequada na Unidade para a segurança de usuários, moradores locais e equipe do ICMBio, ao mesmo tempo em que fortalece a proteção da própria Unidade.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Os recursos serão usados para contratar uma empresa especializada para confeccionar 71 placas de sinalização. Essas placas serão instaladas nas estradas de acesso e na estrada geral do PNSI, em locais indicados pela equipe da unidade, com a colaboração das prefeituras. As placas, feitas de aço galvanizado com tratamento antiferrugem, devem resistir ao sol e chuva. Recomenda-se que os postes de fixação sejam fortes e suficientemente compridos, permitindo uma distância de 150cm entre a placa e o solo, com possibilidade de serem enterrados a 60 cm de profundidade.

● Objetivo da Emenda:

A presente emenda é de suma importância, pois contribui para a instalação de mecanismos de proteção no perímetro e nos arredores da Unidade de Conservação.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra do Itajaí, estabelecido pelos Decretos Federais s/nº de 04 de junho de 2004 e Decreto s/nº de 20 de fevereiro de 2006, abrange cerca de 57 mil

hectares de floresta da Mata Atlântica, principalmente em estágio avançado de regeneração, representando a maior área contínua desse bioma em Santa Catarina, Isso inclui nove municípios: Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

A sinalização do Parque Nacional da Serra do Itajaí busca melhorar o atendimento aos visitantes e ao público, proporcionando uma experiência enriquecedora em harmonia com o meio ambiente. O objetivo é ampliar o reconhecimento da sociedade sobre a relevância do Parque e suas funções na conservação da biodiversidade, reduzindo conflitos sociais e minimizando impactos ambientais adversos diretos e indiretos na unidade. Além disso, a sinalização visa divulgar e proteger a Unidade de Conservação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

Anselmo Malagoli

FLORIANÓPOLIS (SC)



Estação Ecológica Carijós

Revitalização e construção de pórtico, passarelas, decks e placas de sinalização da Trilha de Visitação da Estação Ecológica de Carijós – ESEC Carijós, na cidade de Florianópolis. Ampliação do sistema de tratamento de esgoto e reforma do Centro de Visitantes.

● Atividades previstas

Construção de pórtico na entrada da ESEC Carijós, construção de decks e passarelas suspensas no Centro de Visitantes e Trilha da ESEC Carijós. Confecção de placas de sinalização para trilha da ESEC Carijós. Ampliação do sistema de esgoto e reforma do Centro de Visitantes.

● Finalidade da Emenda:

Realizar a revitalização da entrada da ESEC Carijós, do Centro de Visitantes e da trilha de visitação da unidade de conservação para atendimento ao público. Ampliar a ETE e realizar a reforma do Centro de Visitantes.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Com o final do período da pandemia, veio à tona a grande demanda de visitação e contemplação de ambientes naturais, em especial, nas grandes cidades, o que é o caso de Florianópolis. Neste contexto, a Estação Ecológica de Carijós, unidade de conservação federal inserida na zona urbana de Florianópolis, representa um importante ecossistema de manguezais, rios e estuários, onde pode ser contemplada toda a biodiversidade associada a estes ambientes. Não obstante, apesar da ESEC Carijós ser uma unidade de conservação federal restritiva em termos de uso, visitas guiadas de grupos de estudantes universitários e alunos das escolas municipais, estaduais e particulares ocorrem constantemente, sendo que esta procura vem aumentando a cada dia. Na trilha, os estudantes podem desfrutar da paisagem natural do mangue, da restinga e dos animais e plantas residentes destes ecossistemas. Para que o usuário contemple esta rica biodiversidade de uma maneira segura, confortável e explicativa, se faz necessária a revitalização da área de uso público e visitação da ESEC Carijós.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 5.00.000,00 (Cinco milhões de reais)

Criação de um fundo orçamentário para execução das ações referente ao Protocolo de encalhes e enredamentos de mamíferos marinhos da APA da Baleia Franca.

● Atividades previstas

Realizar atendimentos emergenciais de encalhe e de emalhe de cetáceos na APA da Baleia Franca.

Realizar treinamento e capacitação das instituições parceiras para atendimento das ações emergenciais.

Aquisição de equipamentos para realização das atividades de desencalhe e desenrolamento de cetáceos no território da APA da Baleia Franca.

● Finalidade da Emenda:

Criação de um fundo orçamentário que permita que o atendimento emergencial seja realizado com rapidez, segurança e eficiência.

Execução do Protocolo de Encalhes e Enredamentos de Mamíferos Marinhos da APA da Baleia Franca.

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-da-baleia-franca/arquivos/12_protocolo_de_encalhes_apa_da_baleia_franca.pdf

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na obtenção de equipamentos fundamentais e custeio para a realização de atendimentos emergenciais de encalhe e enredamento de cetáceos, conforme disposto pelo PROTOCOLO DE ENCALHES E ENREDAMENTOS DE MAMÍFEROS MARINHOS DA APA DA BALEIA FRANCA.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

Para a agência governamental norte-americana National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA), um encalhe de mamífero marinho pode ser caracterizado quando o animal está morto na praia ou na água; vivo na costa e incapaz de retornar à água sob seu próprio poder; vivo na costa e, embora possa retornar à água, precisa de atenção médica aparente; na água e não pode retornar ao seu habitat natural sob seu próprio poder ou sem assistência.

O monitoramento dos registros de encalhe fornece informações importantes sobre o padrão de ocorrência dos mamíferos marinhos em uma determinada região (MacLeod et al., 2005; Pyenson, 2010; Prado et al., 2016). A causa dos encalhes pode estar associada a fatores naturais ou antrópicos. Fatores naturais podem ser definidos como biotoxinas, parasitas, doenças e fatores ambientais (Geraci e Lounsbury, 2005). Fatores antrópicos como o enredamento em artes de pesca (Zappes et al., 2013; Lodi e Rodrigues, 2007), colisões com embarcações (Laist et al., 2001; Jensen e Silber, 2003; Van Waerebeek et al., 2007) e poluição (Kannan et al., 1993) são considerados as principais ameaças. Importante ressaltar que as correntes marinhas e os ventos costeiros predominantes podem interferir na localização e frequência da carcaça e encalhe (Peltier et al., 2012; Van Waerebeek et al., 2007).

Eventos de encalhe de mamíferos marinhos podem envolver situações de emergência que colocam em risco a vida dos animais marinhos e das pessoas próximas a eles. Neste sentido há necessidade de um número grande de pessoas habilitadas para agir, de forma coordenada, de maneira que saibam, com bastante clareza, quais serão os papéis a serem desempenhados por cada um.

Nestas situações de emergência, diferentes níveis de envolvimento são necessários. O trabalho inicia bem antes de qualquer ocorrência, com os coordenadores das atividades identificando e articulando as pessoas e instituições-chave para a ação imediata em campo. Outra área da coordenação deve preocupar-se com as informações que são repassadas ao público em geral, que se aglomera ao redor de um evento como este, ou mesmo para a imprensa que se faz sempre presente. O isolamento do público e de animais domésticos também é muito importante para evitar o contato direto com o animal encalhado. Além disso, algumas entidades devem ser responsáveis pela agilidade na destinação de potenciais carcaças, sendo de fundamental importância a otimização da coleta, destinação e análise de amostras biológicas, que subsidiarão as informações científicas necessárias para o manejo e conservação destas espécies.

O Protocolo de Encalhes e Enredamentos da APABF começou a ser discutido e planejado desde o final de 2007, quando a equipe de servidores da unidade e as entidades presentes no Conselho da APABF na ocasião (IWC Brasil/Projeto Baleia Franca, atualmente Projeto Baleia Franca/ Instituto Australis - PBF/IA; Associação R3 Animal; e Instituto Sea Shepherd) observaram a importância de construir coletivamente um protocolo de atendimento para mamíferos marinhos ao longo dos 130 km de costa da unidade.

Após a elaboração do protocolo, deu-se início à realização de oficinas de capacitação, considerando-se um método participativo que envolveu as comunidades que utilizavam as zonas costeiras, pescadores, surfistas, operadores de observação de baleias, instituições científicas e de pesquisa, entre outras partes interessadas que poderiam ser envolvidos em casos de encalhe ou ser o primeiro a notificá-los às autoridades. Entre 2008 e 2009, doze oficinas atenderam 353 participantes. Nas oficinas eram apresentadas informações sobre mamíferos, aves e quelônios marinhos que ocorrem na área, bem como sobre doenças, zoonoses e procedimentos corretos para ajudar a salvar vidas de animais e proteger a saúde humana.

Em 2010, após o encalhe de uma baleia franca viva em Itapirubá, percebeu-se a necessidade de um Plano de Contingência para aprimorar a resposta aos eventos de encalhes. O plano foi elaborado, inicialmente, pela equipe da APABF, PBF/IA, Associação R3 Animal e CMA/ICMBio, com a finalidade de estabelecer um protocolo padrão para a Unidade de Conservação, que incentiva a comunicação sólida e o espírito de cooperação entre todas as instituições atuantes na área, de modo a propiciar um entendimento claro dos papéis e responsabilidades de cada participante em caso de emergências. Posteriormente, incluíram-se a contribuição de convidados externos na elaboração de seções específicas como segurança no mar, atendimento veterinário, descarga e destinação das carcaças, saúde e segurança, acessos costeiros e plano de mídia.

Atualmente são membros da coordenação do Protocolo de Encalhes e Enredamentos de Mamíferos Marinhos da APABF as seguintes instituições: ICMBio/APABF, Projeto Baleia Franca/Instituto Australis (PBF/IA), Associação R3 Animal, Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC/CERES, Museu de Zoologia Professora Morgana Cirimbelli Gaidzinski, da UNESC, Corpo de Bombeiros, Capitania dos Portos, Polícia Federal/Núcleo Especial de Polícia Marítima/NEPOM e Polícia Militar Ambiental.

As informações sobre os encalhes de mamíferos marinhos ocorridos na APA da Baleia Franca ao longo de 15 anos (2003 a 2018) podem ser conferidas no compêndio no texto “Protocolo de encalhes e enredamentos de mamíferos marinhos da APA da Baleia Franca”.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de reais)



Mário Pereira

Reserva Biológica Marinha do Arvoredo

Construção da Base Avançada do NGI ICMBio Florianópolis na ilha do Arvoredo, na Reserva Biológica Marinha do Arvoredo - REBIO Arvoredo, incluindo estrutura de alojamento, laboratório de campo e trapiche para embarque e desembarque de pessoal.

• Atividades previstas

Construção de um alojamento, um laboratório de apoio à pesquisa e um trapiche na ilha do Arvoredo, na Base Avançada Rancho Norte.

• Finalidade da Emenda:

Realizar a construção de uma Base Avançada com estrutura de alojamento, laboratório para apoio a pesquisa e fiscalização. Construção de um trapiche para embarque e desembarque na ilha.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O ICMBio possui uma Base Avançada de apoio à pesquisa e fiscalização na ilha do Arvoredo, na REBIO Marinha do Arvoredo. Nesta Base são realizadas atividades de pesquisa, manejo e fiscalização da unidade de conservação. A estrutura existente é extremamente precária e necessita de melhorias e ampliação para comportar um efetivo de pessoas da equipe do ICMBio e colaboradores. Ainda, há necessidade de construção de um trapiche para embarque e desembarque na ilha.

Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais)



Viviane Daufemback

Parque Nacional Serra do Itajai

Promover a educação e interpretação ambiental, como ferramentas para a minimização de conflitos e impactos ambientais negativos diretos e indiretos ao Parque Nacional da Serra do Itajaí

● Atividades previstas

Elaborar materiais didáticos, interpretativos e de divulgação para serem usados nas ações de interpretação e educação ambiental no Parque Nacional da Serra do Itajaí e municípios do entorno.

● Finalidade da Emenda:

Disponibilizar materiais, folders, banners e vídeo, para serem utilizados em escolas e universidades locais, na realização de palestras e atividades para estudantes e comunidade em geral com a participação e apoio da equipe da unidade.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução dos produtos.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra do Itajaí, criado pelo Decreto Federal s/nº de 04 de junho de 2004 e Decreto s/nº de 20 de fevereiro de 2006 protege aproximadamente 57 mil hectares de florestas do bioma Mata Atlântica, em sua maioria em avançado estágio de regeneração, preservando a maior área contínua de Mata Atlântica do Estado de Santa Catarina. Envolvendo nove municípios catarinenses: Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

A Educação Ambiental é uma ferramenta indispensável para a informação e sensibilização da sociedade em geral e fundamental para o processo de efetivação das Unidades de Conservação. Através da inserção da dimensão socioambiental em comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra do Itajaí espera-se envolvimento cada vez maior da sociedade no reconhecimento da importância do Parque Nacional da Serra do Itajaí, na conservação da biodiversidade e na minimização de conflitos sociais e impactos ambientais negativos diretos e indiretos à unidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais)

Realizar reformas na sede do Parque Nacional da Serra do Itajaí localizada no município de Blumenau - SC

• Atividades previstas

Reforma da sede do Parque Nacional da Serra do Itajaí localizado no município de Blumenau, Santa Catarina.

• Finalidade da Emenda:

As obras serão destinadas a realização reforma dos banheiros, vazamentos, válvulas, entupimentos e troca de pisos; conserto do telhado, troca de telhas e calhas; reparos no piso do escritório; pintura; manutenção dos aparelhos de ar-condicionado e revisão de rede elétrica.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional da Serra do Itajaí, criado pelo Decreto Federal s/nº de 04 de junho de 2004 e Decreto s/nº de 20 de fevereiro de 2006 protege aproximadamente 57 mil hectares de florestas do bioma Mata Atlântica, em sua maioria em avançado estágio de regeneração, preservando a maior área contínua de Mata Atlântica do Estado de Santa Catarina. Envolvendo nove municípios catarinenses: Apiúna, Ascurra, Blumenau, Botuverá, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

Com a reforma na sede do PNSI espera-se garantir melhores condições de trabalhos aos servidores e colaboradores que trabalham no local, bem como no atendimento aos visitantes e ao público em geral de forma a garantir o reconhecimento cada vez maior da sociedade da importância do Parque Nacional da Serra do Itajaí e das suas funções na conservação da biodiversidade visando a minimizar conflitos sociais e impactos ambientais negativos diretos e indiretos à unidade.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)



Juliano Rodrigues Oliveira

Parque Nacional Araucárias

Construção de estruturas e complementação daquelas já existentes para receber visitantes com conforto e segurança, qualificando a unidade de visitação tanto localmente quanto regionalmente como atração turística e educacional

• Atividades previstas

Obra de recuperação das estruturas, incluindo novas infra estruturas, instalações elétricas e hidráulicas.

• Finalidade da Emenda:

Melhorar e ampliar as estruturas para viabilizar a garantia de maior atratividade de visitação localmente e regionalmente como atração turística e educacional.

Possibilitar ao público visitante da Unidade de Conservação maior segurança e experiências mais satisfatórias. Melhor aproveitamento do potencial paisagístico e consequente impacto nos índices de visitação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Parque Nacional das Araucárias representa um dos maiores remanescentes de Floresta Ombrófila Mista na região oeste de Santa Catarina, fator pelo qual atrai diversas pesquisas científicas, bem como crescente demanda por visitação e uso público, esta última concentrada na área indenizada, que teve o restabelecimento do fornecimento da energia elétrica após esforço realizado para trazer melhores condições aos frequentadores. As edificações ainda não passaram por manutenção. Com o incremento recente da visitação, fica clara a necessidade de melhorar as atuais estruturas e implementar novas, de modo a proporcionar ao público uma experiência positiva, segura e qualificada neste relevante espaço de belezas naturais.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais)



Acervo

Parque Nacional São Joaquim

Construção de centro de pesquisa com alojamento e laboratório para pesquisadores(as) no Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ) no município de Urubici, estado de Santa Catarina.

• Atividades previstas

Construção de centro de pesquisa com alojamento e laboratório para o PNSJ no município de Urubici no estado de Santa Catarina.

• Finalidade da Emenda:

Construir um centro de pesquisa para o PNSJ composto por alojamento e laboratório para pesquisadores(as) na localidade de Santa Bárbara, município de Urubici (SC) em área regularizada e em acordo com o plano de manejo do parque. Total de área construída prevista 500m² (quinhentos metros quadrados).

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto: construção do centro de pesquisa, que terá um alojamento para 25 pessoas, entre estudantes e professores(as), com banheiros, dormitórios, sala de aula, cozinha e área de convivência compartilhada, e um espaço para laboratório com bancadas, pias e outros equipamentos básicos.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O PNSJ compreende uma área de 49.800 hectares dentro do bioma Mata Atlântica, um dos mais reduzidos e ameaçados do país nos últimos anos. No parque existem os últimos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias) do sul do Brasil, além de campos de altitude e matilhas nebulares. A diversidade da fauna, flora e fauna associada a esta fitofisionomia é importantíssima para o meio ambiente e a sua geografia traz características únicas de beleza cênica.

Estas belezas cênicas atraem milhares de visitantes anualmente. Mas toda esta beleza exuberante também guarda uma diversidade ímpar de espécies da fauna, flora e fauna. A parceria do parque com Universidades locais através das Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) tem atraído diversos projetos científicos, que esbarram na falta de infraestrutura do parque, assim um centro de pesquisa adequado a pequenos grupos iria viabilizar um número maior de estudos e conseqüentemente de produção científica de qualidade.

Além destes aspectos, ligados a natureza, bem como ao turismo, a riqueza de nascentes e rios, faz do parque um grande fornecedor de água limpa em quantidade e qualidade para toda a região da planície litorânea e planalto catarinense. Assim, estabelecer uma base de apoio à pesquisa científica contribuirá não só com o conhecimento da biodiversidade brasileira, mas também com a proteção de mananciais de água de valor inestimável.



Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais)



Reforma e ampliação da sede do Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ) no município de Urubici, estado de Santa Catarina

● Atividades previstas

Reforma e ampliação da sede do PNSJ no município de Urubici no estado de Santa Catarina.

● Finalidade da Emenda:

A reforma e ampliação da sede do PNSJ no município de Urubici/SC impactará positivamente a gestão do PNSJ e trará uma concepção positiva aos milhares de visitantes que utilizam tal sede, visto a necessidade de obtenção de autorização ao mirante do Morro da Igreja / Pedra Furada neste espaço.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto: reforma e pequena ampliação da sede do PNSJ, área atual de 234m² (duzentos e trinta e quatro metros quadrados). A reforma prevê pintura, conserto do telhado e infiltrações, conserto do muro ao redor do terreno da sede (antigo caiu), revitalização da garagem com instalação de laje e construção de um sobre piso para abrigar o almoxarifado da brigada de prevenção e combate a incêndios florestais.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

O PNSJ compreende uma área de 49.800 hectares dentro do bioma Mata Atlântica, um dos mais reduzidos e ameaçados do país nos últimos anos. No parque existem os últimos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias) do sul do Brasil, além de campos de altitude e matilhas nebulares. A diversidade da fauna, flora e fauna associada a esta fitofisionomia é importantíssima para o meio ambiente, e a sua geografia traz características únicas de beleza cênica (Figura 1).

O mirante do Morro da Igreja, de onde se avista a Pedra Furada, é o atrativo mais visitado do parque e um dos mais visitados do estado de Santa Catarina. Milhares de visitantes buscam o local anualmente e diariamente, 365 dias no ano, os colaboradores(as) do parque atendem aos visitantes num diminuto espaço com duas mesas e um computador. Através de parcerias foi instalada uma pequena exposição no hall do atendimento, mas não podemos oferecer outros equipamentos aos visitantes, como banheiros, por falta de estrutura adequada. Assim, além de revitalizar o prédio onde está a sede do parque, são necessárias pequenas alterações para melhorar as condições de trabalho e atendimento ao visitante.

O prédio hoje tem diversas infiltrações, pintura desgastada, muro caído (Figura 3), entre outras características que comprometem a segurança de visitantes e colaboradores(as), razão pela qual a revitalização é necessária.

Desta forma, a reforma e uma pequena ampliação da sede do PNSJ irá contribuir com o atendimento de qualidade ao visitante e melhora também as condições de trabalho de servidores(as) e colaboradores(as) do PNSJ.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

SUDESTE E SUL

Cartilha Parlamentar
**Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade**

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE- ICMBio

AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DISPONÍVEIS PARA EMENDAS PARLAMENTARES

Levantamento aéreo, acústico, telemetria satelital e biópsias para avaliar a saúde, o uso de áreas e rotas migratórias da Baleia-Franca-Austral e da Toninha abrangendo UCs Federais na região do Litoral Sul e Sudeste do Brasil

● **Atividades previstas:**

Os levantamentos aéreo, acústico e telemetria satelital avaliarão o uso de áreas e rotas migratórias de duas espécies de cetáceos ameaçadas de extinção, a Baleia-Franca-Austral e a Toninha ao longo do litoral Sul e Sudeste do Brasil, abrangendo diversas UCs Federais da região. Voos utilizando Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs ou drones) serão realizados para o levantamento aéreo, gravações subaquáticas para levantamento acústico, e marcação de animais para obtenção de dados através de telemetria satelital. Já o levantamento de saúde acontecerá por meio de coleta de material biológico para biópsias em análises genéticas, patológicas, entre outras.

● **Finalidade da Emenda:**

Avaliação dos movimentos e uso de habitat da Baleia-Franca-Austral e da Toninha ao longo da costa Sul e Sudeste do Brasil, abrangendo UCs Federais, usando tecnologias de monitoramento aéreo, acústico e telemetria satelital, bem como avaliação da saúde dos animais por meio da realização de biópsias e análises genéticas. As informações geradas irão subsidiar ações para gestão e implementação das UCs, bem como para a conservação das espécies, que estão ameaçadas de extinção.

● **Descrição da Execução da Emenda:**

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na obtenção de equipamentos fundamentais e custeio para a realização desse diagnóstico para essas duas espécies de cetáceos ameaçadas de extinção, a Baleia-Franca-Austral e a Toninha.

● **Justificativa para apresentação da Emenda:**

As Baleias-Franca-Austral eram abundantes na costa do Brasil, onde eram encontradas durante o período reprodutivo no inverno e na primavera. No período colonial (pré-1850) a distribuição da espécie se estendia da Bahia (~12oS) até o Rio Grande do Sul (35oS). Porém, após a depleção pela caça em combinação com o desenvolvimento humano, a espécie jamais preocupou suas áreas históricas. No entanto, as áreas de maior concentração são o sul e sudeste. A população atual (cerca de 500 indivíduos) é apenas uma pequena fração do tamanho pré-exploratório. O declínio populacional severo é atribuído à caça comercial. No entanto, uma vez que a espécie está protegida há quase 75 anos, a ausência de recuperação e ocupação de habitats históricos têm sido relacionadas a outros fatores, como emalhe em redes de pesca e impactos à sua área de ocupação. A Baleia-Franca está listada como uma espécie ameaçada pelo governo do Brasil (ICMBio e IBAMA) e é considerada prioridade de pesquisa e conservação por várias organizações internacionais como a CIB e a IUCN (International Union for the Conservation of Nature). O desenvolvimento de atividades humanas em águas costeiras, incluindo o aumento de ações da indústria, tráfego de embarcações, poluição sonora, e a construção de portos são consideradas ameaças potenciais à recuperação da espécie.

Por esta razão, uma avaliação adequada do uso de habitat pela espécie, rotas migratórias e sua saúde é essencial para assegurar o desenvolvimento sustentável das atividades humanas com o mínimo de impacto para esta população. A Toninha, por sua vez, também listada como ameaçada pelo governo do Brasil e organizações internacionais, têm sua distribuição ao longo do litoral Sul e Sudeste do Brasil, ocupando áreas estuarinas e costeiras, mas também podem ser avistadas em menor frequência em maiores profundidades. As principais ameaças que a espécie enfrenta são a captura acidental por atividade pesqueira e destruição de seu hábitat, normalmente regiões fortemente antropizadas. Desse modo, compreender a área de ocupação da espécie e seus movimentos, bem como fatores de saúde são essenciais para o desenvolvimento de ações de manejo e conservação, além do acompanhamento de medidas que já se encontram em vigor. Estudos de acústica em cetáceos têm sido aplicados para a obtenção de parâmetros ecológicos populacionais e tem potencial de definir padrões das espécies. Alguns resultados apontam que grupos de cetáceos são de 1 a 10 vezes mais detectados com o uso de acústica quando comparada a monitoramento visual. O uso de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs ou drones), por sua vez, promove uma metodologia sensorial remota de alta resolução e flexibilidade operacional, e seu uso também tem se popularizado no monitoramento de mamíferos marinhos. Além disso, o campo de visão, posição da câmera e baixos impactos sonoros de drones favorecem as coletas de informações, pois elimina as limitações das observações tradicionais. O monitoramento aéreo por drones também possibilita análises de parâmetros ecológicos, e tem potencial de facilitar o entendimento sobre o comportamento das espécies. Já a telemetria satelital possibilitará o entendimento mais aprofundado de rotas migratórias e áreas críticas de ocupação das espécies. Associada aos demais métodos de levantamento, a avaliação da saúde por meio de biópsias com coleta de material biológico possibilitará um melhor entendimento da ecologia das espécies, bem como sua genética, entre outros fatores, como patologias e contaminação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - Custeio GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)

CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE

Programa de Pesquisas para a Conservação e Sustentabilidade em Unidades de Conservação Federais da Amazônia.

● Atividades previstas:

Atividades de pesquisa e monitoramento dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.

● Finalidade da Emenda:

Estruturar um programa de pesquisas, conduzido pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, voltado à avaliação dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.

● Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada pelo ICMBio, sendo os recursos administrados por fundação de apoio técnico científico a projetos, que será contratada conforme Instrução Normativa ICMBio n. 18/2018.

● Justificativa para apresentação da Emenda:

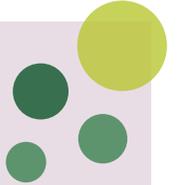
Desmatamento ilegal, agricultura e pecuária, caça predatória, incêndios florestais, mineração, instalação de hidrelétricas, dentre outras, são atividades que impactam cada vez mais o bioma Amazônia, sua biodiversidade, bem como os povos tradicionais locais e seus modos de vida.

Somando-se às pressões e impactos resultantes do uso do solo e dos recursos do bioma, os efeitos das mudanças climáticas são um grande desafio para a conservação da maior floresta tropical do mundo e todo o patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

Atualmente o ICMBio é responsável pela gestão de 133 unidades de conservação federais na Amazônia; o que corresponde a 638.324,61 km² e a 15,14% da área total do bioma no Brasil (dados do CNUC/MMA) – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação). É um desafio grandioso buscar a conservação e a proteção permanente das unidades de conservação federais que da Amazônia brasileira, diante da carência de informações e de conhecimento acerca dos impactos resultantes do uso do solo e dos recursos do bioma, e dos efeitos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade da Amazônia e sobre a sustentabilidade dos recursos necessários às populações tradicionais locais.

Dentre as finalidades do ICMBio, estabelecidas pela Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007, está a atribuição de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade. Nesse contexto, o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão da Informação do ICMBio (PEP-ICMBio), que norteia a pesquisa e a gestão do conhecimento na Instituição, apresenta os conhecimentos-chave prioritários para a implementação das estratégias de conservação de biomas conduzidas pelo ICMBio, através da gestão das unidades de conservação e das estratégias de proteção e preservação da fauna ameaçada de extinção.

Tendo em vistas as pesquisas prioritárias necessárias à implementação das estratégias de conservação nas UCs do Bioma Amazônia, apontadas no PEP-ICMBio, a presente proposta pretende estruturar um programa de pesquisas, conduzido pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, voltado à avaliação dos impactos da mudança do clima e de atividades antrópicas sobre a biodiversidade e as comunidades tradicionais associadas às unidades de conservação federais da Amazônia.



Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	-
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO
Valor Referência	R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)



MINAS GERAIS, BAHIA

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

• Atividades previstas:

Aquisição de veículos, equipamentos e ferramentas

Veículos	Descrição	Qtde	Valores
Caminhonetes Novas	Mitsubishi L200 Triton Savana GLS AT 4x4 – 2022, completa com capota marítima e Santo Antônio.	06	1.800.000,00
Trator para combate de Incêndios	<p>Características Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Potência nominal (ISO TR 14396 * 1.400 rpm): Mínima de 100 cv e máxima de 125 cv; - Torque máximo: Mínimo de 380 Nm; - Potência na TDP: Mínima de 85 cv e máxima de 115 cv; - Número de cilindros: 04; - Capacidade: Mínimo de 4.400 cm³; - Aspiração: Turbo intercooler; - Sistema de injeção de combustível: Eletrônico; - Combustível: Biodiesel; - Capacidade do tanque de combustível: Mínimo de 170 L; - Transmissão: Sincronizada 12x12 ou 16x16 ou 24x24; - Reversor: Eletro-hidráulico; - Embreagem: Multidisco em banho de óleo; - Eixos: Dianteiro: TDA e traseiro: flange; - Acionamento: eletro-hidráulico; 		

<ul style="list-style-type: none"> - Redução final: epicíclica; - Bloqueio do diferencial eletro-hidráulico; - Freios: Disco em banho de óleo e com acionamento hidráulico; - Estacionamento: mecânico; - Tomada de Potência: Eletro-hidráulica; - Rotação (nominal): 540 rpm ou 540E rpm ou 1.000 rpm; - Sistema Hidráulico (NBR 13145): Independente; - Bomba: engrenagem ou pistão; - Pressão máxima de trabalho: 200 bar +/- 5; - Vazão máxima na bomba: mínimo de 44,5 l/min e máxima de 100 l/min; - Número de válvulas de controle remoto: 02 ou 03; - Capacidade de levante no olhal: mínima de 3.600 kfg; - Controle de levante: eletrônico; - Sistema de Direção: Hidrostática. - Pneus: Traseiro: 18.4 - 34 R1 e dianteiro: 14.9 - 24 R1. - Conforto do Operador: Plataformado. - Dimensões: Comprimento total: máximo de 4.570 mm; - Distância entre eixos: máximo 2.500 mm; - Altura total: máximo de 2.800 mm; - Largura total: máximo de 2.100 mm; - Peso (sem operador): máximo de 7.150 kg. 	<p>Acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pá Agrícola Modulada com Lâmina Lisa (não denteada): - Sistema hidráulico com tubulação interna; - Acoplamento com sistema de troca rápida compatível com o trator; - Capacidade: mínimo de 600 m³; - Largura: mínimo de 1.600 mm; - Altura de levante: conforme modelo do trator e o pneu a ser utilizado; - Modelo: novo. - Roçadeira de Arrasto com Cardan: - Sistema de trava de segurança para transporte rápido; - Sistema de regulagem de altura fácil; - Caixa de proteção para o eixo cardan; - Acessórios: frisos de fixação para evitar deslocamento da roçadeira; - Peso: máximo de 2.000 kg; - Número de facas em aço: 04; - Altura do corte: mínimo de 100 mm e máximo de 400 mm; - Largura do corte: mínimo de 4,5 m e máximo de 6,1 m. - Modelo: novo. - Plaina Traseira Reversível: 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de inclinação vertical e horizontal; - Acoplamento com sistema de troca rápida compatível com o trator; - Peso: máximo de 325 kg; - Largura de corte: mínimo de 2.200 mm máximo de 2.400 mm.; - Altura da lâmina: mínimo de 380 mm e máximo 490 mm; - Deve conter a regulagem de ângulo da lâmina.
---	---	---

Sistema de Radiocomunicação	Descrição	Unidade	Preço Unitário
	Locação de RÁDIO PORTÁTIL DIGITAL VHF/FM HAND TALK.	Unidade/Locação por Mês	R\$ 129,00
	Aquisição de REPETIDORA MÓVEL VHF/FM TIPO CASE.	Unidade/Aquisição	R\$ 79.500,00
	Aquisição de CARREGADOR PORTÁTIL DE BATERIA ESTACIONÁRIA.	Unidade/Aquisição	R\$ 1.930,00
	Total		81.559,00

Equipamentos, Ferramentas, Materiais e Insumos para manutenção de aceiros, trilhas, etc.	Descrição	Qtde	Valores
	Gerador de Energia à Gasolina 4T Partida Elétrica Bivolt	1	R\$ 5.000,00
	Soprador Costal à gasolina Stihl Br600	4	R\$ 16.000,00
	Motosserra Stihl MS 260	1	R\$ 4.000,00
	Motosserra Stihl MS 382	1	R\$ 6.000,00
	Motosserra Stihl MS 661	1	R\$ 7.000,00
	Roçadeira Stihl FS 380	4	R\$ 20.000,00
	Furadeira de Bancada 5/8 Pol. 550W	1	R\$ 1.000,00
	Furadeira elétrica	2	R\$ 1.000,00
	Jogo de Broca Bits e Soquetes para furadeira	2	R\$ 600,00
	Parafusadeira/Furadeira à Bateria 18V com 2 Baterias 2,0 Ah e Carregador 2	2	R\$ 2.000,00
	Serra circular manual	1	R\$ 700,00
	Serra mármore 1500W	1	R\$ 500,00
	Motoesmeril 400w	1	R\$ 500,00
	Tupia de coluna 1100W	1	R\$ 1.000,00
	Jogo fresa para tupia	1	R\$ 400,00
	Maletas de Ferramentas Tramontina Pro 43 Peças	4	R\$ 3.300,00
	Cisterna 5.000 litros	4	R\$ 20.000,00
	Bomba Submersa Vibratórias 450W	4	R\$ 2.000,00
	Desmontadora Superbox pneumática Eberlin modelo RunFlat	1	R\$ 10.000,00
	Macaco hidráulico tipo Jacaré 3T	1	R\$ 2.000,00
	Lavadora Industrial Lava Jato Alta pressão 320 Libras com Motor e Mangueira	2	R\$ 4.800,00
	Bomba Manual para Graxa com Reservatório	3	R\$ 1.200,00
	Compressor de ar calibrador Portátil Makita 18v Dmp180 C/ Bateria e carregador	3	R\$ 3.000,00
	Total		112.000,00

Sinalização dos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas para tornar os limites da unidade	Descrição	Qtde	Valores
	Placas de sinalização modelo ICMBio.	40	R\$ 24.000,00
Total Geral			R\$ 2.367.559,00

• **Finalidade da Emenda:**

Atender às demandas de veículos, equipamentos e ferramentas necessárias para prevenção e combate a Incêndios Florestais de forma eficiente no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

• **Justificativa para apresentação da Emenda:**

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas conta com 231.000 ha de Cerrado em bom estado de conservação e sofre com a incidência frequente de incêndios florestais que impacta sua vegetação, a rica fauna do Cerrado e as águas de suas veredas. Esse projeto tem a finalidade de atender demandas básicas quanto a equipamentos e insumos necessários para a boa e plena operação de combate ao fogo no parque.

precisando cerca de 43% da água subsuperficial e superficial do Brasil (STRASSBURG et al., 2017). Entretanto, nas últimas décadas, a biodiversidade presente nestas áreas encontra-se fortemente ameaçada pela ocorrência de incêndios florestais.

O uso do fogo pelo homem remonta aos primórdios da história humana, constituindo-se em um dos elementos decisivos para a consolidação das civilizações antigas. Neste sentido, o fogo tornou-se uma ferramenta essencial no processo de sedentarização e colonização de ambi

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$2.367.559,00 (Dois milhões, trezentos e sessenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e nove reais).

CENTRO OESTE, SUDESTE, NORDESTE E SUL

Cursos de capacitação para implementação dos Protocolos de Gestão de Seguranças e Planos de Ação Emergência da Portaria de Gestão de Segurança em de 12 Unidades de Conservação Federais

• Atividades previstas:

Contratação de consultoria especializada em gestão de segurança em ambientes naturais para capacitação de servidores visando a implementação da gestão de segurança da visitação nas Unidades de Conservação (12 parques nacionais) citadas.

• Finalidade da Emenda:

Implementar a Portaria institucional do ICMBio de Gestão de Segurança da Visitação por meio da elaboração do protocolo de gestão de segurança da visitação para os parques nacionais prioritários.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto, com inclusão de diárias e passagens para os servidores participantes das 12 Unidades supracitadas.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Considerando o objetivo de propiciar condições favoráveis a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico e promover a educação e interpretação ambiental, a presente proposta de emenda parlamentar tem como objetivo a elaboração e implementação do instrumento normativo relacionado a Gestão de Segurança da visitação no âmbito das unidades de conservação federais.

Com o crescimento da visitação nas unidades de conservação federais e o desenvolvimento de diversas atividades de visitação fez-se necessário a implementação e normatizações para o regramentos de atividades mais seguras e buscando ordenar as práticas, a promoção do conhecimentos para a gestão da segurança em Unidades de Conservação, visando a melhoria do desenvolvimento das atividades na natureza e a segurança dos visitantes e também para dos prestadores de serviços de apoio à visitação, que o fazem por meio de permissão, autorização ou concessão.

A capacitação em gestão de segurança da visitação decorre da necessidade de se garantir uma experiência mais segura para os visitantes das unidades de conservação federais, geridas pelo ICMBio, além de auxiliar o gestor destas UC na elaboração e implementação de protocolos de gestão de segurança.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)

NORTE E NORDESTE

Fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins

• Atividades previstas:

- A. Atualizar os diagnósticos socioeconômico e produtivo das Unidades de Conservação selecionadas;
- B. Promover o fortalecimento das organizações sociais com ênfase na capacitação em gestão de empreendimentos, programas de crédito, políticas públicas dentre outros.
- C. Realizar atividades de formação e capacitação, incluindo intercâmbio de agentes comunitários e atores chave, nas principais atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis.
- D. Produção e Publicação de materiais didáticos contendo as iniciativas realizadas;

• Finalidade da Emenda:

Realizar capacitações para o fortalecimento das organizações sociais e das atividades produtivas e ou econômicas sustentáveis de comunidades tradicionais beneficiárias das Reservas Extrativistas Federais nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins a partir dos estudos realizados pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Situado em um enclave de importantes biomas brasileiros, a sub-região Meio Norte é uma faixa transicional com predominância de Mata dos Cocais, ocorrência de Floresta Amazônica a oeste do Maranhão, o semiárido da Caatinga a leste e a presença de Cerrado ao sul. Além disso, é reconhecida por sua diversidade cultural e socioeconômica, o que a eleva como um verdadeiro patrimônio imaterial, cabendo destaque nas ações conservacionistas.

A geodiversidade regional integrada a um conjunto de elementos relacionados à sociobiodiversidade, conferem enorme potencial produtivo para as atividades econômicas dos povos tradicionais. Neste contexto, as Reservas Extrativistas foram criadas para conciliar as práticas socioeconômicas destas populações à conservação da biodiversidade, gerando alternativas de renda e assegurando direitos constitucionais básicos às presentes e futuras gerações.

As RESEX foram introduzidas pela Lei 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e teve sua regulamentação pelo Decreto Federal nº 4.340/02. Esta modalidade de Unidade de Conservação (UC) permite o uso de produtos e subprodutos naturais, o desenvolvimento da agricultura familiar, pequenas criações domésticas com a consequente diversificação das atividades econômicas e distribuição de renda. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), foi sancionada pelo Decreto Federal nº 6.040/2007 e estabelece eixos estruturantes para o fortalecimento do extrativismo nas Unidades de Conservação Federais: i) acesso ao território; ii) inclusão social; iii) inclusão produtiva; iv) infraestrutura.

Atualmente, alguns dos principais entraves das Reservas Extrativistas são: a gestão e manejo das áreas; implementação e o acesso a políticas públicas de desenvolvimento sustentável e a estruturação de atividades produtivas para o empoderamento socioeconômico destas comunidades tradicionais. Portanto, é necessário o investimento em ações de acesso aos serviços e políticas públicas às comunidades tradicionais para que configurem um ganho real às mesmas e possam refletir nas ações de conservação das unidades de conservação.

O melhoramento da atividade produtiva em comunidades tradicionais como os quilombolas, pescadores, extrativistas e agricultores familiares, está relacionado ao desenvolvimento de uma assessoria técnica junto a estas comunidades, através de treinamentos que contemplem práticas de Agroecologia, bem como o incremento de tecnologias de baixo impacto. Para tanto, é necessário a elaboração de um diagnóstico socioambiental que identifique as necessidades locais para o direcionamento das ações, pois as comunidades estão inseridas em contextos distintos.

Atividades complementares, como a produção de mel e própolis, uso de espécies consorciadas com alternância de produção por estação, aumentam a rentabilidade produtiva, garantindo a exploração sustentável da terra durante todo o ano. Estas medidas aumentam possibilidades de conservação pois asseguram às populações tradicionais fontes de renda sustentáveis, tornando-os atores fundamentais em ações para recuperação de áreas.

O cumprimento dos acordos e tratados internacionais de combate ao desmatamento, à redução de emissões de carbono e de proteção à biodiversidade, cujo Brasil é signatário, passa por políticas de fomento e respeito às atividades econômicas de populações tradicionais, bem como de sua cultura. Apoiar comunidades tradicionais e empoderá-las economicamente, assegura a sua qualidade de vida e reduz a pressão antrópica sobre esta região de relevante interesse para a conservação.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e setecentos mil reais)

NORDESTE, NORTE E CENTRO-OESTE

Implementação do Monitoramento Comunitário de avistamento de peixe-boi em vida livre em Unidades de Conservação Federais que identificaram ocorrência da espécie

• Atividades previstas:

- a) Mapear o uso do habitat por peixes bois marinhos a partir de avistagens realizadas por comunitários, principalmente pescadores e pescadoras, durante a realização de suas atividades rotineiras no interior da UC;
- b) Identificar flutuações sazonais ou ao longo dos anos na frequência das avistagens e no padrão de uso do habitat;
- c) Familiarizar membros das comunidades com o uso de mapas e estratégias diversificadas de monitoramento de forma acessível a pessoas com limitações a leitura e escrita;
- d) Instigar a participação de jovens comunitários como monitores através do uso de tecnologias pelo celular;
- e) Inserir as comunidades de usuários e beneficiários conservação Unidade de C abrangida no processo de conservação dos peixes-bois.
- f) Contribuir para a avaliação da eficácia da gestão das unidades de conservação federais para a conservação dos peixes-boi marinhos.

• Finalidade da Emenda:

Desenvolver e aplicar o protocolo de monitoramento comunitário de avistamento de peixe-boi em vida livre para potencializar a proteção da espécie ameaçada e elevar na estatística brasileira o número de indivíduos existentes, promovendo ciclo de capacitações e levantamentos nas UCS que possuem ocorrência da espécie.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados no custeio das ações e na obtenção de equipamentos fundamentais para a estruturação do projeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

De acordo com a Estratégia Integrada de Monitoramento Marinho Costeiro – Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio – Programa Monitora: subprograma Marinho Costeiro, os protocolos de monitoramento da biodiversidade devem ser de longa duração e devem ser construídos de forma participativa, possuir uma base comunitária. Os protocolos devem ser ainda de baixo custo, relativamente simples de executar e possuir capacidade de replicação para outras Unidades e regiões.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais)



**NORDESTE, NORTE, CENTRO OESTE, SUL E
SUDESTE**

Elaboração de Plano de Manejo de Unidades de Conservação instituídas pela União.

• Atividades previstas

A elaboração do plano de manejo de unidades de conservação instituídas pela União prevê a realização de Oficina com participação de diferentes atores, e a contratação de diversos serviços que irão facilitar a realização dela, tais como hospedagem, alimentação, relatoria, gráfica, entre outros.

• Finalidade da Emenda:

Elaborar o plano de manejo de unidades de conservação instituídas pela União.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo Instituto Chico Mendes. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução das diferentes necessidades para a realização da Oficina, etapas preparatórias ou etapas finais do processo de elaboração de plano de manejo. Além de pagamento de diárias e passagens.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Conforme a Lei nº 9.985/2000, em seu art. 27, “As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo”. Atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade gerencia 334 unidades de conservação, das quais 222 possuem planos de manejo.

Com a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 07/2018, bem como do Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais, além do estabelecimento de “diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão dos planos de manejo de unidades de conservação federais”, reforçou-se a “necessidade de planejamento das UC em nível estratégico e o estabelecimento de abordagem objetiva e unificada, para que as UC de diferentes categorias tenham seus planos de manejo com mesma linguagem e padrão de qualidade, amparados no princípio do manejo adaptativo e possibilitando sua elaboração e revisão por meio de procedimentos mais eficientes em termos de tempo e custos”. Assim, foi possível produzir uma lista padronizada de normas aplicáveis (para serem avaliadas e discutidas nos processos de elaboração de cada plano de manejo) e uma proposta uniformizada de zonas de manejo.

A publicação do plano de manejo, além de ser uma exigência legal, é um instrumento de planejamento fundamental para efetiva implementação das unidades de conservação, possibilitando ampla divulgação da área protegida, bem como de suas normas e zoneamento.

Atualmente, uma das dificuldades apresentadas para elaboração deste planejamento é a disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para que o Instituto possa cumprir com esta atribuição.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO
Valor Referência	R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais)



NORDESTE E NORTE

Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos, nas 44 bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Atividades previstas

Aquisição e Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos nas bases de campo, de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Finalidade da Emenda:

Proporcionar a aquisição e Instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaica nas bases de campo de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados para aquisição e instalação de sistemas de geração de energia fotovoltaicos nas bases de campo de apoio à gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Atualmente, segundo levantamento realizado no mês 08/2020, existem 44 bases de campo de apoio a gestão das UC's vinculadas a GR1/NORTE, sendo destas, a seguinte configuração de fornecimento de energia elétrica: 5 bases já têm sistemas fotovoltaicos em operação; 10 bases estão ligadas na rede de transmissão de energia elétrica; 26 bases utilizem grupo geradores movidos à combustível, e 3 bases não tem, qualquer fornecimento de energia elétrica. De forma resumida, a funcionalidade de uma base de campo com disponibilidade de energia elétrica é incomparável a uma base não eletrificada, são muitos os ganhos, desde a possibilidade da conservação de alimentos, à utilização das tecnologias de comunicação, instrumentos de trabalho, bombeamento de água potável, iluminação noturna, entre tantos outros benefícios. Nesse contexto, são inúmeras as justificativas relacionadas a necessidade de disponibilidade de energia elétrica nas bases de campo de apoio à gestão das UC's, lembrando que atualmente três bases sequer tem qualquer aparato de fornecimento de energia elétrica.

Os custos de manutenção dos sistemas de geração local, movidos a combustível, são extremamente elevados.

Fundamental destacar que essas 44 bases e campo de apoio a gestão das UC's, em sua grande maioria desenvolvem importante trabalho de fiscalização e proteção territorial, são bases alocadas em pontos estratégicos para consolidação territorial da UC's, e os elevados ruídos emitidos pelos sistemas de geração movidos combustão, dificultam as ações de fiscalização, visto que as equipes de fiscais não conseguem escutar a movimentação ao entorno das bases, fator esse que reforça a necessidade de sistemas de fornecimento de energia elétrica que não emitam ruídos, como por exemplo os sistemas fotovoltaicos. Outro fator importante a ser destacado, está relacionado à poluição sonora e ambiental, gerada no interior de áreas protegidas, das mais diversas categorias e níveis de restrição de uso, como Parques Nacionais; Reservas Biológicas; Estações Ecológicas e etc. Ocasionalmente o afugentamento da fauna, incômodo ao turista, entre outros. Relevante frisar os dados relacionados a poluição atmosférica, visto que a queima de 1 litro de óleo diesel lança no ambiente 2,799 KgCO₂, e o consumo mensal de 5 mil litros para o funcionamento das 26 bases que utilizam grupos geradores movidos a óleo diesel, o ICMBio emite 14.000KgCO₂ / mês na atmosfera apenas para eletrificação dessas 26 bases de campo.



Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 3.200.000,00 (Três milhões e duzentos mil reais)



Instalação de sistemas de rádio comunicação nas 44 Bases de campo de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR 1 Norte

• Atividades previstas

Aquisição e Instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo, de apoio a gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE.

• Finalidade da Emenda:

Proporcionar a aquisição e instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo e demais estruturas de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados para aquisição e instalação de sistemas de comunicação via rádios HF nas bases de campo e demais estruturas de apoio à gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Atualmente, segundo levantamento realizado no mês 08/2020, existem 44 bases de campo de apoio a gestão das Unidades de Conservação vinculadas a GR1/NORTE, divididas em 16 Unidades de Conservação, sendo destas, a seguinte configuração da existência de sistemas de comunicação via rádio:

- a) 11 bases já têm sistemas de comunicação via Rádios HF em operação, porém necessitam de melhora;
- b) 5 bases estão em processo de instalação de sistemas de comunicação via Rádios HF, com equipamentos usados, proveniente de doação de outras bases;
- c) 28 bases não têm sistemas de comunicação via Rádios HF
- d) Além das bases de campo de apoio a gestão das UC's, mais 21 sedes de NGI's ou UC's necessitariam da instalação de sistemas de comunicação via Rádio HF, para efetiva comunicação com as bases de campo.

De forma resumida, a funcionalidade de uma base de campo com disponibilidade de sistema de comunicação é incomparável a uma base isolada, sem comunicação. São muitos os ganhos, com ênfase ao apoio às ações de fiscalização e proteção, geralmente atividades essas inerentes a riscos, e a funcionalidade de um sistema de comunicação pode ser fator limitante para salvar vidas, desde a comunicação rotineira, para envio de suprimentos, alimentação e combustível as bases. Nesse contexto, são inúmeras as justificativas relacionadas a necessidade de disponibilidade de sistemas de comunicação nas bases de campo de apoio à gestão das UC's.

Importante destacar que cada sistema de comunicação via rádio apresenta características e funcionalidades próprias, as quais estão relacionadas com o sistema de propagação de ondas utilizado pelo conjunto. Atualmente os sistemas de rádio mais utilizados no mundo, operam em três diferentes faixas, alta frequência - HF, muito alta frequência - VHF e ultra alta frequência – UHF.

Os custos de manutenção dos sistemas de comunicação via Rádio são fatores decisivos para escolha do conjunto mais adequado, que satisfaça a necessidade do demandante HF, e VHF, sendo os sistemas HF apresentam baixíssima manutenção, não onerando custos posteriores a instalação desses rádios ao ICM-Bio. Fundamental destacar que essas 44 bases e campo de apoio a gestão das Unidades de Conservação, em sua grande maioria desenvolvem importante trabalho de fiscalização e proteção territorial, são bases alocadas em pontos estratégicos para consolidação territorial das UC's, e uma rede de comunicação efetiva entre essas bases, interligando-as entre si, e as sedes das unidades, sedes dos NGI's, as bases avançadas da GR1 - Manaus, Porto Velho e Belém, além da sede da GR1/Norte em Santarém, deverá fortalecer a rede de comunicação do ICMBio, trazendo melhorias em diversos campos da gestão.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – ORÇAMENTÁRIO (custeio Diárias e Passagens)
Valor Referência	R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais)

Criação de um Centro de Treinamento em Pesquisa e Manejo das Tartarugas Marinhas no RN, remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR em Fernando de Noronha e da Base Avançada das Grandes UC Oceânicas na Grande Natal, RN.

• Atividades previstas

Remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR-ICMBio em Fernando Noronha, PE, com aquisição de equipamentos, manutenção das estruturas de apoio, instalação de módulos de geração de energia solar em 3 edificações, reforma e ampliação de abrigo de campo, aquisição de equipamentos para pesquisa marinha, instalação e aquisição de equipamentos para implantação da Base Avançada das Grandes UC na Grande Natal, RN. Serão realizadas ainda, 3 expedições marinhas para SPSP, Trindade e Fernando de Noronha com embarcações fretadas.

• Finalidade da Emenda:

Remobilização das Bases Avançadas do Centro TAMAR-ICMBio em Fernando Noronha, PE, e implantação da Base Avançada das Grandes UC na Grande Natal, RN.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto, bem como na liberação de PCSF, diárias e passagens de servidores, pesquisadores e colaboradores.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Centro de Pesquisa e Conservação das Tartarugas Marinhas da Biodiversidade Marinha do Leste – TAMAR-ICMBio é um dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, e é vinculado à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO). Foi criado em 1989 ainda quando o TAMAR era ligado ao IBDF.

Os trabalhos de conservação, proteção e pesquisa das tartarugas marinhas em Fernando de Noronha se iniciaram em 1984. O imóvel que abriga a Base Avançada foi construído em 1988.

Os trabalhos de conservação realizados pelo Centro Tamar em Fernando de Noronha foram as primeiras iniciativas para a conservação marinha do arquipélago. Em 1986 foi criada a APA de Fernando de Noronha e em 1988 o Parque Nacional Marinho.

Fernando de Noronha é um local propício ao treinamento e capacitação de estudantes e pesquisadores em temas relacionados às tartarugas marinhas. A estruturação da base permitirá manter um posto avançado como um grande laboratório natural para a conservação e pesquisa das tartarugas marinhas em ambiente natural.

A base avançada necessita de investimentos e aquisição de equipamentos para proporcionar boas condições nos trabalhos realizados em campo e no ambiente marinho através do mergulho livre e autônomo.

O Núcleo de Apoio às Pesquisas no continente abrigará em regime de parceria a recentemente criada Base Avançada das Grandes Unidades de Conservação Oceânicas, em parceria com o Centro TAMAR e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno. A estruturação da Base permitirá o monitoramento da frota pesqueira pelas Grandes UC Oceânicas e a realização de inúmeras pesquisas com as tartarugas marinhas que desovam nas praias da Barreira do Inferno, além de manter na integralidade as informações acerca da conservação destas espécies no litoral, bem como a interação com a frota pesqueira Industrial. Além das pesquisas em campo, serão consolidadas as duas bases como totalmente autossustentável em termos de geração de energia própria, com unidade de geração distribuída e com veículos elétricos em busca da economicidade e custo zero ao meio ambiente e o orçamento do governo federal.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)

Levantamento/diagnóstico ocupacional da RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e da RESEX Mata Grande.

• Atividades previstas

Contratação de Consultoria para realizar levantamento/diagnóstico ocupacional

• Finalidade da Emenda:

Contratar consultoria técnica especializada para realizar o levantamento/diagnóstico ocupacional das propriedades que compõe a malha fundiária das RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e da RESEX Mata Grande, identificando os imóveis, confeccionando relatório fundiário completo, com levantamento cartorial e de campo, mapas e imagens georreferenciadas, com vistas a iniciar a regularização fundiária destas UCs.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Imperatriz, vinculado à Gerência Regional Nordeste, instituído pela portaria DOU 438, de 11 de maio de 2020, fica sediado em Imperatriz-MA, na Rua Rafael Almeida Ribeiro, 580, Bairro São Salvador, CEP: 65.916- 193, integra as Unidades de Conservação: RESEX do Ciriaco, RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e RESEX Mata Grande. As três RESEX ocupam a região conhecida como “bico do papagaio”, foram criadas em uma área com grande concentração de palmeiras do babaçu, na fronteira dos Estados do Maranhão e do Tocantins. Sua criação tem o propósito de conservar o meio ambiente e de garantir o uso desse espaço para as populações tradicionais, no caso, buscar atender aos anseios das quebradeiras de coco babaçu da região tocantina por meio da criação das Reservas Extrativistas protetoras das palmeiras de babaçu e dos modos de vida das quebradeiras de coco babaçu. Todavia, ainda existem propriedades, sobrepostas a área da Unidade de Conservação, que não passaram por processo de regularização fundiária. Assim, é necessária a realização do levantamento ou diagnóstico ocupacional da RESEX Extremo Norte do Estado do Tocantins e a RESEX Mata Grande, objetivando identificação e conhecimento dessas propriedades, de modo a direcionar a Gestão do NGI ICMBio Imperatriz, a Gerência Regional 2 e a Coordenação de regularização fundiária do ICMBio para ter sucesso na promoção da regularização fundiária destas importantes unidades de conservação.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)



TODAS AS REGIÕES

Elaboração e implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs.

• Atividades previstas

Melhoria na conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção por meio da elaboração e implementação de ações previstas nos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies de Extinção.

• Finalidade da Emenda:

Promover a conservação de espécies da fauna ameaçadas de extinção por meio da implementação de ações prioritárias previstas em Planos de Ações Nacionais para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PAN) e do aprimoramento da ferramenta.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Os PANs elencam diversas ações de manejo, pesquisa e conservação a serem executadas por múltiplos atores governamentais e não-governamentais. Atualmente cerca de 40% das ações de todo o conjunto de PANs encontra-se em execução conforme o planejado, buscar meios para garantir a implementação dessas ações constitui um grande desafio ao atingimento de resultados eficazes para a conservação.



Ação Orçamentária	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WN – Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 - CUSTEIO GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos reais)



Desenvolver e operacionalizar uma plataforma digital de acesso público permanente, gratuito e equitativo a dados, informações e conhecimentos dispersos em diversas fontes públicas e privadas de dados e informações sobre temas relacionados à sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação.

• Atividades previstas

- A. Analisar uma amostra das plataformas existentes e similares;
- B. Identificar e sistematizar fontes e conteúdos de interesse;
- C. Mobilizar parceiros;
- D. Elaborar o design da plataforma – proposta conceitual;
- E. Definir especificações funcionais e requisitos de conteúdo;
- F. Desenhar organograma, fluxogramas, interações;
- G. Desenhar grid e wireframes (rascunho da plataforma),
- H. Definir metodologia de avaliação de usabilidade,
- I. Elaborar mockups e protótipos;
- J. Validar wireframes por meio de protótipos

• Finalidade da Emenda:

Permitir o desenvolver e operacionalização prévia da plataforma digital de acesso público permanente, gratuito e equitativo a dados, informações e conhecimentos dispersos em diversas fontes públicas e privadas de dados e informações sobre temas relacionados à sociobiodiversidade associada a povos e comunidades tradicionais e unidades de conservação.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens ou com a contratação de pessoas jurídicas especializadas, mediante certame, para a execução do objeto, tais como: contratação de empresas para execução de serviços gráficos, contratação de empresa para desenvolvimento de sistemas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O objetivo da Rede é promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências técnico científicas além dos saberes populares e tradicionais, criando assim aproximações entre demandas das Unidades de Conservação (UC) e expectativas acadêmicas de pesquisa, estimulando a participação dos povos e comunidades tradicionais na dinâmica da gestão e proteção dos recursos naturais e do conhecimento a eles associado.

Ao facilitar o acesso às informações já existentes sobre a sociobiodiversidade brasileira e assuntos correlatos, a RCS também fomentará a interação entre o maior número de instituições e pessoas interessadas possível, sejam elas estudantes, pesquisadores, gestores, técnicos e principalmente, os povos e comunidades tradicionais, que são beneficiários diretos dessa iniciativa para reforçar a conservação da sociobiodiversidade nas Unidades de Conservação.

A Rede constitui uma estratégia interinstitucional que tem como um dos pilares a gestão do conhecimento por meio de uma plataforma virtual, dinâmica e interativa, com capacidade de agregar iniciativas, fontes e referências diversificadas, relacionadas à temática da sociobiodiversidade em UC e outros espaços especialmente protegidos.

Diversas iniciativas para o estabelecimento de sistemas de informação, ou mesmo redes de informação sobre biodiversidade já vêm sendo tomadas, como a criação de bancos de dados locais, regionais e até mundiais, geralmente administrados por pesquisadores. Gadgil (1996) traz um destaque para o projeto People's Biodiversity Register (PBR) criado na Índia em decorrência das demandas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), para registrar os conhecimentos das comunidades locais, com a intenção de proteger dados de usos e informações relacionadas à biodiversidade, coletados através da comunicação entre os detentores do conhecimento local e facilitadores, estimulando assim a possível repartição de benefícios gerados.

Esta Plataforma Digital tem o objetivo de integrar conteúdos dispersos e facilitar o acesso de pessoas e instituições a diferentes tipos de saberes, sejam eles técnicos, científicos ou populares, somando esforços e otimizando os resultados na produção, divulgação e aplicação do conhecimento na melhoria da gestão das UC e do uso sustentável dos recursos comuns nas áreas conservadas por povos e comunidades tradicionais.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 - INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)

Aperfeiçoar o processo de criação de unidades de conservação federais através da avaliação e desenvolvimento da capacidade de governança territorial dos povos tradicionais que vivem em unidades de conservação de uso sustentável e em áreas propostas para criação de unidades de conservação. Pretende-se que a avaliação desses dois universos possibilite a melhoria da qualidade de vida, o aumento da efetividade da conservação, aprimore o uso sustentável nessas áreas, aumente a prestação de serviços ambientais e propicie a inserção economicamente das cadeias produtivas desses povos no mercado.

• Atividades previstas

Estruturação e Divulgação do Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN.

• Finalidade da Emenda:

Estruturar e Divulgar o Sistema Informatizado de Monitoria de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – SIMRPPN através de material de divulgação, bem como a elaboração de curso de capacitação para os proprietários.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de domínio privado criada com o objetivo de conservar a diversidade biológica, e gravada com perpetuidade por meio de ato voluntário de seu proprietário. É a única categoria de unidade de conservação prevista no Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) que permite a participação direta da sociedade civil no processo de ampliação das áreas protegidas no país. A grande maioria dos proprietários de RPPN criaram suas reservas com o objetivo de preservarem suas áreas em caráter perpétuo, porém outros a criam no intuito de buscar alternativas sustentáveis para o uso da propriedade.

Neste sentido, o ICMBio vem adotando mecanismos e instrumentos para gerenciar e facilitar a criação de novas RPPNs. Uma dessas medidas foi a publicação da Instrução Normativa nº 7, de 17/12/2009, que estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à criação de RPPN.

Outra medida tomada foi a implantação do SIMRPPN, visando apoiar e facilitar a criação, gestão e monitoria das RPPNs. O SIMRPPN trouxe diversos benefícios para a instituição e para o público usuário, sendo o mais importante deles a substituição de procedimentos antes realizados manualmente por procedimentos realizados pela internet. Ou seja, anteriormente, os proprietários rurais interessados em criar uma RPPN tinham que se deslocar até a instituição para protocolar o requerimento e os documentos exigidos pela legislação vigente. Agora, acessam a internet e solicitam a sua criação. Isso propiciou agilidade, transparência e otimização de recursos humanos e financeiros no processo de criação.

Contudo, o SIMRPPN foi implantado em 2007 e precisa ser atualizado frente às novas facilidades da Internet. Além disso, nessa nova atualização está previsto o módulo de criação, o módulo de planos de manejo e o modo de compartilhamento. Com isso, os proprietários vão criar e elaborar o plano de manejo da RPPN diretamente na Internet, totalmente on-line. Outro ponto muito inovador do novo sistema é a possibilidade de compartilhamento do sistema a todos os estados e municípios.



Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$550.000,00 (Quinhentos e cinquenta mil reais).



Ampliar a quantidade de PRIMs que abarque outras tipologias de empreendimento, ampliando o uso da ferramenta e reduzindo o risco dos impactos sobre as espécies sensíveis tanto da fauna quanto da flora.

• Atividades previstas

Ampliar a quantidade de PRIMs que abarque outras tipologias de empreendimento, ampliando o uso da ferramenta e reduzindo o risco dos impactos sobre as espécies sensíveis tanto da fauna quanto da flora.

• Finalidade da Emenda:

Abordar novas tipologias de empreendimento para gerar novos cenários de compatibilização entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico, visando à redução de impactos e minimizando a perda líquida da biodiversidade.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados com execução direta: como pagamento de diárias e passagens, contratação de pessoas jurídicas especializadas, contratação de empresas para eventos etc.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

Os PRIMs fazem parte do esforço do ICMBio em analisar, objetivamente, o impacto potencial das principais ameaças à biodiversidade, para propor alternativas de conciliação entre a proteção do meio ambiente e o desenvolvimento de atividades socioeconômicas. Este instrumento visa, principalmente, apoiar os processos decisórios e a gestão ambiental de cada um desses vetores de ameaça, valendo-se de ferramentas do planejamento sistemático da conservação para indicar, especialmente, as áreas de sensibilidade para a biodiversidade. Ao sobrepor tais áreas com os níveis de exposição aos impactos potenciais na paisagem, o PRIM aponta, de forma transparente e técnica, a compatibilidade entre a conservação ambiental e atividades socioeconômicas.

Essa ferramenta é capaz de subsidiar e guiar ações de empreendedores, órgãos licenciadores e de meio ambiente para reduzir o risco de extinção de espécies sensíveis a cada vetor de ameaça. O primeiro vetor de ameaça que o PRIM analisou foi o de Infraestruturas Viárias Terrestres – Plano de Redução de Impactos de Infraestruturas Viárias Terrestres sobre a Biodiversidade (PRIM – IVT)

<https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/planos-de-reducao-de-impacto/rodovias-e-ferrovias>

Este ano o Plano de Redução de Impacto de Hidroelétricas na Amazônia sobre a Biodiversidade (PRIM-HA) também foi divulgado

<https://www.gov.br/icmbio/ptbr/assuntos/biodiversidade/planos-de-reducao-de-impacto/prim-hidroeletricas-naamazonia>

e mais dois estão em elaboração, o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM – PGMAR) e o Plano de Redução de Impactos da Mineração sobre a Biodiversidade e Patrimônio Espeleológico (PRIM - Mineração).

Embora cada PRIM tenha suas particularidades, seus objetivos específicos comuns são: (i) Identificar entre as espécies e ambientes singulares os alvos de conservação sensíveis a cada tipologia de ameaça e os níveis de sensibilidade aos diferentes impactos associados. Indicando assim um gradiente de sensibilidade da biodiversidade aos impactos potenciais oriundos de cada ameaça. (ii) Apontar áreas de compatibilidade entre a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico. (iii) Analisar o panorama de compatibilidade entre a biodiversidade e os empreendimentos existentes e planejados. (iv) discutir a situação das Unidades de Conservação (UC) frente à exposição de impactos potenciais promovida pelos empreendimentos. (v) definir similaridade da composição da biodiversidade sensível para indicar áreas mais adequadas para aplicação da compensação ambiental. (vi) sistematizar o conhecimento sobre as medidas mitigadoras dos impactos potenciais direcionadas aos grupos de alvos de conservação.

A intenção é de ampliar a capacidade operacional para termos um maior número de PRIMs, que abarque tipologias de empreendimento que ofereçam riscos à biodiversidade e com isso indicar os locais mais apropriados para expansão das diversas atividades socioeconômicas, compatibilizando a conservação de biodiversidade sem prejuízo da expansão das atividades.

Implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental.

• Atividades previstas

Implementação do Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental por intermédio da execução de 30 cursos profissionalizantes

• Finalidade da Emenda:

Suprir as lacunas institucionais de qualificação profissional dos servidores do ICMBio para o cumprimento das funções relacionadas à fiscalização ambiental em Unidades de Conservação Federais.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na execução dos cursos elencados no Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O exercício do poder de polícia delegado ao ICMBio na sua criação (Lei nº 11.516/07) exige da Instituição uma rápida tomada de decisão que garanta, entre outros fatores, a proteção efetiva ao patrimônio natural existente nas Unidades de Conservação federais. Nesse sentido, a estruturação de um corpo de agentes de fiscalização ambientais apto e equipado para atuar nas ações de fiscalização das Unidades de Conservação é uma das ações prioritárias a serem implementadas, sendo fundamental no processo de melhoria da proteção e no início do processo de reversão da degradação ambiental ao qual algumas Unidades estão atualmente submetidas.

Ainda, tais ações são um instrumento de política pública que visa à tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, sobre planejamento e implementação de medidas adequadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável de ecossistemas.

O Programa Permanente de Capacitação em Fiscalização Ambiental - PPCFIS é um instrumento estratégico de capacitação dos servidores do ICMBio em relação aos procedimentos e técnicas da fiscalização ambiental, que considera as diretrizes institucionais, para formação de agentes de fiscalização com perfil desejado pela Instituição, de acordo com suas necessidades.

Devido às dimensões continentais brasileiras aliadas à capilaridade do ICMBio, a ausência de padronização de procedimentos, técnicas, orientações relacionadas à fiscalização ambiental é um desafio a ser superado. Ainda, as diferentes realidades regionais exigem conhecimentos e equipamentos específicos para execução satisfatória da função institucional. Nesse sentido, em paralelo às necessidades gerais, o PPCFIS propõe que o aprofundamento do conhecimento seja por temáticas específicas, conforme as necessidades e os desafios demandados pelas UCs.

Estruturado com base na demanda por competências, o PPCFIS considera as necessidades institucionais das áreas temáticas prioritárias da fiscalização; quantitativo de servidores já capacitados; o quantitativo de servidores mínimos que devem estar disponíveis para atuar nessas áreas. Com isso, a tomada de decisão, para realização dos eventos de capacitação, utiliza critérios claros e justificáveis, conforme quantidade de servidores capacitados anteriormente e competências esperadas para atendimento das necessidades do ICMBio.

Desde 2018, a COFIS/CGPRO empreendem esforços para a implementação do Programa de Capacitação, visando melhorias na qualificação, atualização e padronização dos agentes de fiscalização com conhecimentos necessários e específicos para execução cada vez mais eficiente dos objetivos de criação do ICMBio.

Desde 2018, a COFIS/CGPRO empreendem esforços para a implementação do Programa de Capacitação, visando melhorias na qualificação, atualização e padronização dos agentes de fiscalização com conhecimentos necessários e específicos para execução cada vez mais eficiente dos objetivos de criação do ICMBio. Contudo, devido à falta de recursos orçamentários, não se consegue executar o Programa de forma contínua, implicando no alcance dos objetivos a que se propõe.

Busca-se a excelência no alcance dos objetivos do PPCFIS através da formação de instrutores, criação de cursos especializados, ampliação de treinamentos práticos, formação de grupos de discussão, aquisição de equipamentos e vestimentas adequados, elaboração de material didático específico, formação de parcerias institucionais, entre outras estratégias.

O processo de aprendizagem contínuo proposto objetiva provocar mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos. Assim, o alinhamento de competências e nivelamento de conhecimento estimulam a inovação de metodologias, o aperfeiçoamento e o autodesenvolvimento.

Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R \$12.000.000,00 (Doze milhões de reais).

Renovação do armamento dos agentes de fiscalização do ICMBio.

• Atividades previstas

Aquisição de pistolas 9 mm, espingardas calibre 12 e outras armas longas a definir.

• Finalidade da Emenda:

Renovação do armamento dos agentes de fiscalização do ICMBio com o objetivo de melhorar as ações de fiscalização nas Unidades de Conservação Federais e segurança dos fiscais do ICMBio.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão usados na compra de armamento mediante a licitação.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

A justificativa na apresentação da Emenda se fundamenta na necessidade imperiosa da troca do armamento utilizado pela Fiscalização Ambiental do ICMBio, uma vez que o equipamento utilizado hoje pelos Agentes de Fiscalização teve sua fabricação descontinuada pela Empresa fabricante. Nenhuma Instituição de segurança pública e demais Instituições que se utilizam de armamento para sua defesa, permaneceram usando o referido armamento. O armamento hoje utilizado pelos Agentes de Fiscalização do ICMBio não traz nenhuma segurança para seu uso, sendo um equipamento extremamente rejeitado por todas as Instituições. Além disso, hoje o calibre adotado por todas as Forças de Segurança e Instituições que desempenham suas funções utilizando-se de arma de fogo para sua defesa no Brasil, é o 9 mm, que está comprovado por diversos estudos ser o calibre ideal para a defesa em arma curta. No que tange às diversas formas de abordagem feita pela Fiscalização do ICMBio, tais como, abordagem em ambiente de floresta, ambiente marinho, dentre vários outros, a arma longa, no caso escopetas calibre 12, CTT .40 ou similares são fundamentais para garantir e aumentar a segurança dos Fiscais em tais abordagens. Esse tipo de armamento por si só, já inibe reações adversas encontradas em campo em alguns casos.

A aquisição de armas longas e a substituição das armas hoje utilizadas pelo ICMBio são de suma importância uma vez que os confrontos nas áreas de atuação do ICMBio têm se tornado mais frequentes e intensos devido a mudança encontrada em campo hoje do perfil dos infratores ambientais que, em várias situações, estão caracterizados como facções criminosas tanto nacionais como estrangeiras.



Ação Orçamentária	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.125.6014.214P
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	125 – Normatização e Fiscalização
Programa	6014 – Prevenção e Controle do Desmatamento e do Incêndio nos Biomas
Ação	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 3 – CUSTEIO
Valor Referência	R \$20.000.000,00 (Vinte milhões de reais) Contrapartida: Agentes de Fiscalização devidamente treinados e aptos para atuarem na proteção das Unidades de Conservação Federais.



Ajustes e manutenção do Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado do ICMBio

• Atividades previstas

- Contratação de serviço para migração do sistema;
- Contratação de serviço para ajuste do sistema;
- Contratação de serviço para implementação de melhorias.

• Finalidade da Emenda:

Promover o voluntariado ambiental no âmbito das unidades organizacionais do ICMBio conforme as legislações federais, como um meio de viabilizar a participação social na gestão da biodiversidade.

• Descrição da Execução da Emenda:

A emenda será executada diretamente pelo ICMBio. Os recursos serão utilizados na contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de tecnologia, mediante certame, para a execução do objeto.

• Justificativa para apresentação da Emenda:

O Programa de Voluntariado do ICMBio busca promover a participação social na gestão socioambiental por meio de ações voluntárias realizadas em toda a estrutura do Instituto e em diversos macroprocessos. Para tanto, de modo a permitir a realização dessa ação em um órgão capilarizado como o ICMBio, bem como obter informações confiáveis, é utilizado o “Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado” para executar todas as etapas do processo do voluntariado, quais sejam: divulgação de vagas pelas unidades organizacionais, inscrição das pessoas interessadas, seleção de voluntários e gestão do trabalho voluntário (assunção de plano de trabalho, controle de frequência e emissão de certificados).

Assim, o sistema possui interface entre o SEVOL, gestores do Programa nas unidades organizacionais e sociedade, fazendo parte do dia a dia das Unidades de Conservação que realizam atividades com voluntários.

O desenvolvimento desse sistema foi custeado pelo Ipê, por meio do projeto MOSUC (Motivação e Sucesso na Gestão de UC Federais), e realizado pela empresa Nectosystem. Atualmente, apesar do link do sistema constar no portal do ICMBio, está hospedado em um domínio próprio da NectoSystem (<https://sejaumvoluntarioicmbio.nectosystems.com.br/voluntariado/login/>).

Considerando que o desenvolvimento do referido sistema se encontra concluído, se faz necessário promover a migração do “Sistema de Gestão do Programa de Voluntariado” para o domínio do ICMBio, bem como a realização de manutenção evolutiva e implementação de melhorias.

Ação Orçamentária	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Unidade Orçamentária:	44207 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Funcional Programática	10.44207.18.541.1041.20WM
Função de Governo	18 – Gestão Ambiental
Subfunção	541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa	1041 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais
Ação	20WM – Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Localizador	0001
Modalidade de Aplicação	90 – Aplicação Direta
Natureza de Despesa	GND 4 – INVESTIMENTO
Valor Referência	R\$ 4.900.000,00 (Quatro milhões e novecentos mil reais)



Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade
Coordenação de Relações Institucionais/ Gabin
Telefone: (61) 2028 -9660
E-mail: aspar@icmbio.gov.br